



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR - UCSAL
MESTRADO EM FAMÍLIA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

**FAMÍLIAS – PRESSUPOSTOS PARA A POLÍTICA LOCAL:
SOMBRA OU ALICERCE?**

SALVADOR

2008

UCSAL. Sistema de Bibliotecas.
Setor de Cadastramento

B238 Barbosa, Claudia de Faria

Famílias - Pressupostos para a política local: Sombra ou alicerce?/Claudia de Faria Barbosa._____. Salvador: UCSAL: Superintendência de Pesquisa e Pós- Graduação, 2008.
131 p.

Inclui Bibliografia.

Dissertação apresentada à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea, sob orientação da Professora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti, na Linha de Pesquisa Família e Sociedade.

1. Família 2.Política 3.Redes 4.Gênero e Sociedade I. Universidade Católica do Salvador II. Título.

CDU: 316.356.2

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

**FAMÍLIAS – PRESSUPOSTOS PARA A POLÍTICA LOCAL:
SOMBRA OU ALICERCE?**

Dissertação apresentada à Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Família na Sociedade Contemporânea.

Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti.

Salvador – Bahia

2008

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Profa. Dra. Ana Alice Alcântara Costa

Pofa. Dra. Yvone Dias Avelino

CLAUDIA DE FARIA BARBOSA

**FAMÍLIAS - PRESSUPOSTOS PARA A POLÍTICA LOCAL:
SOMBRA OU ALICERCE?**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção de grau de Mestra em Família na Sociedade Contemporânea, à seguinte Banca Examinadora:

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti

Universidade Católica do Salvador – UCSAL – Bahia

Doutora em História pela Universidade de Leon

Pós-doutora em Humanidades pela Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Ana Alice Alcântara Costa

Universidade Federal da Bahia – UFBA – Bahia

Doutora em Sociologia Política pela Universidade Nacional de México

Pós-doutora pelo Instituto de Estudios de La Mujer da Universidad Autónoma de Madrid, Espanha

Yvone Dias Avelino

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC

Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Salvador, 27 de outubro de 2008

DEDICO este trabalho a todas as mulheres que souberam fazer de seu cotidiano um espaço de luta em busca de melhorias na condição de vida para as gerações futuras.

AGRADECIMENTOS

Agradecer com responsabilidade de explicitar os sentimentos de gratidão àqueles que nos ajudam não é tarefa fácil. Durante o percurso, contraem-se muitas dívidas de gratidão que nem sempre temos consciência de todas as colaborações recebidas. Sendo assim, limito-me a reconhecer aqueles mais próximos e que participaram de forma mais efetiva desse trabalho.

Aos meus pais, Corina e Afonso Barbosa, a sustentação de minha caminhada.

Aos meus irmãos, Otacílio, Clera e Cleonice Barbosa, pela troca de idéias e apoio, enfim, pessoas nas coisas confio plenamente, meus eternos amigos!

A João Faria, meu marido e companheiro de todas as horas.

A Lucas Barbosa Faria, meu filho, pela alegria e esperança que compartilha comigo.

A Professora Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti pela dedicação, sensibilidade e rigor nas correções. Além disso, foi mais que orientadora, foi mestra e amiga.

A Professora Ana Alice Alcântara Costa, que tão bem atendeu ao convite para participar da banca de qualificação e defesa, pelas contribuições coerentes no exame de qualificação e pela riqueza das discussões realizadas na disciplina “Gênero e Poder” no NEIM/UFBA.

A Professora Lívia Alessandra Fialho Costa, que tanto contribuiu durante o curso e também no exame de qualificação.

À Professora Yvone Dias Avelino, por ter aceitado o convite para participar da defesa, apesar da distância e da agenda concorrida.

Sou grata a Cândida Xavier, amiga de tantos anos a quem devo muito.

Aos presidentes da União dos Municípios da Bahia – UPB, José Ronaldo e Orlando Santiago, que permitiram que eu utilizasse parte do tempo na entidade às aulas do mestrado. Também aos colegas, principalmente: Marcelo Neves, pelo apoio, Gutemberg Cruz, pelas idéias, livros, sugestões e comentários, Djenane Santana, pela colaboração constante, Márcia Bittencourt, pelo incentivo, Geraldo Santana, Damião da Paz, Lúcia Carvalho e Gilka Badaró.

As Prefeitas dos municípios da Bahia e assessores(as) os quais tão prontamente colaboraram e também àquelas que não quiseram participar, pois demonstraram que uma amostra raramente chega a 100%.

Às/aos professoras(es), que me proporcionaram ferramentas para construir esse trabalho.

A Fernanda Mota pela contribuição na hora certa.

Aos colegas do mestrado que, compartilhando seus problemas, aprendizados e dúvidas, contribuíram significativamente.

Aos amigos que, de alguma forma, torceram pelo meu sucesso.

Enfim, a Deus por me proporcionar mais essa vitória.

Todas as Vidas

Vive dentro de mim a mulher cozinheira.

Pimenta e cebola.

Quitute bem feito.

Panela de barro.

Taipa de lenha.

Cozinha antiga toda pretinha.

Bem cacheada de picumã.

Pedra pontuda.

Cumbuco de coco.

Pisando alho-sal.

Vive dentro de mim a mulher do povo.

Bem proletária.

Bem linguaruda, desabusada, sem preconceitos, de casca-grossa, de chinelinha, e filharada.

Vive dentro de mim a mulher roceira.

Enxerto de terra,

Trabalhadeira.

Madrugadeira.

Analfabeta.

De pé no chão.

Bem parideira.

Bem criadeira.

Seus doze filhos,

Seus vinte netos.

Vive dentro de mim a mulher da vida.

Minha irmãzinha.

Tão desprezada, tão murmurada...

Fingindo ser alegre seu triste fado.

Todas as vidas dentro de mim:

Na minha vida - a vida mera das obscuras!

Cora Coralina

Nós estabelecemos, e repeti-mo-lo muitas vezes, que cada um deve ocupar-se na cidade de uma única tarefa, aquela para a qual é mais apto por natureza (PLATÃO, Livro IV, 1999, p.132).

Não entrei na política enquadrada no contexto. Eu, simplesmente, surpreendi! Propus interação. Até meu próprio marido não acreditou e quase desmaiou, pois na terra do coronelismo... (PREFEITA 5)

RESUMO

BARBOSA, Cláudia de Faria. Famílias – pressupostos para a política local: Sombra ou alicerce? 2008, 131 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.

Vinculada à linha de pesquisa Família e Sociedade, analisa a influência das famílias na política e a inserção da mulher no poder público local. Parte-se da configuração histórica da família brasileira, de base patriarcal, com parentesco fundado em laços biológicos e sociais e suas especificidades na formação da sociedade contemporânea. O caminho percorrido perpassa por três áreas do conhecimento: História, Sociologia e Política. Como aporte metodológico, foram utilizados jornais, revistas, documentos eletrônicos, *sites* oficiais e entrevistas, com uma amostra de 18% de mulheres no exercício do cargo de prefeita dos municípios do Estado da Bahia, 2005-2008. Demonstrando que, além de lograrem pré-requisitos para a gestão pública, o fato de pertencerem a uma rede de alianças familiares, possuírem laços de parentesco e/ou descenderem de ancestrais políticos favorece a inserção delas na esfera pública local. Por fim, discute sobre a percepção das prefeitas em relação às suas redes familiares e trajetórias individuais no âmbito da esfera privada e pública.

Palavras-chave: Família. Política. Redes. Gênero. Sociedade.

ABSTRACT

BARBOSA, Claudia de Faria. Families – assumptions to a local politics: shadow or basis? 2008, 131 f. Dissertation (Master's at Family in the Contemporary Society) – Universidade Católica do Salvador. Salvador, BA.

Associated with the research on Family and Society, this dissertation analyzes the influence of families on the politics and the insertion of women in local public government. The starting point is the historical configuration of the Brazilian family, of a patriarchal basis, with a kinship founded in biological and social ties and their specificities in the constitution of the contemporary society. The pursued course passes through three areas of knowledge: History, Sociology and Politics. As a methodological support, newspapers, magazines, electronic documents, official sites and interviews were used, as a sample of 18 percent of women who are mayors in districts of Bahia, 2005-2008. They demonstrate that besides having qualifications for the public administration, the fact of belonging to a group of family alliances, and possessing bonds of kinship and/or descending from political ancestral collaborate to the inclusion of women in the local public area. At last, it discusses about the perception of women mayors in relation to their family groups and individual trajectories in the field of private and public sphere.

Keywords: Family. Politics. Groups. Gender. Society.

LISTA DE SIGLAS

Abreviatura	Significados
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CIA	Companhia Industrial de Aratu
DEAMS	Delegacias de Atendimento às Mulheres
DEM	Democratas
EUA	Estados Unidos da América
FBPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
IPU	União Inter-Parlamentar
LOA	Lei Orçamentária Anual
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAB	Programa de Atenção Básica
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCO	Partido da Causa Operária
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Social Democrático
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PESB	Pesquisa Social Brasileira
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRP	Partido Republicano Progressista
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrata
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade

PT	Partido dos Trabalhadores
PT do B	Partido Trabalhista do Brasil
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PUC	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PV	Partido Verde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UCSAL	Universidade Católica do Salvador
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UPB	União dos Municípios da Bahia

LISTA DE QUADROS

1 – Pioneiras na política brasileira e baiana-----	79
2 – Prefeitas dos municípios baianos, de 1958 a 2004-----	80

LISTA DE GRÁFICOS

1– Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia 1958 – 2009-----	84
2 – Prefeitas(os) dos municípios do Estado da Bahia 2005 – 2008-----	89
3 – Faixa etária das prefeitas dos municípios do Estado da Bahia 2005 – 2008-	94
4 – Partidos das prefeitas dos municípios do Estado da Bahia 2005 – 2008-----	95
5 – Profissão das prefeitas dos municípios do Estado da Bahia 2005 – 2008 ----	97
6 – Condição familiar das Prefeitas dos municípios do Estado da Bahia 2005 – 2008-----	98
7 – Profissão das prefeitas eleitas dos municípios do Estado da Bahia 2008 ---	107
8 – Partido das prefeitas eleitas nos municípios do Estado da Bahia 2008 -----	108

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS -----	17
	Referencial teórico e o universo investigado-----	18
1	FAMÍLIAS COMO ESTRUTURA DE PODER -----	23
1.1	Principais vertentes historiográficas e culturais-----	23
1.2	Estruturas familiares “subalternas”: agregados, afilhados e parentes de consideração-----	27
1.3	Autoridade <i>versus</i> subserviência-----	31
1.4	O cotidiano e a educação feminina-----	36
1.5	Gerações: repercussões nas relações familiares e sociais-----	39
1.6	Mas, afinal, o que é família? -----	44
2	POLÍTICA LOCAL: NOVOS OLHARES E VELHOS PROBLEMAS -----	49
2.1	Município: autonomia ou resquícios de um sistema coronelista?-----	49
2.2	A política e outros “termos” a ela correlacionados -----	53
2.3	Cidadania e as esferas “pública e privada”: tempos históricos-----	59
2.4	Poder e o termo <i>empoderamento</i> : é possível uma conexão?-----	65
3	GÊNERO E POLÍTICA: CATEGORIAS DE ANÁLISE ENTRECRUZADAS	68
3.1	Aporte teórico sobre gênero: referenciais analíticos -----	68
3.2	Mulher & democracia. (In)coerência entre norma e participação local -----	71
3.3	As pioneiras da política no Brasil, no Estado da Bahia e nos Municípios baianos-----	76
3.4	Presença feminina na política ou coadjuvantes e sucessoras?-----	84
4	VOZES FEMININAS: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS -----	90
4.1	Metodologia e universo investigado-----	90
4.2	Senso comum ou muito além do privado-----	93
4.3	As candidatas e prefeitas eleitas: manutenção ou (re) ordenamento? -----	106
	CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	109
	REFERÊNCIAS /FONTES -----	119
	I – Livros-----	118
	II – Revistas -----	123

III – Sites-----	128
IV – Teses e dissertações -----	131
V – Jornais -----	132
APÊNDICES-----	133
A - Roteiro da entrevista semi-estruturada-----	134
B - Termo de consentimento livre e informado-----	135
ANEXOS-----	136
A - Mapa do Estado da Bahia – Em destaque os municípios administrados por Prefeitas 2005-2008-----	137
B – Candidatas às eleições municipais 2008 – Estado da Bahia-----	138
C - Créditos da autora-----	142

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante a minha adolescência, década de 80, em Capela Nova – Minas Gerais, eu adorava ouvir as histórias e os casos que meu avô contava. E a maioria de seus assuntos me deixava intrigada. Ele, apesar de um ser um homem simples - eu o julgava uma pessoa de muita sabedoria - era possuidor de vocação¹ para a política e detentor de idéias muito próprias e precisas. Às vezes, comentava: “um político para chegar ao poder precisa de uma base familiar muito forte”.

Ele não chegou a exercer cargos de grande relevância. Partia sempre da premissa que, por não ter *pedigree*, ou seja, não ser de uma família de políticos tradicionais, teria de se contentar em ser um atuante nas bases e jamais concorrer a altos cargos, pois estes seriam destinados àqueles herdeiros do “trono”, como nos tempos da monarquia.

E as mulheres? Isso nem era cogitado. Embora muitas já tivessem sido eleitas, para ele, as poucas que se aventuravam não conseguiam “andar com as próprias pernas”, permaneciam como indivíduos dependentes de instruções para as decisões a tomar.

Apesar da minha admiração e da firmeza com que ele discutia os assuntos políticos, eu ficava me perguntando: O que é essencial em um político: ter vocação ou pertencer a uma família de políticos consagrados? O que conta na política: vocação ou hereditariedade? E por que a mulher não pode ter capacidades para exercer cargos políticos? E a família? É considerada como uma sombra ou um alicerce daqueles que enveredam por uma carreira política?

Os questionamentos permaneceram comigo durante muitos anos. Ao ingressar na União dos Municípios da Bahia² e acompanhar a trajetória das(os) prefeitas(os)

¹ O significado de vocação utilizado aqui não se refere a uma inclinação natural dos gêneros a determinadas profissões ou atividades. Trata-se do sentido proposto por Weber (1968, p. 28), segundo ele um vocacionado é “aquele que põe todo o coração em sua obra, e só nela eleva-se à altura e à dignidade da causa que deseja servir”. Portanto, aquele que tem uma convicção firme por algo.

² É uma associação civil sem fins lucrativos, cuja função é representar, de forma conjunta e constitucional, todos os municípios do Estado da Bahia, sediada em Salvador. Contribui com os municípios baianos, colocando à disposição dos(as) Prefeitos(as), serviços fundamentais de apoio à administração pública.

municipais, essas dúvidas aumentavam ainda mais. Percebe-se que o status familiar transcende na maioria dos homens políticos. Mas, e no caso das mulheres? É algo mais sutil porque são minorias ou por causa da invisibilidade delas inerente ao “papel feminino”? Será como elas deram o primeiro passo para a inserção na política? E quando? Na juventude? No exercício da profissão? Ou aproveitaram as oportunidades que o status familiar lhes proporcionou? Diante de tantos questionamentos, surge o tema desse trabalho. “Na verdade, a história de vida de cada pessoa encontra-se com fenômenos a ela exteriores, fenômenos denominados *sincronicidade* por Jung, e que permite afirmar: ninguém escolhe seu tema de pesquisa; é escolhido por ele” (SAFFIOTI, 2004, p. 43).

Portanto, a motivação para a presente pesquisa é o reflexo dessa inquietação sobre a influência da família na política, mas, para delimitar melhor o objeto de estudo, restringe-se ao papel da família na inserção da mulher na política local.

Não tenho essa preocupação no intuito de qualquer possibilidade de inclusão no mundo da política, nem mesmo de participação e militância partidária. Meu interesse surgiu desse dia-a-dia ligado aos(às) gestores(as) municipais, durante os últimos doze anos em que convivo profissionalmente com esse público, dotado de diversidade e características muito próprias.

Pretendo refletir sobre o papel da constituição familiar e cultural na configuração da sociedade contemporânea, sob a hipótese de que a mulher que pertence a uma rede de alianças familiares, possui laços de parentesco e/ou descendência de grandes ancestrais políticos possui maiores chances de ter acesso a cargos governamentais.

Referencial teórico e o universo investigado

Como a palavra “família” abrange diversos tipos de conceitos e interpretações³, faz-se necessário esclarecer qual é o tipo de família que está sendo utilizado aqui. “Ao usarmos o termo ‘famílias’, sublinhamos a diversidade das formas familiares. Embora o

³ Conforme descrito no item 1.6, p. 44

termo ‘família’ possa ser usado mais facilmente, é vital lembrarmos da grande variedade que este abrange” (GIDDENS, 2004, p.176). Nesse sentido, a Sociologia, a História e a Política serão utilizadas como instrumental teórico, pois juntas apresentam conceituações amplas e abrangentes. Fala-se de famílias, de rede de relações familiares e termos relacionados. Não se trata do uso restrito à família nuclear (pai, mãe e filhos). Aqui está incluso o parentesco, “fundado, ao mesmo tempo em laços biológicos e sociais, designando tanto as pessoas que são efetivamente parentes pelo sangue ou por aliança” (SEGALEN, 1996, p. 40) e demais versões apontadas.

As influências familiares permeiam as relações, os direitos e os deveres sociais⁴ e a escolha de uma abordagem interdisciplinar exige mais do que cruzar História e Ciências Sociais, sobretudo, fazer um exercício de “vigilância epistemológica”⁵ (BOURDIEU, 2002) e de “humildade acadêmica” (ECO, 1998).

Para López (2001), as pesquisas sobre a família não se têm limitado à investigação empírica, têm-se formulado diversas reflexões teóricas em torno da disciplina, seus métodos, suas fontes e sua colaboração com outras ciências sociais que devem ser levadas em conta na hora de abordar qualquer estudo nesse sentido.

Nesse sentido, o espaço e o tempo histórico são levados em conta, pois o país, além de possuir tamanho continental, conta com uma grande diversidade cultural e de costumes. A historiografia “passou a incorporar a idéia de múltiplos modelos familiares no Brasil e da existência de um sistema patriarcal modificado, especialmente no Sul do país a partir do início do século XIX” (SAMARA, 2002, p. 13).

As informações recolhidas foram organizadas para focalizar não só a realidade dos laços familiares e seu caráter operatório no universo político, mas também a trajetória individual.

Considerando a amplitude do assunto, o recorte principal está focado nas mulheres que se inseriram na política, em cargo executivo, ou seja, de prefeita

⁴ Por isso a abordagem aqui adotada é interdisciplinar, envolve a “articulação de disciplinas, de culturas de conhecimentos e de seres humanos”. Ao tratar de um sistema complexo, deve-se levar em conta que ele é um “conjunto de relações em que umas relações (e seus atores e sujeitos) definem outras e se redefinem pelas outras, sem que nenhuma delas (e deles) em separado possa explicar o comportamento das partes e do todo” (CASANOVA, 2006, p. 29 e 56).

⁵ “A vigilância epistemológica impõe-se, particularmente, no caso das ciências do homem nas quais a separação entre a opinião comum e o discurso científico é mais impreciso que alhures” (BOURDIEU, 2002, p. 23).

municipal, eleitas em 2004 e que tomaram posse em janeiro de 2005, como aquelas que assumiram posteriormente e se mantiveram no cargo no período de realização da pesquisa, biênio 2007-08. O recorte territorial adotado foi o Estado da Bahia, que elegeu 34 prefeitas, mas, com substituições posteriores, a amostra final é de 37 prefeitas, conforme descrito no último capítulo. Vale ressaltar que, em citações referentes aos pronunciamentos das prefeitas, abordadas nessa construção, optou-se por não mencionar nomes, apesar disso não ter sido condição imposta pelos sujeitos da pesquisa⁶. Nesse sentido, serão utilizados os pseudônimos, prefeita 1 a prefeita 7.

Os objetivos envolvem identificar, na atuação das prefeitas, a postura em relação à herança cultural e histórica de sucessão no poder e na democracia representativa, além de verificar como as hierarquias são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas, considerando a multiplicidade e diversidade de fatores contraditórios que atravessam o campo familiar e político.

Busca compreender o motivo da baixa representatividade das mulheres na gestão municipal, mesmo existindo ações afirmativas como é o caso das cotas dos partidos políticos, asseguradas pela legislação, considerando a história recente da família brasileira no contexto social, para tanto, trata-se de fazer um panorama do contexto em que as prefeitas dos municípios baianos estão inseridas, além de elucidar suas percepções individuais e, através de suas “vozes”, entender como lidam com as idiossincrasias resultantes do choque de interesses da relação bipolar entre o público e o privado, considerando que “muito mais que qualquer outra fonte, o depoimento oral ou escrito necessita esforço de sistematização e claras coordenadas interpretativas” (BOSI, 2003, p. 49).

O trabalho é estruturado em quatro capítulos. Na revisão da literatura do primeiro capítulo, abordou-se sobre os temas referentes à família, seus delineamentos teóricos, históricos e culturais. Essa discussão se desenha sobre um pano de fundo composto por idéias tradicionais acerca da história de formação da família brasileira, pois “é através de um complicado processo de transmissão de valores, conceitos, ideologias, concepções, comportamentos, que se faz a socialização política dos seres humanos – homens e mulheres” (TABAK, 1983, p. 50). Fazem-se referências a autores que

⁶ Ver Termo de Consentimento, Apêndice B, p. 135

investigaram a cultura brasileira, como Freyre (2004), Mattoso (1992), Holanda (1995), Dias (1995), entre outros. Discute-se sobre as estruturas familiares “subalternas”, o cotidiano e a educação das mulheres, as gerações e, sobre a família, assunto tão permeado por definições do senso comum, busca-se “sintetizar” alguns estudos e concepções.

O segundo capítulo faz referência à política, buscando olhar de forma diferente os “velhos problemas”. Disserta-se sobre o município, como ente federado, que através de um representante, busca autonomia e condições que façam cumprir o papel de melhorar a vida dos cidadãos por todos os cantos do país. A representatividade política é discutida sob a influência histórica, podendo ser concebida como algo que possa ser herdado. Assunto que envolve as famílias, as redes de parentesco e relações de poder e suas influências, com base nas teorias de Canêdo⁷ (2002 e 2007), Weber (1968) e diversos outros autores clássicos e contemporâneos, referenciados no decorrer do debate.

O terceiro capítulo busca entrecruzar as categorias gênero e política. Tendo como principais referências Costa (1988), Cavalcanti (2003), Saffioti (1969), Alves (2007), entre outras. Discute-se cidadania política, voto e o sistema de ação afirmativa, bem como referencia as pioneiras, a presença feminina e os espaços de representação na política. Afinal, as mulheres estão no poder ou são apenas mulheres de políticos, reprodutoras de uma ideologia patriarcal?

Por fim, no quarto capítulo, a análise recai sobre os dados, levando em conta o problema das fontes e da escrita, considerando que “pesquisar não é um processo linear no qual se pode ir de um ponto a outro de modo simples, linear” (BOOT, COLOMB, WILLIAMS, 2000, p. 37). Envereda-se pelas “vozes femininas” e pelas representações, a partir dos delineamentos metodológicos e universo investigado, apresentando a discussão dos dados empíricos. A coleta de informações baseou-se em dados sobre as representantes do poder executivo nos municípios baianos durante a gestão 2005 – 2008, ou seja, seus partidos, votos e municípios através de dados

⁷ Com base numa pesquisa empírica sobre as metáforas da família na transmissão do poder político, Canêdo (2007) discute um método para examinar os fundamentos de alusões à família como princípio da realidade social. Não considera as fontes como caso técnico, mas como problemática ligada à metodologia sócio-histórica do político.

publicados em jornais, revistas, documentos eletrônicos e *sites* oficiais, dicionário biográfico e instituições como União dos Municípios da Bahia (UPB), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Realizou-se entrevista semi-estruturada com prefeitas escolhidas a partir dos dados coletados, às quais se dispuseram a relatar suas trajetórias individuais, familiares e políticas. Por fim, foi feito um panorama sobre as candidatas 2008 e o demonstrativo das eleitas para as prefeituras dos municípios do Estado da Bahia para a gestão 2009-2012.

1 FAMÍLIAS COMO ESTRUTURA DE PODER

Pensar a família a partir de sua natureza histórica, como objeto que o mundo social nos impôs, levando em conta tudo que este objeto deve à sua inserção nas estruturas sócio-políticas mais amplas, sem deixar escapar os processos complexos que comandam as relações que ela mantém com os demais sub espaços políticos e sociais (CANÉDO, 2007).

1.1 Principais vertentes historiográficas e culturais

Procura-se mostrar no presente capítulo como, principalmente em sua etapa inicial, a família brasileira se constituía em um grupo onde as relações de poder eram similares a uma sombra ou um alicerce que seguia os indivíduos também no espaço social. Nesse local singular onde “o princípio de autoridade é indisputado, a família colonial fornecia a idéia mais normal do poder, da respeitabilidade, da obediência e da coesão entre os homens, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82), prevalecendo hierarquias baseadas na dominação e na submissão.

A formação dessa sociedade se processa, com maior intensidade, a partir do século XVI, em meados da década de 30, e se dá “através de gente casada vinda do reino, quer das famílias aqui constituídas pela união de colonos com mulheres caboclas ou com moças órfãs ou mesmo à toa, mandadas vir de Portugal pelos padres casamenteiros” (FREYRE, 2004, p. 85).

O sistema rural e semi-rural foi predominante, contribuindo, segundo Freyre (2004), para a existência da família extensa baseada no patriarcado, considerada como a unidade política, econômica e social que terá um papel fundamental na definição inicial da história brasileira.

A família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia do comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, construindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América. Sobre ela o rei de Portugal quase que reina sem governar. Os senados de câmara, expressões desse familismo político, cedo limitam, o poder dos reis [...] (FREYRE, 2004, p.81).

Através da família, é possível compreender como se davam as relações mais amplas na sociedade, sendo ela um núcleo de fomento de relacionamentos. Por isso, Freyre afirma ter sido mais forte que o rei a influência das grandes famílias possuidoras de terras e de bens, onde o nepotismo⁸ fazia parte do processo de formação do povo brasileiro. “Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu [...], uma variedade de funções sociais e econômicas. Inclusive, nepotismo, que aqui madrugou” (FREYRE, 2004, p. 85).

Na “casa grande”, as relações eram estabelecidas e as ligações transferidas para as funções públicas e sociais. Entretanto, as uniões não eram apenas entre membros de uma mesma etnia. Para o escravo, “os laços de família, os vínculos de amizade e de vizinhança influem, pois, profundamente quando é preciso contribuir ao pagamento da alforria” (MATTOSO, 1982, p.195). Criavam-se laços de dependência entre eles e os senhores proprietários das terras, fazendo com que o público e o privado se confundissem.

A administração brasileira seria o reflexo da história no período da colônia, quando toda administração era baseada em Portugal, sendo permeada de resquícios das raízes portuguesas. A organização colonial governada por uma comunidade de burocratas concorreu para crises, conflitos e o subdesenvolvimento. Foi uma herança social e política concentrada “no poder minoritário, numa camada institucionalizada.

Forma-se, desta sorte, uma aristocracia, um estamento⁹ de caráter aristocrático, do qual se projeta, sem autonomia, uma elite” (FAORO, 1998, p. 92). Essa elite¹⁰ foi,

⁸ “Concessão de empregos ou contratos públicos baseados não no mérito, mas nas relações de parentesco” (BOBBIO, 2000, p.291-2). O Supremo Tribunal Federal, em súmula publicada no DOU do dia 29/08/2008, proíbe a contratação de parentes até terceiro grau nos Três Poderes. Sendo, “a nomeação de parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, da autoridade nomeante investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios viola a Constituição Federal.”

⁹ “Estamento burocrático” foi um termo utilizado por Faoro, no qual se baseou sua análise, que busca explicar a situação de arbítrio e regulamentação da economia nacional na administração pública. Foi através da herança social e política que concentrou o poder minoritário numa camada institucionalizada, formando uma organização social e política em que o governo é monopolizado por um número reduzido de pessoas privilegiadas, geralmente por herança, da qual se projetou a classe dirigente do Brasil. (FAORO, 1998, p. 92).

¹⁰ Termo utilizado, conforme Araújo (2002, p. 152), “em sentido lato, para definir a composição que, necessariamente, filtra, de um universo mais amplo, um grupo minoritário para exercer a representação”.

predominantemente, a família do senhor de terras que permanecia no centro das decisões, mas recebia influências de outros grupos. “A unificação moral e política realizou-se em grande parte pela solidariedade dos grandes grupos contra a heresia[...]” (FREYRE, 2004, p. 269).

A cooperação e a reciprocidade encontraram espaços suficientes para se prolongarem por aqui, tornando-se características próprias, perfeitamente normais na aquisição de vantagens pessoais por intermédio de pessoas com as quais encadeavam relações de afeto e camaradagem. Persiste uma incapacidade em prevalecer uma “ordenação impessoal e mecânica sobre as relações de caráter orgânico e comunal, como o são as que se fundam no parentesco, na vizinhança e na amizade” (HOLANDA, 1995, p. 137).

Mesmo na monarquia, cabia ao fazendeiro, proprietário de terras, a iniciativa em busca das soluções para os problemas do grupo. Ele respondia pelos negócios, como a comercialização dos bens, e por fazer cumprir as obrigações dos integrantes de seu grupo familiar, que se estendia aos agregados e parentes distantes, também zelava pela manutenção dos escravos de sua propriedade. Diante de tantas atribuições e responsabilidades, “monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestável domínio” (HOLANDA, 1995, p.73).

Essa liderança deu origem à figura do ‘coronel’¹¹, que passou a ocupar o lugar de maior destaque na comunidade, e é visto como possuidor de bens, o que nem sempre é verídico. “O roceiro vê sempre no ‘coronel’ um homem rico, ainda que não o seja: rico, em comparação com sua pobreza sem remédio” (LEAL, 1997, p. 41). Exercia autoridade e governava dentro dos limites de suas terras, sob os princípios de autoridade. Para Freyre (2004), o resultado foi vantajoso, pois promoveu o desenvolvimento da iniciativa particular estimulada nos instintos de posse e de mando.

Percebe-se um contraste entre Freyre (2004) - que atribui vantagem no instinto de poder dos proprietários - e Mattoso (1992) que analisa a divisão de grupos, tornando a instituição familiar um meio de promoção de via única. “Eis um primeiro traço

¹¹ Ver capítulo 2.1, p. 49.

característico dessa sociedade, que dava margem a comportamentos sociais que transgrediam os estatutos legais que a dividiam entre brancos e negros, senhores e escravos” (MATTOSO, 1992, p. 210), podendo-se acrescentar ainda, entre homens e mulheres.

As hierarquias sociais eram moldadas de acordo com os acontecimentos internos das casas, no cotidiano das famílias. Nas cerimônias e ritos de passagem¹², havia predominância de valores e atitudes relacionadas com as atuações individuais, que influenciavam a vida da comunidade de forma mais ampla. Os interesses e as questões políticas e públicas sofriam interferência da família.

[...] Em torno da família devem ser buscados os elementos para se compreender as complexas hierarquias sociais, pois a família era o eixo a cuja volta giravam as relações sociais, com base nas quais as hierarquias se faziam e desfaziam. Reunindo parentes, agregados e vizinhos de rua ou de bairro, os casamentos, nascimentos, enterros e outros acontecimentos familiares eram atos públicos e, como tais, criavam situações privilegiadas para apreender a trama tecida pelos laços sociais (MATTOSO, 1992, p. 210).

É dentro da família que se tece a urdidura e por entre as quais passam os fios da trama social, numa sociedade marcada por fortes relações parentais. Embora seja necessário considerar dois aspectos: a família como um fator que contribuiu para as decisões políticas, ainda que por outro lado, tenha impedido a sociedade de avançar por conta de ficar dependente de interesses pessoais.

É o que demonstrou Costa Pinto ao analisar as condições do aparecimento das lutas de famílias no Brasil como um fenômeno que manifestava a força da organização familiar em contraste com a debilidade da organização política, num tempo em que a família exercia o máximo de funções sociais e se fazia como um agrupamento político quase completo. Ao desencadear uma vingança, a luta se travava em nome da honra de seus membros. Para vingar um, não bastava a morte do adversário, podendo exterminar toda a família rival. O único meio de cessar essa “guerra” era através de um tratado de paz registrado em cartório. “Só quando o poder público passa a intervir na vingança é que começa a surgir uma norma, um sistema mais ou menos fixo de reparações pecuniárias, composições ou multas” (COSTA PINTO, 1949, p. 126).

¹² Os ritos de passagem se referem àqueles vividos por uma pessoa no decorrer da existência, como batizado, casamento, morte, entre outros, aqui especialmente vinculados a marcos dentro das famílias.

No meio colonial brasileiro, a organização familiar se constituiu como a única ordem perfeita e íntegra que essa sociedade conheceu. No entanto, com a mudança nos padrões familiares da “casa grande” para a “família conjugal moderna”, a família se tornou insignificante economicamente, deixou de “ter valia para ponderar e intervir em qualquer forma de organização de governo, que ninguém se lembraria de proclamá-la base do Estado[...]” (DUARTE, 1966, p. 64 e 69).

1.2 Estruturas familiares “subalternas”: agregados, afilhados e parentes de consideração

*Família! Família! / Vovô, vovó, sobrinha / Família! Família! / Cachorro, gato, galinha
Família! Família! / Vive junto todo dia / Nunca perde essa mania.*
(TITÃS, 1997)

Pretende-se aqui, esclarecer e demonstrar que a família patriarcal não foi o único modelo de família brasileira existente, pois ela não dá conta de explicar o foco de autores como Gilberto Freyre, Costa Pinto e outros, os quais tratam da família patriarcal patrimonialista. Para eles, a visibilidade existente era apenas do homem branco, mas que possuísse bens. Formas mais abertas e diversificadas constituíam grande parte das famílias.

Para Samara (1989), que realizou uma pesquisa sobre o tema, em São Paulo, no século XIX, o conceito genérico de “família patriarcal” não deve ser aplicado em momentos históricos e contextos diferenciados nos diversos segmentos sociais. A prevalência é pelo padrão nuclear de família, expandida para outras regiões, sobretudo para o sul do país. Ela rompe com o modelo de família patriarcal como organização ideológica e seu estudo abrange outros “fogos”¹³. Essa conclusão não invalida a concepção de Gilberto Freyre (2004), sobretudo nas lavouras nordestinas, mas perde eficácia como parâmetro único de família brasileira.

¹³ Termo usado por Samara (1989) para se referir aos grupos familiares que habitavam um mesmo teto.

Não é possível falar de um padrão único de família, mesmo predominando as “nucleares, com estruturas mais simples, se alterava com fogos minoritários de relações de parentesco, amizade e trabalho”, incluindo aí solteiros/as, viúvos/as com ou sem filhos, homens e mulheres solitários, celibatários por convicção ou circunstância, casais sem filhos, ex-escravos, compadres/madres, agregados/as, grupos que se articulam com “laços de solidariedade e dependência ligando os indivíduos entre si e formando uma verdadeira rede de relações sociais” (SAMARA, 1989, p.169 e 171).

Mattoso (1992) verifica que na Bahia, nesse mesmo século, a organização familiar seguia rumos também diversificados, de forma similar, em alguns aspectos à família paulistana analisada por Samara (1989). A família baiana, sobretudo na Capital, vivia de forma simples e flexível, embora com fortes resquícios da família patriarcal, “apresentava traços ‘modernos’ em suas estruturas e ‘arcaicos’ em seus fundamentos e atitudes”. Em sua conjuntura, mantinha a presença de agregados, convivendo sob o mesmo teto. Era “homem ou mulher, preto, branco ou mestiço, livre ou liberto, que vivia em estreita dependência e sob a proteção de uma família” (MATTOSO, 1982, p. 171 e 250).

Os agregados são “como se fossem da família”, destacando que, a depender da forma de atuação que estabeleçam dentro do seio familiar, podem ter uma relação mais próxima ou mais distante dos outros membros. Eles colaboram de forma incisiva para a existência de famílias extensas. “Eram afilhados¹⁴, ex-escravos alforriados, empregados do chefe da família, ou simplesmente pessoas pobres, mal sucedidas na vida, que vinham buscar, junto a amigos abastados, cama, mesa e o aconchego de um lar organizado” (MATTOSO, 1992, p. 448).

A conceituação bem clara da palavra indica que afilhado é o “indivíduo em relação a seu padrinho e/ou sua madrinha, podendo ser o protegido, o favorito, o preferido”. (AFILHADO, 1986, p. 55). Os padrinhos são aqueles que foram escolhidos pelos pais para proteger, favorecer e tratar de forma especial àquela criança.

Demonstram o peso do elemento relacional, mediante vínculos solidários e

¹⁴ Transpondo para os dias de hoje, é comum a expressão “afilhados” e “padrinhos políticos”. Na época da campanha eleitoral, ainda é mais visível. Por exemplo, “Caciques em defesa dos afilhados. Os padrinhos políticos foram destaques novamente no guia eleitoral...” (Notícia veiculada na Folha de Pernambuco do dia 16/09/2008).

informais que se dão, se recebem e se motivam dentro de um círculo familiar e de amizade. Ainda hoje, apesar da família grande estar cedendo lugar a uma família nuclear, composta por poucos integrantes, persistem as relações de apadrinhamento¹⁵.

A família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial. [...], as relações de compadresco representam a preservação dos antigos padrões, substituindo, até certo ponto, as funções antes desempenhadas pela família extensa (SAFFIOTI, 1969, p. 196).

Para Mattoso (1992), a prática do apadrinhamento era tão influente nas redes familiares baianas que havia padrinhos e madrinhas “de consideração”. Um afilhado podia ser alguém íntimo da família, que por ter qualidades especiais e conseguir criar fortes laços afetivos passava a ser um afilhado de consideração. Era uma associação que trazia embutida uma solidariedade flexível e multifuncional, pois o relacionamento entre padrinhos/madrinhas, afilhados(as) e compadres(madres) era permeado de atitudes de interesses econômicos e políticos, consideração, estima e responsabilidade que eram transmitidas de geração em geração. Transpondo para a situação de hoje, a prefeita 6 comenta:

Apoiei a prefeita anterior, a elegi. Na época foi uma coisa complicada, porque há muito tempo não se fazia sucessor no município. Ela foi minha candidata, se eleger. Mas, as madrinhas e os afilhados, como sempre, se divorciam depois... A gente apóia uma pessoa e depois se desentende, né?... Com três meses, a gente não falava a mesma linguagem política, a gente tomou um caminho diferente.

Percebe-se que a “afilhada política” ao ser eleita deixou de seguir as idéias da “madrinha” fato que foi decisivo para o rompimento entre elas, passando a ser concorrentes nos pleitos eleitorais.

Voltando ao passado, outro fator que exercia influência era o religioso. Quando nascia uma criança, a preocupação dos pais era escolher um padrinho e uma madrinha

¹⁵ A esse respeito, ver Barozet (2003). Seu trabalho trata sobre a troca de favores nas classes médias chilenas como mecanismo social de acesso ao mercado de trabalho. A troca de favores – *pituto* o *compadrazgo* em linguagem coloquial é uma forma de reciprocidade entre indivíduos que permitem, mediante vínculos solidários informais, que não são necessariamente os de sangue, manter uma solidariedade orgânica e a manutenção/ordenamento social. Este vínculo descansa em uma ideologia da amizade. O termo *compadrazgo* corresponde, no Brasil, à relação que existe entre os pais e os padrinhos de uma criança, ou seja, o compadre, que se define como um sistema de reciprocidade que consiste no intercâmbio contínuo de favores. O uso dos vínculos pessoais explica o status que se alcança nas camadas médias.

que a acompanhassem durante a vida. Além de ser um conselheiro, poderia ajudar o afilhado na carreira, sempre com intuito de ser uma espécie de “anjo protetor”. Era importante que os padrinhos fossem pessoas disponíveis e bem relacionadas econômica e socialmente, pois integravam “uma estratégia de ascensão social, pelo menos, de preservação de uma condição já alcançada. Assim, consolidavam-se e estendiam-se os laços de solidariedade” (MATTOSO, 1992, p. 175).

A escolha tinha de ser segura. Era necessário esperar que a criança crescesse um pouco para batizá-la, afinal os vínculos criados a partir de um batizado se tornavam fortes e iam além da afetividade da criança com o padrinho e a madrinha, transformavam-se em laços de compadrio que duravam por toda a vida. Era uma honra ser escolhido(a) como padrinho ou madrinha de alguém. Demonstrava, sobretudo, ser uma pessoa de prestígio e que gozava junto aos amigos e/ou conhecidos de boa reputação na sociedade. “Esses laços ficavam registrados nos documentos oficiais: raros são os testemunhos *pos mortem* que não mencionavam os afilhados do finado” Reforçavam-se solidariedades sociais que prolongavam as relações para além do contexto familiar, “podia ser mais interessante ter um padrinho influente que um pai rico; quando se tratava de alguém que pertencia a uma camada superior da sociedade, era uma relação que valia ouro” (MATTOSO, 1992, p. 34 e 131).

A ascensão social, através do apadrinhamento, ainda era restrita às pessoas de classes sociais mais favorecidas, ou seja, às famílias dos senhores e aqueles escravos que já conseguiam algum status na região. “Ao que tudo indica, o apadrinhamento como meio de ascensão social só desempenhava papel importante entre a população livre e branca, ou entre a de cor, quando já estabelecida na sociedade” (MATTOSO, 1992, p. 213 e 214).

O compadrio se refere a um tipo de “contrato imposto” e possui certas implicações, pois “é expressão de uma totalidade que se impõe ao indivíduo; que ele segue regularidades e mesmo regras obrigatórias, engendrando práticas que reproduzem o grupo social como um todo” (WOORTMANN, 1994, p. 54).

Dentro dessas categorias de papéis, há ainda o parente de consideração, podendo substituir o pai ou a mãe, por circunstâncias diversas. “Um parente por consideração é parente na acepção plena da palavra, com tudo que essa noção implica

de mais estrito e profundo”. Ao ser escolhido para desempenhar um papel familiar, era difícil escapar, daí surgiam “novas relações que se tornam tão fortes quanto as de parentesco consangüíneo. É o que os baianos chamam de ‘parentesco por consideração’ que não deve ser confundido com parentesco por aliança” (MATTOSO, 1992, p. 174).

Há outros tipos de parentesco, cujas influências estão nas crenças africanas do candomblé, são os parentescos espirituais. A exemplo dos pais, mães, filhos e filhas de santo, considerados como pessoas especiais, por essa razão recebem nomenclatura semelhante a de um grupo familiar. “Ele existe em outros lugares, mas, na Bahia, sua importância é tamanha que é preciso colocá-lo no mesmo nível do parentesco consangüíneo” (MATTOSO, 1992, p.174). Mesmo sem o parentesco consangüíneo ou por aliança, através do casamento, os vínculos e as redes sociais¹⁶ se fazem presentes.

1.3 Autoridade *versus* subserviência

Falta vinculação a um contexto histórico específico, passo importante para a catarse do conteúdo ideológico e condição sine qua non para mostrar as mulheres como seres sociais integrantes de poder, redes de dominação e laços de vizinhança (DIAS, 1995, p. 50).

Na epígrafe acima, Dias comenta sobre a condição vivida pelas mulheres, que prevaleciam à margem dos fatos e ausentes da História, mas não eram privadas de relações de poder e de conflito. Mesmo na cidade, onde se separou ideologicamente o “papel feminino” de forma mais visível, mulheres pobres buscavam recursos para a sobrevivência. “Urdiam pequenas transações e encomendas, numa variedade de acertos e tratos verbais enredados em laços de parentesco, relações domiciliares, entre afins e vizinhas[...]” (DIAS, 1995, p. 20). Buscavam sobreviver como podiam, na informalidade e nos trabalhos rudimentares em troca do pão de cada dia.

Já no meio rural, os senhores de engenho exerciam autoridade sobre escravos e possuíam todo poder com as mulheres “criatura reprimida sexual e socialmente dentro

¹⁶ A esse respeito ver Carvalho (2005, p. 192) “O vínculo interpessoal é uma condição que maximiza a possibilidade de compartilhamento de coisas socialmente construídas, uma vez que cria a possibilidade de repetição e elaboração do que já é compartilhado”.

da sombra do pai ou do marido“ (FREYRE, 2004, p. 114), mesmo sendo senhoras e tendo regalias proporcionadas pelas escravas, eram vítimas do domínio ou do abuso do homem.

Opiniões diversas demonstram algo em comum sobre o papel exercido pela mulher na sociedade. Holanda (1995, p. 124) entende que a posição ocupada era: “[...] mais estreitamente vinculada ao lar do que o homem, a mulher era aqui, como o tem sido em toda a parte, o elemento estabilizador e conservador por excelência, o grande custódio da tradição doméstica”. Demonstra uma percepção da ocupação dos papéis femininos como naturais.

Por outro lado, Mattoso (1992, p. 448), percebe o poder exercido pelo homem e a importância do papel que a mulher desempenhava dentro de casa, “o pai – verdadeiro *pater famílias* – tinha poderes absolutos. Mas, a alma do lar era a dona de casa, que muitas vezes administrava sozinha àquele pequeno mundo de que raramente se afastava”.

Em proporções diferenciadas, os dois autores comungavam sobre a relevância da atuação feminina. A mulher ou “donzela” de boa família que permanecia inerte, confinada dentro de casa, não podia transitar sozinha, em consonância com a distância e com a falta de recursos de meios de transporte. Este fato foi mais um, dos inúmeros motivos, que a fizeram mais conservadora do que o homem, sendo “o elemento de estabilidade da sociedade. Eram os filhos e não as filhas da casa-grande, que recebiam educação na Europa e que promoviam as inovações sociais e políticas e até mesmo alterações na moda feminina” (SAFFIOTI, 1969, p. 184).

Nas famílias de melhor condição social, os filhos iam estudar no exterior, oportunidade que não era proporcionada às filhas. “A autoridade paterna reduzia as mulheres ao estado de eternas menores, condenadas a passar da submissão ao pai à submissão ao marido, sem conseguir uma autonomia real” (MATTOSO, 1992, p. 190).

Essa assertiva demonstra a idéia das mulheres como “sombra” de alguém, da sujeição do pai, ela passava à dependência do marido. Boa parte da população, ainda hoje, conserva esse pensamento que põe a mulher em situação de submissão. O que é evidenciado através do depoimento da prefeita 5.

“Para eu ‘pegar’ na política, fui registrada na chapa “Fulana de dr. Sicrano”. No entanto, eu acabei ‘engolindo’ a figura de dr. Sicrano. Eu era de... Hoje ele é parente de

Os eleitores precisavam de referência. Fulana de quem? Ou seja, a candidata necessitava estar ancorada em uma “figura masculina” que nesse caso foi a do marido.

O que confirma o predomínio da relação de conflito, tendo primazia a posição hierárquica daquele que possuía o poder em detrimento do mais frágil, “resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-mos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal” (FREYRE, 2004, p.114), fato que também pode ser observado como uma questão de gênero, ou seja, a dominação do masculino sobre o feminino.

A posição da mulher era viver dentro dos padrões sociais impostos, como “propagadora da missão católica e provedora do núcleo fundamental da vida feminina: a família [...]” (CAVALCANTI, 2007, p. 73).

Cumpriam-se os papéis definidos pela sociedade, com regras claras. Dentro da família, eram passados os valores que predominavam, tais como recato, meiguice, discrição. A cada qual, dentro de limites pré-estabelecidos, cabia fazer cumprir suas obrigações, conforme os costumes. No entanto, a falta de recursos e tecnologia fazia com que elas assumissem obrigações que eram inerentes ao “papel masculino”.

Não somente houve casos freqüentes em que as viúvas tomaram a direção dos negócios da família com energia e sucesso, revelando-se líderes genuínas, mas também casos, em que a esposa de um homem incapaz ou incapacitado tomou seu lugar na chefia da família. Mesmo na história política do país há vários exemplos de mães de família com vigorosas habilidades para a liderança (SAFFIOTI, 1969, p. 181).

Muitos desses exemplos passaram despercebidos pelos historiadores,¹⁷ restando apenas os mais aparentes. Em estudos mais específicos, é possível encontrar relatos de mulheres que exerceram liderança. Maluf (1995) analisou aspectos do dia-a-dia de duas fazendeiras, em que tornou visível os papéis desempenhados por mulheres da elite rural nas zonas de expansão cafeeira em São Paulo, no fim do século XIX e começo do século XX. A minuciosa luta pela sobrevivência das personagens Floriza e

¹⁷ Conforme Valdés (2000), a ação das mulheres foi marcada por uma cultura patriarcal que permanece até os dias atuais em todas as regiões. Esta se plasma em relações de poder e subordinação entre homens e mulheres, nas quais elas são constantemente relegadas ao âmbito da reprodução, do público e do doméstico e invisibilizadas em sua ação pública.

Brazília e suas famílias, num contexto de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, envolvendo uma classe social elitizada no auge da crise do café.

O trabalho, com base nos diários de memória, escritos pelas próprias fazendeiras, demonstra a liderança delas no cotidiano das fazendas, das propriedades e dos grupos familiares, no qual elas “quebraram” com o papel idealizado da mulher de elite, ou seja, o mito de mulheres ociosas, passivas e indolentes na sociedade cafeeira, como é descrito na história oficial.

Há uma omissão da História frente à relevância do papel feminino na formação da sociedade brasileira. Fala-se da influência dos colonizadores, fazendeiros, aventureiros, trabalhadores, escravos..., mas há poucos registros que apontam a mulher como “peça” importante nesse processo. Quando muito, a descreve como inativa, aparte e inerte aos problemas sociais. Essa consideração remete à idéia de oposição entre “história das mulheres” e “história dominante” que se constitui um “desafio cujo objetivo não é o de substituir a crônica de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, mas, ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambigüidade e a tragédia” (MALUF, 1995, p. 117).

A mulher teve uma participação forte na História do país, quando na condição de “ajudar o marido”, tomava para si responsabilidades e tarefas árduas e de responsabilidade. Administrava a casa, o que não era tarefa simples, pois nas áreas rurais, sobretudo nas fazendas, essa administração incluía cuidar dos filhos, dos empregados domésticos, ajudar o marido e manter o grupo familiar. Devido às dificuldades e a falta de recursos logísticos, os obstáculos eram infindáveis. A falta de estrutura nas casas, como água encanada, energia elétrica e acesso aos remédios e produtos industrializados, exigia iniciativa e capacidade de improvisar para resolver questões urgentes, como em caso de acidentes, doenças, desentendimentos e violências entre pessoas conhecidas e aventureiros que apareciam.

Os alimentos eram em sua maioria, produzidos e armazenados em casa, os remédios eram extraídos de ervas plantadas nas hortas e se resumiam, basicamente aos chás caseiros. A educação dos filhos, sobretudo dos pequenos que viviam em áreas distantes, longe de instituições de ensino, era confiada à mãe. As roupas eram tecidas e costuradas em regime doméstico. Tarefas essas de “obrigação da mulher”,

que também “ajudava” o marido na administração dos negócios e o substituía em suas ausências, mas prevalece a idéia baseada no senso-comum, que o “trabalho da mulher é de auxílio ao marido. Ou seja, o trabalho auxiliar é um trabalho sem o mesmo grau de relevância” (MALUF, 1995, p. 198).

Em complementação a isso, a Igreja e a sociedade faziam com que as “funções femininas” fossem entendidas e controladas. Essa fiscalização era feita, sobretudo, pelo pai e irmãos, mas também recebiam a colaboração dos padres, que persuadiam com idéias voltadas para a obediência e o recato, e dos médicos, que as incentivavam a acreditar que sua função enquanto mulher fosse exclusivamente a maternidade.

A mentalidade de controlar a mulher pela força e pela violência, como pelo exercício do *pater-famílias*, começava então a ser substituída por forças mais sutis de dominação. Os homens de letras do período colonial foram os emissores de um discurso crítico sobre os destemperos femininos, cuja intenção era valorizar as ditas honestas, obedientes e recolhidas. As admoestações, aparentemente dirigidas a um público misto, terminavam por circunscrever no mau exemplo exclusivamente a mulher (DEL PRIORE, 1995, p. 114).

Elas deveriam ser obedientes e tinham que demonstrar recato em suas atitudes, predicados estes tidos como naturais e imbuídos na personalidade de cada uma, senhora de bem e de família.

Por outro lado, Dias chama a atenção para a importância da mulher branca e de seu papel no projeto social de colonização do Brasil, que resultava na valorização social da mulher portuguesa, como reprodutora e transmissora da propriedade, dos costumes, dos valores ideológicos e dos símbolos de ascendência como cor, língua e religião.

Possuíam funções de reproduzir e transmitir bens, “no mandonismo local, volta e meia apareciam como chefes de alianças familiares, como tal figuravam como mediadoras do processo de organização política entre o poder central e o local” (DIAS, 1995, p. 109). Sua influência era tida como relevante em diversos aspectos na comunidade.

1.4 O cotidiano e a educação feminina

Os homens vão à caça e as mulheres cuidam do trabalho que pode ser feito sem um comando rígido. É impossível determinar quanta violência precedeu ao hábito mesmo de uma ordem tão simples (ADORNO,1999, p. 37).

Não é por acaso que a função da mulher prevaleceu durante séculos como de exercer um papel de “auxiliar” ao homem. Essa premissa teve como sua aliada a educação. Nesse sentido, pretende-se demonstrar como o cotidiano e a educação diferenciada para as meninas conseguiram dar conta dessa questão¹⁸.

A História mostra a diferença na educação de meninos e meninas, seja na educação formal, seja nos processos mais amplos que buscavam “atividades intelectuais e de gerência para os da elite, serviços manuais para as classes populares, trabalhos próprios para mulheres e próprios para os homens [...]” (LOURO, 1994, p.44).

Os anos passavam, e nas cidades e nos povoados, sem falar na imensidão rural, grande parte da população continuava analfabeta. Contribuía com essa situação a cultura portuguesa que mantinha a idéia de que a mulher deveria viver confinada dentro de casa, no espaço e ambiente doméstico e familiar. “[...] na civilização portuguesa não havia lugar para a instrução feminina, considerada verdadeira ‘heresia social’. O seu ideal de educação circunscrevia-se exclusivamente às prendas domésticas” (SAFFIOTI, 1969, p.200).

Elas não tinham acesso livre aos livros, pelo contrário, muitos eram proibidos e censurados principalmente aqueles que pudessem tirá-las do ideal de serem submissas e religiosas. A leitura e as atividades intelectuais eram tarefas preponderantemente masculinas¹⁹ e as decisões eram tomadas de acordo com os interesses dos latifundiários e coronéis que “teciavam as tramas políticas e silenciavam agregados,

¹⁸ Louro (2005) refere-se não apenas às diferenças na educação escolar, proposta para meninos e meninas, mas aos processos educativos mais amplos que eram propagados fora da escola e que tinham o objetivo de formar cidadãos.

¹⁹ Ver Leite (2005). O estudo busca reconstituir as práticas sociais, literárias e culturais da sociedade no início do século XIX e final do século XX. Retrata a época em que os livros eram destinados aos homens. Os livros e revistas “apropriados” para as mulheres eram raros. Para ser leitora de assuntos que não fossem exclusivamente femininos, a mulher tinha que usar estratégias, como disfarçar e omitir títulos e autores.

mulheres e crianças, os arranjos sociais se faziam, na maior parte das vezes, por acordos tácitos, pelo submetimento ou pela palavra empenhada” (LOURO, 2001, p. 444).

Seria necessário ampliar a oferta de educação que, em muitas “sociedades, havia sido iniciada por homens – aqui por religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759”. Começa-se o ingresso da mulher na escola formal, embora muitos tenham sido os empecilhos, dentre eles, não se pode esquecer que, de um modo geral, as meninas das camadas populares possuíam necessidade de se envolverem “nas tarefas domésticas, no trabalho da roça, no cuidado dos irmãos menores, e que essas atribuições tinham prioridade sobre qualquer forma de educação escolarizada para elas” (LOURO, 2001, p. 449 e 445). Isso dificultava a inserção na escola formal.

Por outro lado, para aquelas de uma classe social mais privilegiada, a sociedade impunha outros valores. Muitos acreditavam que as mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas²⁰. A preocupação maior era dotá-las de uma sólida formação cristã, a fim de serem mães virtuosas, em consonância com o ideal feminino que “[...] implicava o recato e o pudor, a busca constante de uma perfeição moral, a aceitação de sacrifícios, a ação educadora dos filhos e filhas” (LOURO, 2001, p. 446).

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino da leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas (LOURO, 2001, p. 446).

As jovens da elite eram educadas para serem esposas que fossem a companhia ideal para seu marido e que cuidassem da casa e dos filhos. A instrução era voltada para o papel da mulher na família e no país. “Sua ‘vida-missão’ estava definida: cabia a

²⁰ A esse respeito ver Elizete Passos (1994). A pesquisa analisa o significado da prática educativa das Ursulinas, tendo como espaço empírico de estudo o colégio Nossa Senhora das Mercês, no período que vai de 1897 a 1956. Ela conclui informando que o colégio buscava: “formar mulheres modestas, simples, sem vaidades, preocupadas com o próximo, amigas, dóceis, recatadas, organizadas, mulheres que soubessem controlar os seus impulsos, frear suas paixões, disciplinar o corpo de modo a sentarem sem incliná-lo nem pendurá-lo, que andassem sem movimentos insinuantes, que sentassem à mesa sem deixarem os cotovelos à vontade, não consistia em um compromisso ligado apenas aos princípios pedagógicos e doutrinários do Colégio e da ordem à qual o mesmo pertencia e sim uma exigência social que respondia aos papéis adjudicados pela sociedade ao sexo feminino” (PASSOS, 1994, p. 307 – 308).

ela a formação das gerações posteriores e por este motivo deveria empenhar-se em sua própria preparação” (CAVALCANTI, 2008, p. 15).

Nesse empenho de educar as gerações futuras, a mulher ingressou na carreira do magistério²¹, que se deu principalmente através daquelas que por “necessidade, outras por ambicionarem irem além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, seriam também cercadas por restrições e cuidados para que a sua profissionalização não se chocasse com a sua feminilidade” (LOURO, 2001, p. 453).

Num contexto em que a educação se mostra mais como reprodutora das ideologias do que como espaço de desenvolvimento das capacidades individuais, a presença feminina nas escolas era mantida através de normas rígidas, como garantia de perpetuação dos costumes e promotora de papéis femininos. (CAVALCANTI, 2007). Foi o que Bourdieu (2007, p. 101) tentou demonstrar ao esclarecer que o sistema escolar contribui para reproduzir as diferenças, não apenas entre as categorias sociais, mas também entre os gêneros. Ressaltando que “a história tem que assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias [...]”.

Elas cumpririam o destino em uma profissão que aos poucos passou a ser considerada feminina, embora as funções de direção e supervisão ainda fossem de prevalência masculina. Se o que constituía a vida de uma mulher era o papel de mãe, pode-se considerar o exercício do magistério como a extensão da maternidade, “a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la” (LOURO, 2001, p. 450).

Esse não foi o único pretexto que contribuiu para o ingresso das mulheres nos cursos normais. Faltavam professores nas escolas, na ausência de candidatos elas ocuparam esses espaços. Sua inserção no magistério foi decisiva, contribuindo para a entrada no mercado de trabalho, em atividades que seriam compatíveis com as funções maternas, “prenunciavam que o magistério elementar seria ocupação essencialmente feminina, chegando mesmo a constituir-se, durante muitos e muitos anos, na única profissão feminina plenamente aceita pela sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 206).

²¹ Ver Lima (2006). O estudo resgata a História do ingresso das mulheres no magistério, na Bahia. Analisa o ineditismo do curso normal, especial para as mulheres na Bahia do século XIX. Por acreditarem que a escola é um instrumento de “contenção, controle e adestramento das futuras gerações” devia ser exclusivamente para mulheres.

O acesso à universidade era predominantemente masculino. Em casos isolados e bem específicos, algumas se aventuravam na carreira acadêmica. Saffioti (1969) assegura que, até 1930, a representação feminina nos cursos superiores, como também na política, foi bastante escassa²².

Considerando o tamanho territorial do Brasil, os fatos não ocorreram de forma proporcional, portanto não se pode generalizar. Os grandes centros urbanos tiveram avanços que os outros municípios mais afastados e carentes levaram décadas e até séculos para acompanhar. “Ainda nos dias atuais, a organização familiar brasileira preenche toda uma gama que vai desde a família semipatriarcal até a família conjugal moderna, desligada da parentela e mais distante da tradição” (SAFFIOTI, 1969, p. 188).

Com o passar dos anos, hoje, “as mulheres tendem a seguir cursos impregnados de conteúdos humanísticos e que desembocam, imediata ou posteriormente, em profissões tipicamente femininas, entre elas, o magistério” (ROSEMBERG, 1994, p. 10), isso demonstra o peso da historicidade nas relações cotidianas.

1.5. Gerações e suas repercussões nas relações familiares e sociais

A família exhibe novas configurações, de acordo com o ritmo das mudanças sociais, que interatuam, e a partir de vivências internas, também subjetivas – de gênero e de gerações – em relação aos ditames (convocações e exclusões) do mercado de trabalho e aos ecos da dimensão política (MOTTA, 2007, p. 115).

Pretende-se discutir aqui as relações entre gerações em uma família na qual a mulher possui um cargo político. Que pensam os filhos? E os pais? Quais são as recomendações que insistem em não calar?

Uma família varia na sua configuração a depender das relações entre as gerações, pais, avós, filhos e netos. Ela é um lugar “do encontro entre diferentes gerações; a história é constituída por uma seqüência de gerações, ora prevalecendo a cooperação, ora o conflito” (PETRINI, 2007, p. 211).

²² Ver Vanin (1998). Ela analisa a presença feminina no espaço público de Salvador no século XVII, através das atividades desempenhadas pelas mulheres.

As experiências não são vividas de formas semelhantes, pelo contrário, o tempo histórico se apresenta sob diversas formas e aspectos em função das vivências individuais. A posição não é comum entre seres e as possibilidades de vivenciarem os mesmos fatos enveredam pela subjetividade, não correspondendo ao mesmo grau de percepção. “O domínio exercido pela geração madura sobre a geração imatura vincula-se à necessidade social de introjetar nos mais jovens os conteúdos da cultura vigente na sociedade” (SAFFIOTI, 1969, p. 83), isso faz com que a cultura seja fornecedora dos elementos padronizados de interação social e do resultado operante das formas de ajustamento.

Nas relações sociais e políticas, “é muito forte a influência dos laços familiares sobre o comportamento político, particularmente naqueles países em que a prática democrática não é regra, mas antes a exceção” (TABAK, 1983, p. 50).

O lugar da família e do parentesco é estratégico tanto para a organização social quanto para as trajetórias individuais, “na maioria das vezes, a presença da família na vida nacional é apresentada como intervenção do privado no público [...]” (ITABORAÍ, 2005, p. 172).

O status familiar colonial²³ se insere, ainda hoje, em diversos contextos. Nas comunidades, prevalece um entrelaçamento de relações de parentesco em que os “padrões de reciprocidade entre famílias, no interior da comunidade, são fundamentais para a produção econômica de cada família, assim como para a ‘produção’ da comunidade e de sua identidade” (WOORTMANN, 1995, p. 39-40).

Conforme Sarti (2005a), a família se torna o parâmetro simbólico para definir, inclusive, os termos da atuação dos indivíduos no plano político. As demandas e as práticas políticas de qualquer segmento da população se articulam ao modo e ao sentido que atribuem à vida, a depender do contexto histórico. O sentido das práticas diárias depende do tempo cronológico de cada um e interfere na dinâmica dos

²³ Para maior detalhamento sobre o processo histórico da família negra no Brasil, Reis (2007, p. 16) resgata em seu trabalho alguns aspectos da experiência da vida familiar no contexto das últimas décadas da escravidão brasileira. “A abordagem realizada nesse estudo, diferentemente de apresentar os africanos e seus descendentes como mera peça de uma engrenagem, apresenta sujeitos históricos que interagiram, negociaram, se contrapuseram e algumas vezes contemporizaram com o sistema, tudo no sentido de ter atendido os seus projetos e aspirações”. Ela constata que o negro utilizou-se de relações com outras famílias, a fim de articular uma rede de solidariedades que lhe proporcionasse maior amparo, pois a família sanguínea vivia sob ameaça de desagregação.

acontecimentos. (DOWBOR, 2005). Depoimentos de prefeitas demonstram a preocupação, mesmo sem interferir diretamente no futuro dos filhos.

Meu filho de 22 anos quer ser político. Ele ia sair agora para vereador, mas, como eu estou prefeita, ele ficou inelegível. Eu não queria, disse a ele: Veja a minha vida como é difícil! Mas ele quer assim mesmo. É um sacerdócio isso, porque você não tem tempo para nada, está na sua porta, invade sua casa... (PREFEITA 6)

A prefeita considera o exercício do cargo como uma missão a ser cumprida, que exige um esforço pessoal. Ao afirmar que “invade sua casa”, ela demonstra ao filho que a privacidade passa a não existir mais, é transformada em algo de domínio do público, conseqüentemente, exige uma mobilização de forças peculiares.

Tenho três filhos, um advogado, outro administrador e outro concluindo o curso de direito. Desses três, o que mais tem perfil político é o último, é o mais parecido comigo. Ele tem a intenção de, futuramente, voltar para o município e ser prefeito, fazer o que eu tenho feito. Eu busquei separá-los da política, porque é um ambiente muito ‘porco’ Para exemplo de caráter, tentei evitar que meus filhos se envolvessem e participassem dessa atividade, mas é inevitável... (PREFEITA 5).

A prefeita acima comenta que o filho se parece com ela, por ter intenção de seguir seu exemplo. Entretanto, afirma que buscou dar-lhes uma boa formação acadêmica para que não precisassem se envolver na política. Mas, julga fatal esse interesse, em busca da defesa de uma causa.

Por outro lado, os filhos também se preocupam e reclamam, como comenta o filho da prefeita 5 sobre como foi para ele, aos 9 anos de idade, na primeira gestão de sua mãe, morar com ela, na condição de prefeita e com o pai, secretário de administração.

A primeira gestão de minha mãe foi em parceria com meu pai, por causa do “casuísmo”²⁴. Meus irmãos estudavam em Salvador e eu morava no interior. Às vezes, eu ficava dois dias sem ver meus pais.... Eu não tinha a quem dar satisfações, mas em compensação todos na cidade me “vigiavam”. Eu me sentia excluído e aprisionado, eles não tinham tempo para mim [...]

Percebe-se a falta de tempo para atender a todas as demandas. Ele disse apoiar a mãe, mas comenta do esforço que faz em dividir sua atenção com todos e conviver com a falta de tempo.

²⁴ Exposto neste texto na fala da Prefeita item 3.4, p. 85.

Para os filhos, persiste uma dificuldade em aceitar a condição da figura de genitora como pública, ou seja, dividir sua atenção com os eleitores ou algo similar, a separação entre o público e o privado fica indefinida, como comenta a Prefeita 3.

“Meus filhos achavam que eu não devia me envolver, porque a gente tem outro tipo de atividade, mas acho que quando a gente traz no sangue é muito difícil que as coisas não aconteçam dessa forma...”

A herança e a educação recebida da família, em que “os deveres inculcados pelo exemplo, as evocações da memória familiar, o sentimento de direitos interiorizados desde a infância sob a forma de vocação, a imagem de si são resultados de uma longa aprendizagem normativa” (CANÊDO, 2002, p. 14). É o que demonstra a prefeita 3, ao relatar a influência de sua história familiar, que a motivou a interessar pela participação política.

A minha história é política, eu nasci na política. Acompanhei a trajetória de meu pai, tinha seis e quatorze anos quando ele foi prefeito. A história de meu avô, não vivi, mas tenho conhecimento. [...] A política sempre me encantou, venho nisso há muito tempo, trabalhando, participando, me envolvendo politicamente nos trabalhos, até o ponto em que fui candidata a vereadora, me elegi, depois deputada e nunca me afastei do meio político.

Na afirmativa acima, a prefeita diz ter sido seduzida pela política, desde a sua infância. O exemplo e a história da família a encantavam, até o dia em que se comprometeu e nunca mais conseguiu sair, mesmo quando não exercia cargos políticos. Nesse sentido, a família é percebida como uma entidade que regulamenta e conserva os valores transmitindo-os de geração em geração).²⁵

²⁵ A esse respeito, ver Woortman (1994). O livro é resultado da tese de doutorado da autora na Universidade de Brasília. Ela utilizou o método comparativo entre dois segmentos rurais distantes geograficamente e culturalmente, a localidade de Lagoa da Mata em Sergipe e a colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos no Rio Grande do Sul. O trabalho demonstra que, apesar das diferenciações étnicas, evidencia-se uma identidade entre sistemas rurais capazes de desenvolver mecanismos de resistência cultural que permitem a sobrevivência no mundo atual. Tem por objetivo estudar a família como instituição importante para regulamentação do comportamento e da preservação de valores culturais. Objetivos específicos envolvem estudar o campesinato privilegiando as relações que interligam grupos domésticos ou, melhor dizendo, famílias, não como simples produtoras ou consumidoras, mas no que diz respeito a seus valores e compreender a reprodução camponesa, de geração a geração, através das relações de parentesco. A autora usa o método comparativo que tornou próximo dois segmentos rurais: os habitantes de Lagoa da Mata em Sergipe e os da colônia teuto-brasileira de Dois Irmãos, no Rio Grande do Sul. Alia o trabalho de campo sincrônico com a reconstrução histórica, a partir do uso de documentos ou de descrições do passado e através do próprio trabalho de campo, utilizando a “historia oral”, através da memória dos grupos estudados.

As heranças vão além dos bens materiais, abrangendo os direitos políticos de sucessão da representatividade, perpassando uma idéia de obrigação em dar continuidade à carreira daquele que se sucede. “Meu grande sonho era [...]. Eu espero que a população nos dê mais essa oportunidade e aí vamos preparar uma nova liderança para assumir” (PREFEITA 6).

Nesse caso, a prefeita afirma que seu grande sonho “era”, mas “espera mais uma oportunidade”, como também, deseja “preparar uma nova liderança”, ou seja, o sonho não acabou e os tempos passado, presente e futuro se intercalam em sua fala tecendo uma rede de inter-relações na qual, ela deseja se prolongar nas possíveis realizações do filho.

Para Canêdo (2007), conviver com parentes políticos é um pressuposto para que se aprenda a sê-lo, quando se tem gosto ou dom para isso. Uma criança que se espelha nos atos e exemplos de seu pai e mãe tem maiores chances de se tornar parecido com eles. Aquele que vive em um ambiente sem contatos com a militância tende a viver sem tais aspirações, podendo não ser despertada tais convicções, como ocorre com aquele que vive num contexto arraigado por fortes influências político-partidárias.

No geral, a biografia da maioria dos políticos herdeiros mostra a importância da precocidade política, fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenharam: o domínio da cultura familiar e o da cultura política (CANÊDO, 2002, p. 14)²⁶.

²⁶ O estudo busca pensar as práticas políticas, reconhecendo laços familiares e sociais. Analisa a entrada na política de 22 indivíduos que obtiveram sucesso em suas carreiras – 11 em Minas Gerais e 11 em São Paulo, na década de 50. Demonstra que a atividade política está cada vez mais autônoma e a família é pressuposto nessa prática. O estudo é dividido em três categorias sendo: a mobilização dos laços familiares, que são pequenas sutilezas freqüentemente ignoradas de um trabalho invisível no cotidiano; a socialização política através dos laços precoces com o mundo da política, familiaridade com as tarefas, exercício do uso da palavra, uso e controle das emoções nas cerimônias familiares e representação simbólica que manifesta poder social e político da família, promove o conhecimento e reconhecimento do patrimônio familiar, cria redes estruturadas, capital de cumplicidade a serviço da acumulação e transmissão desse patrimônio. A transmissão parental de mandatos eletivos é analisada através da hereditariedade política: normas e valores são legados e na transmissão, por adoção ou cooptação, de uma rede de relações, transmissão tanto do capital político, como também de um território. Lógica das obrigações clientelistas que ensina o herdeiro a agir conforme regras admitidas, contribuindo para garantir fidelidades políticas. O apoio familiar à carreira como garantia dos votos. Conclui afirmando que a maioria dos políticos herdeiros pesquisados é “fruto da atividade pedagógica familiar, dando sentido ao duplo jogo do trabalho de representação no qual as suas famílias se empenharam: o domínio da cultura familiar e o da cultura política” (CANEDO, 2002, p. 14).

Novamente, a família aparece como determinante, mas que família é essa? E o que é família? Esse é o objetivo do próximo tópico.

1.6 Mas, afinal o que é família?

A família é tomada como um grupo social específico, com uma dinâmica própria, que não pode ser apreendida a partir da mera soma de indivíduos que a compõem (BRUSCHINI, 1990, p. 11).

A família é uma instituição social, a mais antiga e a mais disseminada de todas (THERBORN, 2006, p.12).

No decorrer da discussão, a palavra família aparece inúmeras vezes. Faz-se necessário esclarecer melhor o assunto, embora conceituar família não seja tarefa simples, por englobar um conjunto de pessoas com trajetórias individuais distintas. Não é uma instituição fechada que pode ser decidida dogmaticamente sem verificar a dinâmica estabelecida entre seus membros. Os fatos são inter-relacionados num movimento de teias de relações a partir do papel que os membros definem para si e para os outros. Existe uma diversidade de significações por ser um assunto abrangente e contraditório.²⁷

No mundo contemporâneo, através do senso comum, aprende-se que a família “normal” é a conjugal nuclear composta de pai, mãe e filhos que vivem em harmonia num lar. As pessoas que estão fora desses padrões fazem parte de uma família “desestruturada”, dentre outros termos usados para se referir ao grupo como fora dos padrões de normalidade. Esse significado “fechado” não corresponde à prática da grande maioria de indivíduos, portanto, não dá conta de demonstrar, nem de esclarecer o que é família.

Antes de tentar defini-la, é melhor vê-la de uma forma bastante panorâmica que possa contemplar os indivíduos que, de algum modo, pertencem a um grupo familiar, que é um conjunto de pessoas que vivem próximas umas das outras em regime de cooperação, com relações biológicas e sociais, possuem vínculos de afeto e ou

²⁷ Ver Canevacci (1984) como leitura complementar sobre família. O autor organizou textos de pensadores clássicos como Morgan, Engels, Freud, Lu Hsün, Malinowsky, Reich, Marcuse, Fromm, Lévi-Strauss, Mead, Adorno, Horkheimer, Habermas Mitscherlich, Laing, Esterson e Mitchel.

consangüinidade e compartilham dificuldades e sucessos entre sexos e gerações diferentes. Além do termo clássico “família”, podem ser utilizados outros, como grupo conjugal, unidade doméstica, arranjo familiar, exigindo-se a ampliação do debate interdisciplinar.

Na reflexão científica que busca ser abrangente e capaz de articular com o plano social, econômico, cultural e psicológico, ela é um “grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e por idade, que se relacionam cotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções”. Não é um grupo homogêneo e livre de crises e conflitos, “ela não é uma soma de indivíduos, mas um conjunto vivo, contraditório e cambiante de pessoas com sua própria individualidade e personalidade” (BRUSCHINI, 1993, p. 77).

É uma entidade que possui valores antagônicos e que, ao mesmo tempo, preenche a relação de solidariedade e afeto, como também de conflito e tensão entre seus membros. Os indivíduos por serem de sexos, gerações e posições diversificadas convivem em constante jogo de amizade e/ou poder, o que se consolida na distribuição de direitos e deveres. É um espaço de formação da estrutura psíquica de seus membros, constitui um local onde “consustancia hierarquias de idade e de sexo. Ela é um espaço social onde as gerações se defrontam mútua e diretamente, é onde os sexos definem suas diferenças e relações de poder” (BRUSCHINI, 1993, p. 63).

No interior da família, se estabelecem redes de relacionamentos nas quais seus membros compartilham interesses e problemas mútuos, para a obtenção de objetivos comuns. Ela é produto de forças sociais, econômicas e culturais e está em contínua mutação, refletindo na sociedade, para compreendê-la melhor é necessário buscar articulação com o passado, pois a humanidade passou por diversas transformações até chegar à família atual.²⁸

Engels demonstra que o ser humano vivia em liberdade, em tribos onde todos faziam parte de um mesmo grupo, sem necessariamente saber quem eram os parentes

²⁸ Ver Engels (2005). Nesse estudo discorre sobre a humanidade no seu estado mais primitivo. A primeira etapa da família por grupos foi a consangüínea. Todos eram parentes e maridos e mulheres uns dos outros, exceto os ascendentes e descendentes, ou seja, os pais e os filhos. Logo após, esse tipo deu lugar à família punalua que passou a excluir os irmãos também das relações sexuais. Evoluímos para a família sindiásmica, ainda em regime de grupos, mas já presente as uniões por pares, através do matrimônio sindiásmico e, posteriormente, a monogamia dando origem à família patriarcal.

consangüíneos. Com o advento da propriedade privada, houve a definição nos papéis do casal para garantir a distinção da paternidade, “o governo do lar perdeu seu caráter social [...] e transformou em serviço privado; a mulher converteu-se em primeira criada, sem mais tomar parte da produção social” (2005, p. 80).

Surge a família patriarcal²⁹ (ENGELS, 2005, p. 62), marco para a evolução do grupo familiar, retratada no Brasil, em 1933, através da obra de Gilberto Freyre (2004) “Casa Grande e Senzala”, na qual a definiu como *célula mater* de formação da sociedade brasileira.

Com o advento da indústria algumas alterações mudaram significativamente a perspectiva do grupo familiar. “A modernidade, aqui encarnada na sociedade industrial, teria revolucionado a família antiga na sua estrutura, no seu funcionamento e nas suas relações com a sociedade” (SEGALEN, 1996, p. 11). Os membros do grupo passaram a exercer funções no trabalho e a família passou a ser “uma agência socializadora, cujas funções concentram-se na formação da personalidade dos indivíduos” (BRUSCHINI, 1993, p. 54)³⁰.

Pensava-se que a família seria extinta³¹ ao ser definida como uma instituição que cumpria funções: econômicas, de consumo, reprodutoras de ideologias, de cuidados com as crianças e idosos, às quais poderiam ser transferidas para instituições como escolas, creches, asilos, laboratório de reprodução artificial, entre outras. Mas, não foi o que aconteceu. As mudanças demonstraram que “a organização da sociedade industrial não provocaram o desaparecimento da família, celebrando-se, pelo contrário, a sua renovação na década de 90” (SEGALEN, 1996, p. 3).

Constata-se que ela não é apenas uma mera cumpridora de funções, e sim espaço de disponibilidade e cooperação entre os gêneros e as gerações, responsável pelo mais forte vínculo entre as pessoas. “A família é a primeira estrutura que sustenta e suporta este vínculo intergeracional em relação ao cuidado da vida. É um microcosmo humano que reflete o macrocosmo da humanidade” (PETRINI, 2005, p. 23).

²⁹ Ver Therborn (2006) sobre o patriarcado no mundo no século XX.

³⁰ Como complementares a esse assunto, ver Morandé (2005) e Petrini (2003).

³¹ Pesquisa realizada recentemente pelo Datafolha, publicada no jornal Folha de São Paulo revelou que, apesar da crise de valores vivida na contemporaneidade, a sociedade brasileira ainda considera a família como instituição de grande valor. 69% das pessoas entrevistadas a consideram muito importante e 29% importante. (DATAFOLHA, 2007, p.18).

Não existe nenhuma outra instituição de tamanha capacidade na socialização dos seus membros, quanto mais de manter vínculos tão fortes entre as pessoas, quanto um grupo familiar. A estruturação interna que a família proporciona ao indivíduo só é percebida na falta. “A família representa para a vida social uma experiência única de sociabilidade humana, não comparável com nenhuma outra forma de vida institucional” (PETRINI, 2005, p. 27).

Na própria essência, o ser humano precisa de relações com outros para se humanizar. “A visão antropológica busca reconstruir a ontogênese humana tal como acontece, ou seja, na dependência filial de todo ser humano em relação a seus progenitores, descobrindo que o ser humano é essencialmente um ser relacional” (MORANDÉ, 2005, p. 15).

Portanto, nessa área das Ciências Humanas, a família pode ser definida como conjunto de pessoas ligadas por relações afetivas construídas na consangüinidade e nas alianças. Nos estudos sobre a família pobre, Sarti (2005a, p. 53) constata que “sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo”.

Ao se buscar uma explicação antropológica para a família, Sarti (2005b, p. 36) percebe que se deslocou a atenção dela própria como unidade, focando-se num sistema considerável, que é o parentesco. Dessa forma, a família “passou a ser vista como atualização de um sistema mais amplo e a redefinição da unidade elementar do parentesco, a que Strauss chamou de ‘átomo’ do parentesco”.

Na teoria da aliança, Lévi-Strauss (1982) afirma que a família nega a si própria para estabelecer relação; um grupo se abre para receber outro no sistema de comunicação através do casamento. A família por aliança é concebida como um sistema que abarca as relações e o parentesco, por isso o termo família “pode também designar outro grupo de parentes e aliados com os quais não partilhamos residência. É a parentela com a qual mantemos ou não relações” (SEGALEN, 1996, p. 20). Mesmo incluindo na família as relações de parentesco, vale lembrar que seu conceito não é o mesmo que família.

Ambos tratam dos fatos básicos da vida, nascimento, acasalamento e morte. Mas a família é um grupo social concreto e o parentesco uma abstração, uma estrutura formal, que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de descendência (entre pais e filhos) a de consangüinidade (entre irmãos) e a de afinidade, que se dá, através do casamento (BRUSCHINI, 1993, p. 60).

O parentesco “amplia” a família e pode servir de apoio em situações difíceis. “A rede de parentesco é fundamental para as estratégias familiares tanto em termos de ajuda econômica, quanto ao que diz respeito aos arranjos econômicos”. Na Demografia, os censos realizados para a contagem populacional e para avaliações sobre políticas públicas, que têm se constituído como fonte de dados para ela mesma e para a Sociologia, o conceito que define família é “convivência sob o mesmo teto, que implica compartilhar despesas com o consumo de alimentos e bens duráveis” (BRUSCHINI, 1993, p. 74 e 75). Considera-se como família, o núcleo conjugal composto por um casal e filhos sediados no limite de um lar, conceito bem próximo o adotado pela Sociologia, que restringe família à unidade residencial, sendo que nesse ambiente o indivíduo adquire status e representatividade na comunidade.

Na realidade, a família é reconhecida como objeto de estudo para se entender a sociedade e por ser uma instituição social que merece consideração na estrutura política. “A família, como sociedade natural, guarda um enorme potencial de desenvolvimento para a História não somente dela mesma, mas também de toda a humanidade” (MORANDÉ, 2005, p.13).

Sua contribuição é significativa para a sociedade como um todo, pois “representa o modo de refazer as energias despendidas no setor competitivo da sociedade e uma maneira de aliviar as tensões sociais e psicológicas” (SAFFIOTI, 1969, p. 319).

As inovações da sociedade, assim como as atividades das novas gerações são experimentadas inicialmente no seio da família, considerando a abordagem ampla do termo. Depois da experiência no micro espaço social de casa, é que o ser humano, se insere na sociedade como um todo. “É, portanto, como espaço possível de mudança que se deve observar a dinâmica familiar” (BRUSCHINI, 1993, p. 77).

2 POLÍTICA LOCAL: NOVOS OLHARES E VELHOS PROBLEMAS

A política não é feita somente do lado filantrópico, de atendimento. É necessário ter conhecimento, distinguir a política de politicagem! (PREFEITA 3)

2.1 Município: autonomia ou resquícios de um sistema coronelista?

A administração local, a única parcialmente brasileira, será apenas autônoma para pequenas obras, uma ponte ou uma estrada vicinal. A sociedade não se luzitanizará com esta parada no seu processo de tomada de consciência, nem apropriará, no seu conteúdo, o papel do governo, como expansão das necessidades e anseios coletivos. Criará uma dependência morta, passiva, estrangulada (FAORO, 1998, p.165).

Faoro (1998) apresenta certa desconfiança quanto à autonomia e o poder conferido ao município, desde a sua criação. Será que essa hipótese levantada por Faoro pode ser confirmada? Será que, atualmente, o município continua imerso em um “jogo” de interesses dos governantes? O gestor municipal acredita que pode exercer um governo capaz de formular políticas públicas em prol da população? O município é algo vivo e atuante ou permanece na “dependência morta, passiva, estrangulada”?

Diante de tais questionamentos, nesse capítulo pretende-se refletir sobre o verdadeiro papel do município no Brasil, as possibilidades de exercer autonomia e o risco de viver constantes resquícios de um sistema “coronelista”. Para isso, faz-se necessário recordar como se deu o surgimento dos municípios.

A princípio, foram criadas no Brasil, através da Constituição de 1824, as câmaras municipais, “câmaras eletivas em todas as cidades e vilas existentes ou que viessem a ser criadas, incumbindo-lhes: ‘o governo econômico e municipal das mesmas cidades e vilas’ e ficou determinado que seria presidente o vereador mais votado” (LEAL, 1997, p. 139). Não se estabeleceu a criação de um órgão executivo, embora algumas províncias, a começar por São Paulo, tenham criado o cargo de prefeito. Este, não era designado pela Constituição Federal, portanto, sofreu diversas modificações em suas atribuições e, até mesmo na denominação, “prefeito, intendente, superintendente, agente executivo” (LEAL, 1997, p. 139).

“Os prefeitos e sub-prefeitos, criados inicialmente em São Paulo (lei de 11 de abril de 1835) e depois infiltrados no nordeste, se superpõem ao tosco colegiado das

ordenações, mantido na lei de 1828” (FAORO, 1998, p. 317). Mas, não havia uma norma rígida para todos os municípios, sendo a maioria nomeada pelos governos estaduais. Para Leal (1997) a Constituição de 1946 restabeleceu a tradição do prefeito eletivo, permanecendo no sistema de nomeação aqueles municípios que possuíam estâncias hidrominerais naturais, beneficiadas pelo Estado e pela União, aqueles que possuíam bases ou portos militares privilegiados para a defesa externa do país e os municípios capitais dos Estados. Essa situação perdurou por muitos anos³².

A Constituição de 1891, artigo 61, estabeleceu que “os Estados organizár-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios, em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse” (CAMPANHOLE *apud* DANTAS, 1986, p. 367). Com isso, estava deflagrada uma “autonomia” para os municípios. Se ela seria garantida formalmente pelo Estado, como seria exercida? Nesse contexto, a figura do coronel é peça chave para entender a estrutura de dominação do patronato rural.

O coronelismo é “uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa”. Seria necessário um líder que “incluísse” de alguma forma o povo no poder, por isso é um “compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras” (LEAL, 1997, p. 40).

O que é imprescindível é a capacidade de liderança, pois seu principal papel é, através de uma base forte de liderados, construir seu reduto de poder de forma que possa fazer articulações com o Estado.

A ênfase que pôs a lei no caráter administrativo das municipalidades constituía eficiente processo técnico de redução de autonomia, além de concorrer para impossibilitar que os municípios se tornassem centros de atividade política mais intensa, capazes de estimular os interesses e aspirações das camadas inferiores da população (LEAL, 1997).

³² Como confirma a prefeita entrevistada, “De 1973 a 1985, os prefeitos de meu município eram nomeados, porque era área de segurança nacional. Quando o município saiu da área de segurança, o prefeito da época me lançou na política [...]” (PREFEITA 6).

Dantas (1986, p. 363) chama a atenção para a tendência comum dos autores em considerar o voto como elemento fundamental em toda a existência do coronelismo, o que pode dar interpretações de que se trata de um “fenômeno acabado e/ou imutável, sem dar conta das modificações que se vão operando no Estado e na Sociedade”.

Outras fontes de legitimação foram necessárias para que o coronelismo se prolongasse numa relação sócio-política mais ampla. Enfatiza que a literatura política, especialmente a partidária, “utiliza o ‘coronel’ como alguém de má índole, no entanto considera que, por operar no reduzido cenário municipal, não é melhor nem pior do que os outros que circulam nas esferas mais largas”. As generalizações não devem existir, sem levar em conta o contexto de cada qual, “em nossa literatura política, especialmente na partidária, o ‘coronel’ não tem sido poupado” (LEAL, 1997, p. 58 e 59).

No Brasil onde até 1940, as proporções demográficas apontavam para uma população predominantemente rural, em sua maioria analfabeta, o coronel era um “intermediário entre as bases rurais e as oligarquias estaduais, tendo por fim a manutenção da estrutura de dominação” (DANTAS, 1986, p. 365).

Dantas (1986) explica que a dominação do coronel fundamenta-se no nível econômico, na dimensão ideológica e na política. Mesmo tendo sido plasmado no Império, é na República que ele se realiza plenamente.

Como a autonomia dos municípios permanecia longe de ser uma realidade, sua fraqueza se acentuou em conflitos. Foi então que despontou a “Política dos Governadores”, que propiciava “condições institucionais à hegemonia agro-exportadora, na medida em que se conseguia enquadrar os coronéis, se bem que de maneira subalterna a nível nacional, dentro do pacto de dominação” (DANTAS, 1986, p. 367).

Por longos anos, esse sistema perdurou no Brasil, adaptando e sofrendo interferências e oscilações. Na Primeira República, essas forças eram mais baseadas na coerção. Posteriormente, entram em cena outros grupos de participação, os industriais e as organizações sindicais, num processo de urbanização nacional. “Sitiado e atacado por várias forças desagregadoras de seu poderio, o coronelismo entra em declínio” (DANTAS, 1986, p. 375).

Atualmente, pressupõe-se que o coronelismo deixou de existir de forma simbólica e perdeu sua principal característica que é o mandonismo, embora tenha mantido outra característica que é o clientelismo, que se assemelha, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo (CARVALHO, 1997). Ele é o mandonismo variando ao longo do tempo, deixou de ser relações entre o proprietário rural e o governo, para indicar um tipo de relação entre atores políticos, o que envolve concessão de benefícios públicos. Dessa forma, o clientelismo se ampliou com o fim do coronelismo e aumenta com o decréscimo do mandonismo.

O clientelismo³³ é um fenômeno típico das sociedades tradicionais que procuram atender em especial a grupos locais, sobretudo “a comunidade doméstica que, além de ser a estrutura econômica fundamental com o trabalho da terra, é também um microcosmo político, governado e protegido pelo *pater familias*” (BOBBIO, 2000, p. 177). Portanto, característica mais disseminada nos pequenos municípios, uma realidade, presente nas famílias e nos amigos, deflagrando nos relacionamentos pessoais e sociais.

No sistema político brasileiro, sobretudo no âmbito dos pequenos municípios, essa relação ainda é mais visível, e o cidadão se vê muito próximo ao poder, quando o gestor público é alguém de suas relações, um parente, um membro próximo da família ou um amigo, além de ter sido aquele merecedor da confiança na hora do voto. É possível que as relações de troca estabelecidas entre amigos e conhecidos sejam transferidas para a área de atuação do indivíduo.

Na hora que você se lança na política, seus amigos, correligionários e eleitores cobram muito e são muito evasivos e você tem que segurar muito essa barra. É complicado! Eu sou filha do município, todo mundo me conhece, é uma intimidade, um relacionamento muito próximo. Você é amiga e na hora que está prefeita não pode ‘embarrerar’, precisa ter muita habilidade... (PREFEITA 6)

Com a globalização e abertura dos mercados, aumentou ainda mais a expectativa dos cidadãos em referência a liderança local, pois cresceu excessivamente

³³ Também pode ser definido como “rede de fidelidades pessoais que passa, quer pelo uso pessoal por parte da classe política, dos recursos estatais, quer, partindo destes, em termos mais imediatos, pela apropriação de recursos ‘civis’ autônomos” (BOBBIO, 2000, p. 178).

a demanda de serviços e a política se tornou “desesperadamente sobrecarregada, muito além de sua capacidade de carga/desempenho” (BAUMAN, 2004, p.123/24).

É cada vez mais difícil atender às demandas locais, o político em posição de cúpula não tem como envolver em seus processos de decisão as demandas de toda a população, provocando o atendimento prioritário às redes de relacionamentos, através dos laços orgânicos.

“A gente deve ir ao poder para proporcionar, à comunidade, políticas públicas e sociais. Os municípios precisam de políticas públicas para a coletividade e não de processos pessoais, familiares e de grupos” (PREFEITA 6).

A política local³⁴ e o municipalismo³⁵ representam um espaço de conflitos internos e externos, em que se faz necessário o constante combate entre situações rotineiras e a busca por melhorias.

2.2 A política e outros “termos” a ela correlacionados

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, a questão torna-se política por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político (ARENDDT, 2003, p.11).

Todo homem, que se entrega à política, aspira ao poder – seja porque o considere como instrumento a serviço da consecução de outros fins, ideais ou egoístas, seja porque deseje o poder “pelo poder”, para gozar do sentimento de prestígio que ele confere (WEBER, 1968, p. 57).

O conceito de política é abrangente e abarca diversas relações humanas que envolvem poder. A palavra originou-se na Grécia Antiga, com os filósofos e escritores, dentre eles Aristóteles, o qual afirmava que o “homem é um animal político destinado a viver em sociedade” (ARISTÓTELES, 1998, p. 15), então sua busca de poder é permanente.

Devido à própria natureza, o ser humano possui a necessidade de relações, de viver em sociedade, e é justamente dessa precisão que surge a política que, a princípio, significava a arte de governar e, como tal, passou a ser um ato de poder.

³⁴ A respeito da agenda local ver Brugué & Goma (1998).

³⁵ O termo municipalismo é “derivado do adjetivo municipal. Ele se apresenta hoje como tendência a instaurar ou sustentar as instituições autônomas locais” (BOBBIO, 2000, p.1085)

O exercício da atuação política não é homogêneo nos indivíduos e ações. Nas diversas ocasiões, apresenta-se de forma diversificada, até mesmo em situações corriqueiras do dia-a-dia. É usual as pessoas serem políticas pela liderança. Nos grupos, há aqueles que se destacam e passam a liderar, exercendo uma atividade política não convencional, no entanto, “participação política não é apenas participação eleitoral” (DALLARI, 2004, p. 39).

Com a convivência social, surgem os problemas coletivos que carecem de soluções, pois fazem parte dos interesses de todos. Como não é possível que cada um tome atitudes individualistas em proveito do grupo, surge a necessidade de uma organização, que deu origem ao Estado como existe atualmente. “Só a ação é prerrogativa exclusiva do homem; nem um animal, nem um deus é capaz de ação, e só a ação depende inteiramente da constante presença de outros” (ARENDT, 1998, p. 31).

É indispensável que haja povo para que exista o líder investido de liberdade e poder, “sendo a política o equivalente da liberdade, o poder não seria jamais de um só indivíduo, mas pertenceria ao grupo e só se mantém enquanto o grupo permanece unido. Sem o povo ou o grupo não há poder” (CAVALCANTI, 2006, p. 6).

A existência de um ser detentor de poder político permanece enquanto o conjunto de pessoas que o mantém estiver convicto que é o melhor para todos, por não ser exclusivo daqueles que detém em função dos que dele não desfrutam. De acordo com Foucault (1985, p. 183), o poder é algo que funciona somente em cadeia, se exerce em rede, é sempre centro de transmissões. “O poder passa através do indivíduo que ele constitui”.

A política envolve os indivíduos e grupos sociais que fazem parte de uma sociedade representada por um governo e pode ser entendida no sentido mais específico como “direção do agrupamento político hoje denominado “Estado” ou a influência que se exerce em tal sentido” (WEBER, 1968, p. 55).

Nem todos têm aptidão para a política e para o exercício de cargos de representatividade. Weber (1968, p. 65) distingue dois tipos de político, o que vive “para” a política e o que vive “da” política. O primeiro encontra satisfação, prazer e sentido para sua vida nessa prática e o segundo, é aquele que vê a política como fonte de rendas e proveitos.

Além da intenção e do desejo, é fundamental ter vocação. A História mostra que chefes carismáticos surgem em todos os domínios e em todas as épocas. “O fator decisivo reside, antes, na natureza dos meios de que dispõem os homens políticos” (WEBER, 1968, p.59), que são escolhidos e avaliados no processo democrático, que é a eleição. Trata-se de “uma avaliação que não entra em detalhes, mas julga as pessoas e as leva a sofrer as conseqüências” (CARDOSO, 2006, p. 172). Para participar do processo eleitoral, são levadas em conta diversas variáveis. Os cargos não são destinados a todos, antes dos votos existe uma seleção rigorosa em que, na grande maioria dos casos, não há regras pré-definidas. Nessa disputa vale tudo: vocação, interesse pelo assunto, disponibilidade, amizade e família, “[...] em geral, é ainda no interior das famílias e das redes de amizade que se transmitem as chamadas vocações (domínio das regras) e as convicções ideológicas” (CANÊDO, 2007, p. 3).

A política, muitas vezes, é interpretada e entendida como um jogo, um perder e ganhar. Para exemplificar a Prefeita 5 conta:

Numa brincadeira de escola fizemos um simulado de eleição. O resultado me chocou porque na derrota as crianças alegavam que perderam porque distribuíram poucos pirulitos, caramelos e pipocas. Passa pelo imaginário delas que a política é atrelada à troca imediata e particular.

O “vale-tudo” prepondera na disputa eleitoral. Mesmo não sendo uma compra de votos, a troca de mercadorias caracteriza o escambo³⁶, muito utilizado no Brasil colonial, ainda hoje, perpassa no conjunto de símbolos e atributos das pessoas, chegando até ao imaginário infantil. Nesse sentido, a prefeita comenta.

Chocou-me profundamente, em minha mente de educadora, em minha missão de vida de despertar a consciência das crianças e adolescentes, a vontade que eu tive foi de chorar, principalmente, quando argumentaram que a vitória e a derrota foram provenientes de ter deixado de dar ou de ganhar pirulitos, caramelos e outras guloseimas. Crianças de até 10 anos de idade, na primeira infância já têm intrínseco, o poder de barganha. Para o futuro de mundo isso é assustador... (PREFEITA 5)

O voto carrega toda uma ideologia que perpassa pela idéia de ser uma moeda de intercâmbio que permite a passagem de um circuito a outro, isto é, de uma transação recíproca entre eleitor e candidato.

³⁶ Prática comercial muito utilizada, sem que um dos bens de troca seja dinheiro.

Acho que devia ser melhor trabalhado a consciência, a questão do voto e do exercício da cidadania, principalmente nas escolas. A campanha política é muito errada, ela tem um contexto meio carnavalesco, meio competitivo. Como o ser humano é competitivo por natureza, a grosso modo, parece que está em jogo uma disputa, uma partida de buraco, futebol, ou qualquer coisa assim, um ganhar... mas na verdade perpassa pelo destino do município.

Além desse problema, persistem outros vícios que são fatais na política. A falta de responsabilidades, de causas coerentes a defender, presunções ridículas de que é melhor que os outros, “a necessidade de se colocar pessoalmente, da maneira a mais clara possível, em primeiro plano, induz freqüentemente o homem político à tentação de cometer um ou outro desses pecados ou os dois simultaneamente” (WEBER, 1968, p. 107).

Constituiu-se como um costume do aliciamento do voto, a falta do respeito, hoje ninguém respeita ninguém, convive, digere no dia-a-dia, se contaminando e sofrendo... O político sério no Brasil é uma grande vítima do próprio rumo que o país tomou ou talvez o mundo.... A gente perdeu o senso de valor, de ética, hoje parece até ser grosseiro você agradecer, pedir por favor, ter carinho. Perpassa por mim carinho, afetividade, não me deixei contaminar por esse mundo, ainda procuro ter simplicidade de viver. Não é porque sou prefeita que tenho algum diferencial e sou diferente (PREFEITA 5).

Há opiniões que destoam dessa afirmativa. Para Maquiavel (2006, p. 109) “na ação de conduzir os fins justificam os meios”. Então, se alguém pretende conquistar e manter o poder, os meios que empregue serão sempre tidos como bons e elogiados por todos, considerando que a maioria das pessoas presta atenção somente às aparências. As demais, que são minoria, “ficam sem oportunidade quando a multidão se reúne em torno do soberano”.

Acontece até com os próprios colegas, é uma minoria, mas contamina e contagia a maioria e termina o justo pagando pelo pecador. Ao invés de partir da premissa que todos são inocentes até que se prove o contrário, no caso do político brasileiro, essa máxima já é totalmente invertida: todos são culpados, até que se prove o contrário (PREFEITA 5).

Carvalho (1966) realizou trabalho sobre a influência da família na política. A pesquisa³⁷ se desenvolveu em um município mineiro onde a alternância no poder prevalecia sempre entre duas famílias locais, ele concluiu que “a fragmentação da liderança não modificou a estrutura das relações sociais. Apenas institucionalizou-se uma visão de poder entre famílias anteriormente unidas”. Ele aponta, também, a amplitude do fato que foi tão forte que “nenhuma outra força conseguiu quebrar esta estrutura e abalar este domínio familiar expresso nas votações” (CARVALHO, 1966, p. 186 e 159). Outra questão pertinente é a distribuição dos cargos públicos, prevalecendo a troca de favores.

O próprio engessamento da máquina e da cultura ou a “falta” de cultura do país que, apesar de ter avançado, ainda continua essa coisa escravagista, de senzala, do mocambo, troca de benefícios, tem ainda uma convivência diária com esses maus hábitos, maus exemplos... (PREFEITA 5)

Persiste uma “solidariedade informal, que consiste em um sistema de ajuda mútua, no intuito de obter bens e serviços por intermédio de outras pessoas”. (BAROZET, 2003, p. 2). O papel das conexões familiares e sociais tem um peso na obtenção de vantagens e o indivíduo toma consciência de que o fator relacional influencia muito, levando em conta as raízes históricas do povo brasileiro. “Através do cargo público o político ganha o voto do funcionário e, muitas vezes, de sua família e de seus amigos. [...] um emprego público pode conquistar uma família inteira para o político” (CARVALHO, 1966, p. 179).

A mídia aproveita dessas situações para tirar suas “vantagens”. Em alguns momentos, a relação familiar é valorizada, em outras é criticada, a depender do contexto de interesses, levando as pessoas à confusão sobre essas questões.

³⁷ Carvalho (1966) fez um estudo relacionado com a sociologia política, seus mecanismos e bases de apoio. Partiu da hipótese que a política em Barbacena, município fundado em 1698, ponto obrigatório de passagem entre Rio de Janeiro e Ouro Preto – capital de Minas Gerais até a época de realização da pesquisa era de natureza feudal. Até 1930 um grupo de famílias ligadas à posse da terra detinha todo o poder político. Formada pelos clãs parentais dos ancestrais dos Andradas, oriundos de nobres de sangue provenientes de Portugal e da Espanha e clã da “nobreza rural” da família Bias Fortes, descendentes de Estácio de Sá. Na década de 30, acontece o rompimento das duas famílias e a cidade se torna palco de luta política. Através do poder é feito todo o controle de cargos públicos. “Toda a política barbacenense é condicionada pela luta das famílias. Os partidos políticos são apenas enquadramentos artificiais exigidos pela legislação eleitoral”. (CARVALHO, 1966, p. 172 e 186). Com a transformação dos proprietários rurais em profissionais urbanos a elite permanece a mesma. Na eleição de 2008, conforme dados do TSE (2008), concorreram ao cargo Danuza Bias Fortes, Alessandro Paiva e Martin Andrada, sendo vitoriosa a primeira.

As referências familiares atualizadas pela mídia trazem uma dispersão do significado das eleições e revelam a possibilidade da convivência de coisas contrárias, uma se realizando ao esconder a outra, ou melhor, as idéias de democracia, dentro de partidos modernos, escondendo o sinal de familiar na política (CANÊDO, 2007, p. 5).

A mídia valoriza aquele que está no topo da carreira, tornando um fator positivo a relação familiar, gerando os conhecidos “ismos”³⁸ como algo possível e imerso numa mesma rede, a exemplo o coronelismo³⁹. Ao cair a popularidade, é criticado, em caso de possuir parentes passa a ser associado a um problema social e familiar, “a família cumpriria então a finalidade máxima de congregar no seu âmbito diferentes elementos, ligados a ela por parentesco, trabalho ou amizade” (SAMARA, 1998, p. 20).

Canêdo (2002, p. 3) considera a família como “categoria de prática política, dotada de um capital de cumplicidade” em que, através de laços de solidariedade os membros “colaboram” entre si na troca e obtenção de privilégios. Tal assertiva também corresponde ao que Matta (1997) chamou de “jeitinho”⁴⁰, uma prática muito disseminada no Brasil, que quase todas as pessoas praticam, independentemente de classe social.

³⁸ A exemplo pode-se citar as expressões janaísmo, malufismo, carlismo, entre outros. Sobre esse assunto, ver Canêdo (2002)

³⁹ Ver Rosa (1973). O trabalho observa as relações estabelecidas dentro do grupo doméstico entre as famílias dominantes e entre estas e o poder público na Região da Chapada Diamantina, Bahia, tendo como suportes a grande propriedade e o isolamento. Foi observado o funcionamento de três casos em elementos identificados como condicionantes à persistência e permanência de expressões de mandonismo local na vida política nacional: o latifúndio, a família grande e o isolamento. O estudo demonstra, nas famílias Matos e do Coronel Horácio, o processo de formação e organização da família e a sua consolidação como um “grupo de poder” procedente da reconstrução da velha ordem coronelista. A família patriarcal, organizada a partir de determinados princípios: família extensa, hierárquica, autoridade centrada no pai, solidariedade de parentesco, subordinação dos membros mais velhos, culto de famílias, de tradições, honra que regulavam as relações entre parentes, em suma, a vida familiar. Foi analisado um volumoso arquivo, deixado por um Coronel, contendo toda documentação que conseguiu acumular em sua vida de chefe político. Tal arquivo tornou-se importante por ser capaz de indicar a reconstrução histórica de toda uma época e também de prestar valiosa contribuição para a tentativa de testar hipóteses teóricas sobre o coronelismo numa área em que esse fenômeno se expressou em termos de uma larga riqueza de relações, composições e soluções. O estudo também se fundamenta em relatos colhidos em entrevistas e conversas com antigos.

⁴⁰ A esse respeito, ver Almeida (2007). Na pesquisa intitulada Pesquisa Social Brasileira – PESB, empreendida pela Universidade Federal Fluminense, esse “jeitinho brasileiro”, depois de ter sido objeto de estudo da antropologia por Roberto Da Matta, foi pesquisado com dados quantitativos e avaliado a extensão de seu apoio social pelos brasileiros. As respostas confirmaram que 63% a 65% das pessoas entrevistadas alguma vez na vida já deram um “jeitinho”, já pediram para alguém dar um “jeitinho” e já deram um “jeitinho” para alguém.

Entretanto, a formação e atuação profissional é significativa. Em muitos casos, um político “se sobressai pelos recursos políticos advindos de sua posição no interior da administração estatal e acumulados na esfera tanto dos poderes centrais como locais” (CANÊDO, 2007, p. 3), fazendo com que os que o elegem o vejam como autoridade. A prefeita 6, que se diz “de carreira” conta como se deu esse modo de desenvolvimento e incremento de suas competências no serviço público, ao se organizar e se preparar para assumir os rumos de sua própria experiência no serviço público.

A política sou eu mesma, nem tinha escolhido isso para mim. Sou funcionária pública de carreira do município, estudei economia, não cheguei a me formar, fiz concurso público, ingressei, assumi “todos” os cargos administrativos na prefeitura, de escrituraria à secretária. Fui secretária de educação, de finanças, fui vice-prefeita, prefeita, deputada, fiquei na terceira suplência, e agora estou prefeita, de carreira!

2.3 Cidadania e as esferas “pública e privada”: tempos históricos

[...] a questão básica da exclusão das mulheres da esfera pública está ligada ao conceito de cidadania. Um conceito construído através de toda a história do pensamento universal, a partir de um modelo masculino voltado para os interesses dos homens, na medida em que refletem, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia social da sociedade, isto é, o patriarcado (COSTA, 1998, p. 51).

Nesse tópico busca-se demonstrar a origem da separação de papéis em esferas dicotômicas de atuação e poder, com base no termo “cidadania” que tem origem na *polis* grega e refere-se a um conjunto de direitos individuais, antes reservados exclusivamente ao *pater-famílias*, ou seja, ao senhor de posses, configurando-se em uma forma elitista e excludente.

O pensamento dos antigos parece contraditório ao atual, mas eram apenas conceitos diferentes, “o que fosse ‘econômico’ relacionado com a vida do indivíduo e a sobrevivência da espécie, não era assunto político, mas doméstico por definição”. Na categoria social e familiar, os seres humanos viviam juntos, forçados por suas próprias necessidades e carências. “O fato de que a manutenção individual fosse a tarefa do homem e a sobrevivência da espécie fosse a tarefa da mulher era tido como óbvio e ambas estas funções naturais” (ARENDRT, 2003, p. 38).

[...] a ascendência da esfera social, que não era nem privada nem pública no sentido restrito do termo, é um fenômeno relativamente novo, cuja origem coincidiu com o surgimento da era moderna e que encontrou sua forma política no estado nacional[...] vemos o corpo de povos e comunidades políticas como uma família cujos negócios diários devem ser atendidos por uma administração doméstica nacional e gigantesca (ARENDR, 2003, p. 37).

O homem cuidava da provisão de recursos e a mulher da criação dos filhos. “A *polis* diferenciava-se da família pelo fato de somente conhecer iguais, ao passo que a família era o centro da mais perfeita desigualdade” (ARENDR, 2003, p. 38 - 42), pois era formada por pessoas diferenciadas por sexo e geração. O chefe da família se abdicava de sua liberdade para ingressar na esfera pública, onde todos eram considerados idênticos. Essa igualdade significava viver entre os pares, sem diferenças de hierarquia, sexo e gerações, viver sem a família. Sem as boas condições proporcionadas pelo convívio e proteção do grupo. Arendt (2003) considera a cidadania ligada à esfera da “necessidade”.⁴¹. “Quem quer que ingresse na vida política deveria, em primeiro lugar, estar disposto a arriscar a própria vida; o excessivo amor à vida era um obstáculo à liberdade e sinal inconfundível de servilismo”. Eram imensas as distâncias que separavam uma esfera da outra. Não era possível que um cidadão participasse ao mesmo tempo dessas duas categorias. “O desaparecimento do abismo que os antigos tinham que transpor diariamente a fim de transcender a estreita esfera da família e “ascender” a esfera pública é fenômeno essencialmente moderno” (ARENDR, 2003, p. 45 - 43).

A entrada das mulheres na esfera pública tem recebido influência de todos esses séculos de dominação masculina. “Como a política é o centro da decisão e do poder era considerada o apanágio e o negócio dos homens. A *polis* grega exclui as mulheres, tal como os escravos e os bárbaros” (PERROT, 2007a, p. 151), Essa idéia vem desde Aristóteles. Ao referir-se à mulher, ele a compara com o escravo, ou seja, alguém que não tem autonomia nem para decidir sobre suas próprias ações. “Entre os bárbaros, a mulher e o escravo se confundem na mesma classe. Isso acontece pelo fato de não lhes ter dado a natureza o instinto do mando [...]”. (ARISTÓTELES, 1998, p. 14).

⁴¹ A esfera da necessidade garantida é obtida quando a pessoa possui condições econômicas favoráveis à sobrevivência. Aquele que não precisa trabalhar a troco do “pão de cada dia”, pois possui recursos econômicos suficientes e não tem a pretensão de enriquecer.

As concepções modernas mudaram de enfoque em relação às antigas. Para os gregos, a vida na esfera pública era de liberdade, mas sem a proteção e a garantia de bem-estar proporcionada por viver em um grupo familiar. Além de ser um risco, era incompatível com a esfera privada, não se podia participar das duas esferas concomitantemente, “o ajustamento de todas as relações humanas segundo o molde familiar teve profundas repercussões nas organizações profissionais especificamente medievais das próprias cidades” (ARENDR, 2003, p. 44).

Outros fatores que reforçam e fizeram com que a mulher acreditasse ser inferior, tornando-se submissa foi acreditar nos mitos, nas crenças e nos legados familiares reforçando seu papel/função sempre restrito ao espaço privado. O objetivo era conservá-la no lugar de incapaz e, quando muito, de coadjuvante, o que “assinala que tanto elas quanto os homens são produtos do meio social e, portanto sua condição é variável” (HEILBORN, 1995, p. 13).

Muitas delas atuaram de forma ativa e participante, embora sua condição de invisibilidade tenha se mantido.⁴² Durante séculos e, em parte até os dias atuais, a qualidade de invisível faz parte do cotidiano feminino e os fatos as deixam de lado, pois “incorporar à história tensões sociais de cada dia implica a reconstrução da organização de sobrevivência de grupos marginalizados do poder e, às vezes, do próprio processo produtivo” (DIAS, 1995, p.15).

Ao se referir às questões do ambiente privado, esbarra-se em outras que são públicas, “[...] não é uma questão menor inquietar-se com um vocabulário político que funciona com base em alusões à família como princípio de avaliação da realidade social”, pois essas referências vagas e indiretas “tocam de frente o que se deveria admitir como intocável: a fratura entre o ‘privado’ e o ‘público’, entre o indivíduo-cidadão e o grupo social ao qual pertence” (CANÊDO, 2007, p.207).

Ainda na contemporaneidade, prevalece uma visão estereotipada que a mulher deve ter comportamentos direcionados para as funções “ditas femininas”, voltadas para o lar, deixando os assuntos políticos para os homens, sobretudo nos diversos espaços sociais. Além disso, prevalece a constatação que muitas julgam o assunto sem graça e

⁴² Ver Bernardes (2007). O livro é resultado de tese de doutorado sobre a biografia de Laura Brandão. A autora busca reconstituir a trajetória pessoal e de militante de Laura e constata que ela viveu como morreu, invisível, escondida atrás da imagem pública do marido e do partido.

simplesmente não se interessam. No entanto, a causa dessa apatia é que não é levada em conta.

Os estudos da década de 1950 e 1960 são identificados por conceberem uma *visão tradicional* sobre a mulher na política. Nesse período, predominou nas Ciências Sociais uma interpretação que considerava as mulheres menos envolvidas e interessadas na participação política do que os homens, no que diz respeito à eleição para cargos legislativos, participação partidária; participação em grupos organizados em campanhas eleitorais. Mas as causas para a suposta não-participação não ocupavam lugar de destaque nessas abordagens (BRABO, 2003, p. 24).

Em não discutir a causa da ausência de participação, permanece a idéia do senso-comum de que é a natural a “política ser coisa de homem”, enquanto isso a mulher fica mais próxima às questões da casa e da família, suas atribuições ficam limitadas e restritas, pois “o tipo ideal de personalidade feminina implica em acentuada preeminência de orientação para os valores sobre os quais se organiza a vida familiar” (SAFFIOTI, 1969, p. 321).

Por outro lado, Mead (1979, p. 303) demonstrou em sua pesquisa que, dentro de uma exceção dos grupos pesquisados, a cultura não estabeleceu um padrão de comportamento distinto para homem e mulher. Dessa forma, a sociedade tem a ganhar por ter a possibilidade de aproveitar os talentos de qualquer pessoa, desde que os possua, “Cumpra reconhecer toda a gama das potencialidades humanas e tecer assim uma estrutura social menos arbitrária, na qual cada dote humano diferente encontrará um lugar adequado”.

Para Mill (2006, p.133) a humanidade poderia se regenerar quando houvesse “justiça de igualdade e quando os seres humanos aprendessem a desenvolver sua solidariedade mais forte com uma igualdade de direitos e de aprimoramento”. A crítica de Mill a situação de sujeição das mulheres, parte das reivindicações das primeiras feministas. Para ele nenhuma sociedade pode ter esperanças de possuir maiores índices de justiça, quando a metade de seus componentes se encontram em estado de sujeição, entende que as aptidões das mulheres são limitadas pela educação e pela cultura e considera um mal negar a elas o direito de se qualificarem e exercerem atividades tidas, até então, como dos homens. Defendia os direitos das mulheres principalmente à qualificação. No entanto, é necessário questionar se esses direitos seriam para todas, ou somente para aquelas de uma classe social favorecida.

A lenta participação das mulheres na política tem sido explicada a partir de diversas concepções. Ao longo da história, tem prevalecido a divisão de papéis e dos espaços. O que reflete uma sociedade em evolução em que o patriarcado sempre foi predominante, cabendo às mulheres a responsabilidade de ‘cuidar’ das coisas da família e aos homens a incumbência de resolver os assuntos públicos. “Esta divisão baseia-se na identificação simbólica da mulher com o mundo da casa, e do homem com o mundo da rua, como universos regidos por códigos morais distintos” (SARTI, 1989, p. 38).

A tendência em separar a vida social, ou esfera pública, atribuindo-a aos elementos masculinos do grupo, de uma esfera privada ou mundo feminino por excelência, parece ser universal, segundo dados fornecidos pela antropologia. [...] esta divisão define como feminina a esfera privada, ligada à reprodução e à criação dos filhos. Em contrapartida, a esfera pública masculina por excelência, estaria associada à política, à guerra e à caça. (BRUSCHINI, 1993, p. 61)

Ainda persiste a crença de que o espaço privado, ou seja, o ambiente doméstico é de atuação exclusiva da mulher e o espaço público de participação masculina. “Tudo que é público, envolvendo uma relação com o exterior, é masculino, inclusive a política”. (HEREDIA, 1996, p. 59).

Para Matta (1991, p. 121) seria preciso acrescentar a linguagem da casa e da família, às funções públicas “no sentido de somar um pouco mais a casa, a rua e o outro mundo, aproximando um pouco mais essas esferas”. As categorias sociais públicas e privadas deviam ser complementares se misturam ao invés de permanecerem constantes como esferas separadas.

Privado e público, doméstico e político se imbricam mais uma vez, nesta dialética em que o símbolo & (adotado por Freyre 1994 e Da Matta 1987) sinaliza para a capacidade de conjugar, ou mesmo integrar, opostos, como, marca distintiva de nossa identidade nacional. Portanto, a família não apenas subverte a ordem política, mas ajuda a construí-la, certamente de forma peculiar (ITABORAÍ, 2005, p. 194).

“O quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública”. Os laços afetivos predominam na vida social “uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família” (HOLANDA, 1995, p. 82). É o que relata a prefeita abaixo.

A vida privada e a pública é uma incompatibilidade total. De fato, o grande legado da política, que você aprende desde os primeiros dias, é a total e absoluta falta de privacidade. No interior disso se constitui, no meu município é bastante evidente. Ainda mais no meu caso, que tem um atenuante especial, eu não sou política de aliciar voto, eu sou política de convencer, de conquistar. Não perpassa pela minha campanha dinheiro. Em contrapartida, isso delega a cada eleitor a propriedade do eleito, ele não recebe dinheiro, mas tem acesso ao meu quarto, a minha mesa, a minha geladeira, vira uma intimidade permitida, compartilhada e você perde de fato. Se você protestar é como se o seu ídolo estivesse sendo derrubado, aquela coisa: eu sou íntimo da prefeita, sou íntimo da casa da prefeita, às vezes, tento respirar e não consigo... (PREFEITA 5).

Para a prefeita, faz-se necessário colocar-se no lugar do outro, sentir o que sentiria outra pessoa caso estivesse na situação experimentada por ela. Situação que não é fácil de conviver no dia-a-dia. No mesmo sentido a prefeita 1 também comenta.

É muito cansativo! Você fica 24 numa vitrine, né? É todo mundo olhando, todo mundo vendo. Se você dá um passo as pessoas estão observando e isso cansa, porque tem momentos que você precisa ficar só, curtir os momentos familiares, pensar e você não consegue. Primeiro não pode dizer que não recebe as pessoas e é difícil para elas entenderem... Você fica sempre abdicando de suas coisas particulares, da privacidade, da vida familiar e isso acaba trazendo muito *stress* para a gente.

Ao mesmo tempo em que a prefeita 5 constata viver sem privacidade e às vezes “sufocada” dentro de sua própria casa, por outro lado, sente-se realizada e coloca a emoção em todas as conquistas, vive um constante paradoxo.

Eu lidero um grupo de apaixonados, com os corações doentes, o símbolo de minha campanha é um coração, porque você tem que contar com a paixão. Eu termino não tendo um grupo, mas uma grande família, que só Deus pode entender como a gente chega lá. É a organização mais desorganizada que eu conheço (risos). Tudo com muita paixão, com muita garra, a gente vira noite e todos são co-autores, há uma interação muito grande e tenho compartilhado choros, alegrias, de tudo [...]. Vivi momentos ímpares em minha vida... Olhar no olho do eleitor e sentir o carinho, o respeito dele por você, a esperança. Eu sou apaixonada, eu sou suspeita para falar (PREFEITA 5).

Muitos são os enigmas e os desafios da vida pública em consonância com a vida privada. Os laços e vínculos que unem a mulher à família são fortes, porque envolvem o binômio reprodução e produção, a interdependência, o cuidado e a ética, resultado de toda uma história de dominação. Nesse sentido, redefinir a identidade das mulheres na vida pública supõe incorporar todas essas atribuições, mas buscando superar a tradicional divisão sexual do trabalho.

2.4 Poder e *empoderamento*: é possível uma conexão?

Uma das dificuldades que tenho é separar o momento que sou a prefeita, de exercer a autoridade. Isso chegou a me trazer transtornos. Tive, às vezes, que fazer valer a autoridade, não para mostrar que mandava, mas para fazer cumprir as obrigações que eram necessárias (PREFEITA 5).

No debate sobre o poder formal vem das seguintes indagações. O poder é um fenômeno social, permeando as relações familiares, sociais e políticas? Que poder? E poder para quê? Por que as mulheres devem buscar o *empoderamento*? O *empoderamento* representa um desafio para as relações de poder existentes? Em busca de respostas às essas interrogativas, pretende-se discutir suas interferências nas relações pessoais que repercutem no social e político. Não com o intuito de esgotar e averiguar de modo conclusivo a distribuição do poder, pois ele atravessa pelas micro-relações que não são visíveis, por conseguinte, impossíveis de serem verificadas por completo nos bastidores da vida, sobretudo da pública.

São inúmeros os enfoques de poder e suas formas de produzir efeitos, mas o poder que interessa analisar em relação ao estudo da política é o que uma pessoa ou grupo possui ou exerce sobre outros.

Weber (1980) entende o poder como abstrato, relativo, existindo somente nas relações. Ele distingue três características de dominação: a carismática, que tem como premissa a crença de que o líder tem um dom especial de comandar, a tradicional, que considera o poder pré-existente, oriundo de gerações anteriores, baseada numa convicção íntima de legitimidade dos costumes e a racional/legal, característica da sociedade moderna e embasada na lei.

Devido à sua complexidade, envolve comportamentos, atitudes, relações das mais simples às mais complexas, como persuasão, manipulação, ameaça, promessa e conflito, dentro de suas esferas que podem ser amplas e delimitadas em estruturas diversas, que envolvem dinamismos, processos de decisão, formalidades, informalidades, escala de valores e consenso. Não é à toa que o conceito de poder foi “empregado para interpretar os mais diversos aspectos da sociedade: desde os

pequenos grupos da administração da produção e desde a família até as relações entre classes sociais” (BOBBIO, 2000, p. 940).

O sistema mundial de relações sociais está fundado no exercício do poder distribuído por grupos em condições de dominação e outros representando as “minorias”, ou seja, grupos marginalizados, aqui em especial, das mulheres. Os projetos de desenvolvimento das Agências Internacionais buscam mecanismos de responsabilidade coletiva que visam promover o *empoderamento*⁴³ desses grupos minoritários para “[...] promover o desenvolvimento e ações que fomentem os Direitos Humanos das mulheres como sujeitos históricos” (CAVALCANTI, 2005, p. 244).

Para Venegas (2006), o *empoderamento* deve ser visto como uma estratégia de aplicação necessária dentro de todos os processos de desenvolvimento, que considere, a aquisição de poder por parte das mulheres como pré-requisito fundamental para superar a discriminação genérica em que vivem imersas, podendo produzir uma melhoria na qualidade de vida e no desenvolvimento.

Por conseguinte, não se trata de um processo linear com um início e fim definidos. Distingue-se a depender do contexto histórico, da localização e da subordinação entre o pessoal, familiar, comunitário, nacional, regional e global. Entretanto, o *empoderamento* representa um desafio à ideologia patriarcal, com o objetivo de transformar as estruturas que reforçam a discriminação de gênero, de desigualdade social e de raça/etnia⁴⁴, com o objetivo de garantir os “meios necessários ao combate aos estereótipos de que são objeto e à conquista de um *status quo* social que lhes permita defender e representar idéias e comportamentos na sociedade” (CALDEIRA, 2008, p. 19).

Os projetos de desenvolvimento necessitam de participação de homens e mulheres no poder, para marcar uma nova fase na política mundial. É o que afirma o administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. Segundo ele, “as mulheres devem expressar inequivocadamente suas idéias nas

⁴³ Em português, a palavra *empoderamento* é um neologismo oriundo da expressão inglesa *empowerment* que deve ultrapassar o sentido de “dar poder” para a conquista do poder.

⁴⁴ “O poder é branco, eu sou negra: o poder é masculino, eu sou mulher: o poder é rico, eu sou pobre”. (DOLHNIKOFF, THOMAZ e PEIXOTO, 1995). Essa afirmação da ex-senadora Benedita da Silva, dada em entrevista aos pesquisadores do CEBRAP ilustra bem a situação do poder, na qual as questões sociais, raciais e de gênero estão permeando as demais relações como pano de fundo.

mesas de negociação para determinar seu futuro” (PNUD, 2006). No entanto, não é tarefa simples. “Os menos preparados encontram dificuldades para permanecer bem situados juntos ao centro do poder, atropelados pelos mais experimentados que dominam melhor os regulamentos conhecidos” (CANÊDO, 2007, p. 3).

Considerando que o poder político não é fixo, a pessoa se investe dele para se fazer cumprir as obrigações, correspondentes a um determinado cargo, sua transitoriedade é óbvia tem dia e hora para acabar, não deveria ser interpretado por seus “usuários” com a presunção ridícula de ser melhor que os outros. É o que a prefeita 5 comenta abaixo.

Eu estou prefeita, mas é um cargo temporário, estritamente curto, efêmero. Tem aquele que usa o cargo e se envaidece, comete a burrice de achar que é poderoso! E são estigmatizados do mesmo jeito. O próprio cargo já tem isso, para o bem e para o mal, intimida as pessoas em relação a você (PREFEITA 5).

3 GÊNERO E POLÍTICA: CATEGORIAS DE ANÁLISE ENTRECRUZADAS

Busco lutar cada vez mais por espaço e por possibilidade de reivindicar direitos para o povo e para mulheres (PREFEITA 7).

3.1 Aporte teórico sobre gênero: referenciais analíticos

Devemos pensar o significado e a relevância da categoria Gênero, além de suas implicações dentro do pensar e fazer a História (CAVALCANTI, 2003, p. 137).

Gênero é um elemento que faz parte da estrutura da sociedade, na dimensão relacional entre homem e mulher (MENCHU, 2003). A exclusão social e política da mulher na esfera pública acontece por não se reconhecerem como pares, mas como superiores e inferiores. A invisibilidade política ou a não-presença provém da dimensão intrínseca de relações de domínio e subordinação, portanto, de relações de gênero.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é propor uma reflexão sobre gênero e o contexto que envolve as mulheres na política. O interesse é pelas conceituações e concepções existentes sob o ponto de vista relacional entre homens e mulheres, a partir das relações sociais e históricas concretas⁴⁵. Pretende-se “afastar de uma leitura que reforce o tradicional papel da mulher, de uma visão hierarquizada de gênero, quer na sua institucionalizada oposição com o masculino, quer na sua a-historicidade” (MALUF, 1995, p. 19).

Louis (2006, p. 720/21) traz o recorte sobre a amplitude das concepções teóricas sobre a palavra e percebe a necessidade de repensar categorias de caráter multidisciplinar. Gênero não é um termo que se tem uma conceituação fechada em qualquer dicionário. “O gênero não é um conceito, estando esse termo preso na significação – mínima – de uma elaboração inteligível e operacional de um campo teórico definido”. Sua utilização, abrangente ou como algo mais específico deve levar

⁴⁵ Ver Haraway (2004, p. 209), onde narra sobre a “desventura teórica” após aceitar escrever um verbete sobre “gênero” para um dicionário marxista alemão bem conceituado. Foi um desafio devido à complexidade em referência às teorias existentes, aos diversos países em que seria publicado e à complicação em juntar tudo em um verbete de poucas páginas, afirmando que, “gênero é central para as construções e classificações de sistemas de diferenças”.

em conta “o que é incontestável: o patriarcado, a dominação masculina, as relações de dominação entre os sexos, a (crítica da) igualdade entre homens e mulheres”, estando embasado na relação e construção social entre os sexos.

A questão teórica e política central é o fato de o emprego desse termo permitir a produção de análises que abstraem as relações patriarcais de dominação. Mais ainda. Desde que se reconheça terem sido todas as relações de dominação construídas sobre a evidência da dominação patriarcal – algo dificilmente negável -, então o emprego da palavra gênero permite não só abstrair essas relações, mas também todas as outras (LOUIS, 2006, p.722).

É fundamental ampliar a visão e se referir a uma categoria de análise, pois gênero é um conceito amplo, que não distingue apenas o feminino do masculino, expressando as diversas áreas da vida social, como a cultura, a ideologia e demais práticas discursivas, “a categoria inclui não somente o sexo, mas também a classe e a raça – e mais recentemente, a geração.” (CAVALCANTI, 2003, p. 138)

Isolado, pode significar qualquer coisa ou, até mesmo, coisa nenhuma. Segundo Stolke (2004), para determinar a construção cultural e as bases biológicas, o termo se tornou um caminho que explica a dominação das mulheres pelos homens. Também, refere-se à construção social do sexo, pois a dimensão social é diferente da biológica, que é própria da “condição dos humanos a capacitação cultural como essencial à sobrevivência. É a cultura que humaniza a espécie, e o faz em sentidos muito diferentes” (HEILBORN, 1995, p. 9). Envolve relações e abrange as representações simbólicas e significação das relações de poder.

Para Scott (1989, p. 14-16), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos”, que implica elementos relacionados entre si, símbolos culturalmente disponíveis, que evocam representações múltiplas, conceitos normativos, que colocam em evidência interpretações e tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas, a noção do político, tanto quanto uma referência às instituições e organizações sociais e a identidade subjetiva.

Não se trata de algo isolado, a análise de gênero como categoria perpassa por outras trajetórias, seja “familiar, social e política – irá trazer pistas para entender a disponibilidade de recursos e as possibilidades de motivação política, necessárias às etapas posteriores do processo de recrutamento” (BRABO, 2003, p. 35).

A partir da década de 70, acontece uma explosão de estudos acadêmicos⁴⁶ e as agendas internacionais passaram a contemplar pesquisas e estudos sobre a mulher. Em 1980, esses estudos avançam teoricamente passando para relações de gênero, quando os textos de Joan Scott “passaram a ser traduzidos e publicados no Brasil” (PEDRO, 2005, p. 88)⁴⁷ Apesar de seu uso ser recente, trata-se de uma classificação relacionada com a história e exige uma indagação, pois “[...] gênero não é tão somente uma categoria analítica, mas também uma categoria histórica, sua dimensão adjetiva exige, sim, uma inflexão do pensamento” (SAFFIOTI, 2004, p. 111).

Começa a formulação de políticas públicas⁴⁸ voltadas para as mulheres⁴⁹, de caráter transversal visando “a equidade entre homens e mulheres” (BLAY, 2003, p. 97). Muitas conquistas aconteceram, embora a questão do acesso a cargos públicos e políticos tenha avançado a “passos lentos”. “É provável que estejamos hoje no início de uma nova ‘onda’, mais centrada na questão do poder” (PERROT, 2007, p. 4). A seção seguinte deste capítulo permitirá aprofundar este ponto.

⁴⁶ Em 1983 foi criado na Bahia o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM. “Vinculado ao Mestrado em Ciências Sociais da UFBA, o NEIM se destaca não apenas por ser o núcleo de estudos feministas mais antigo do país, como também por sua atuação marcante e continuada na promoção de uma série de atividades nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, tendo sempre em vista a formação de uma consciência crítica acerca das relações de gênero hierárquicas, predominantes em nossa sociedade, e da conseqüente especificidade da condição feminina” (NEIM, 2008).

⁴⁷ Ver Perrot (2007a), Del Priori (1995), Stolke (2004) e Scott (1989).

⁴⁸ São demandas sociais e devem ser implementadas pelo Poder Público em parceria com a sociedade civil. A exemplo ver planejamento para gênero (IBAM, 1997) e sugestões para ação (IBAM, 2006)

⁴⁹ Como exemplo têm-se as Delegacias de Atendimento às Mulheres – DEAMS. A esse respeito ver Oliveira (2005), seu estudo é sobre a violência de gênero, mas a pesquisa é feita num DEAM de Salvador – BA. Outras conquistas importantes foram: a alteração da condição feminina na Constituição Federal de 1988, que extingue a tutela masculina na Sociedade Conjugal (BRASIL, 1988); o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2005), lançado pelo Presidente da República em dezembro de 2004, e em 2008 re-editado como II Plano Nacional de Políticas para Mulheres (BRASIL, 2008), com inovações. Ele amplia e aprofunda o campo de atuação do Governo Federal nas políticas públicas para as mulheres, detalhando e incluindo novos eixos de atuação, sendo: a) educação inclusiva não sexista, não racista, não-homofóbica e não lesbofóbica, b) enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, c) direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais, d) enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas, e) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, f) participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, g) cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias, h) gestão e monitoramento do plano, i) autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, j) desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar e l) enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia (BRASIL, 2008).

3.2 Mulher & democracia. (In)coerência entre norma e participação local

Você veja! As mulheres só puderam votar a partir da década de 30!
(PREFEITA 6)

Não se pretende descrever aqui toda a luta sufragista, mas delinear alguns fatos históricos importantes, que situam o contexto da vivência feminina no que tange às conquistas de direitos civis reforçados a partir do contrato social, de Locke, Hobbes, Rousseau, como assegurados somente aos homens.

Pateman (1993) demonstra que a matriz da cidadania e participação deixa de fora as mulheres, pois sua cidadania é limitada, imposta pelo contrato sexual⁵⁰ que antecede o contrato social⁵¹. O contrato sexual é revelado no âmbito do privado, portanto familiar e doméstico, resume no fato da mulher se submeter ao marido, abdicando de seus interesses em troca de manutenção e proteção.

Para Mackinnon (1995) a primeira onda feminista foi inaugurada por Stuart Mill, em 1866, quando pediu ao parlamento inglês, que as mulheres tivessem o direito de votar. A primeira bandeira do Movimento Feminista⁵². As sufragistas buscavam a igualdade para as mulheres perante as urnas e o direito de exercerem a cidadania, que por muito tempo lhes foi negada. Começa-se uma conquista gradual, que impera até os dias hodiernos, embora distante de uma equidade de gênero e de classe social. Após a Revolução Industrial – Século XIX, o proletariado urbano e as mulheres adquirem o “direito” de serem cidadãos(ãs), embora ele não abranja todas as pessoas em um único momento histórico. Houve uma modificação nas constituições de diversos países consagrando o sufrágio universal.

⁵⁰ A teoria do contrato sexual é baseada na teoria do contrato social. “A história do contrato sexual também trata da gênese do direito político e explica por que o exercício desse direito é legitimado; porém, essa história trata do direito político enquanto *direito patriarcal* ou instância do sexual – o poder que os homens exercem sobre as mulheres” (PATEMAN, 1993, p. 16).

⁵¹ A teoria do contrato social ou contratualismo tem como principais teóricos Hobbes (1588 – 1679), Locke (1632 – 1704), Rousseau (1712 – 1778), entre outros. “Compreende todas aquelas teorias políticas que vêem a origem da sociedade e o fundamento do poder político” (BOBBIO, 2000, p. 272).

⁵² “Com este termo, indica-se um movimento e um conjunto de teorias que tem em vista a libertação da mulher” (BOBBIO, 2000, p. 486). Como movimento político ele “questiona as relações de poder, a opressão e a exploração de grupos e pessoas sobre as outras” (TELES, 1993, p. 10), ou seja, consiste na exigência da igualdade jurídica, política e econômica entre homens e mulheres.

Ver Alves (2007). A autora explica a trajetória do feminismo e ressalta que ele é um processo antigo, mas que continua em construção no dia-a-dia, e que não tem um ponto determinado de chegada. Convive com contradições, avanços, recuos, medos e alegrias.

No Brasil, em 1932, com a promulgação do Código Eleitoral, o voto feminino passou a ser aceitável, mas não necessariamente obrigatório. Contudo, esse direito era restrito àquelas solteiras e viúvas que tivessem condições financeiras favoráveis e às casadas, desde que os maridos autorizassem.

O obstáculo maior não foi a conquista do direito ao voto. Conforme assegura Tabak (1983, p. 34), mais de 30 anos após a aprovação do Código Eleitoral que assegurou o direito da mulher votar e ser votada, em 1966, um levantamento da Câmara dos Deputados “consignava a existência de apenas dezesseis mulheres prefeitas municipais, distribuídas por oito Estados da Federação”, fato que, mais uma vez, demonstra que apenas votar não é garantia de uma cidadania plena.

Com a promulgação da Constituição de 1988, efetivamente, aconteceu o “sufrágio universal”⁵³, quando de fato incorporou os analfabetos e garantiu a todos usufruir dos direitos políticos. Apesar da demora, as pessoas não percebem a importância de exercer esse ato de “cidadania”, como comenta a prefeita abaixo.

É muito poder que o voto tem, ele é semelhante a um cheque em branco, que você só dá a quem confia, o ideal é que não desse a ninguém. É sua cidadania sendo exercida, isso é sério e as pessoas trocam com tanta falta de ponderação. Aquele pedido de todo dia, que além de imaginar que está resolvendo o seu problema, está levando a comunidade junto com ele e com você na leviandade de um gesto.

Tal afirmativa é pertinente e serve para ilustrar a consciência da prefeita em relação aos votos que recebe, como também a responsabilidade e a capacidade de discernir pedidos, muitas vezes incoerentes e absurdos de serem atendidos.

Voltando à questão anterior, com o objetivo de estimular e assegurar a participação das mulheres nos cargos de representatividade na política, foram criadas as “ações afirmativas”⁵⁴, como um “[...] instrumento crucial para a conquista de outros direitos, trazia embutido o princípio da potencialidade igualitária, ou seja, a possibilidade de se corrigir, por meios políticos, a estrutura desigual das sociedades” (AVELAR, 2002, p.

⁵³ Sistema no qual todas as pessoas adultas passam a ter direito de votar, inclusive os analfabetos e as mulheres.

⁵⁴ São encontradas expressões como “discriminação positiva”, “políticas de cotas”, “ações positivas”. Essas definições demonstram “a noção de intencionalidade relativa a um tratamento preferencial ou compensatório a um determinado grupo ou parcela social que se encontra em posição de desvantagem social ou sub-representado politicamente, em razão de discriminações, preconceitos, estereótipos passados ou presentes” (ARAÚJO, 2002, p. 145).

41), que podem ser de três tipos: a reserva de assentos parlamentares para as mulheres, a de iniciativa voluntária dos partidos políticos, como estratégia para ampliar a participação de mulheres na direção interna dos partidos e as cotas obrigatórias de reserva de vagas partidárias. A primeira “parece não apresentar resultados favoráveis em termos de ampliação da autonomia das mulheres”, na segunda, pode-se constatar que “as legislações existentes se destinam a órgãos administrativos e não às instâncias de representação parlamentar” e a última, que é aplicada no Brasil desde 1995, se trata de uma experiência recente, não completamente sistematizada, mas “apresentando resultados bastante positivos, sendo constantemente citada como modelo e estímulo para propostas em outros países” (ARAÚJO, 2001a, p. 4).

Para a aprovação da lei de Cotas foi necessária muita discussão. Em 29 de setembro de 1995, foi aprovada a lei nº 9.100⁵⁵ (BRASIL, 1995), que “estabeleceu as normas para a realização das eleições municipais do ano seguinte, e determinou uma cota mínima de 20% para as mulheres nas candidaturas dos partidos políticos” (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 169). Dois anos mais tarde, em 1997, foi sancionada a lei 9.504/97⁵⁶ (BRASIL, 1997), que reservou o percentual de 30% para as mulheres dentro dos partidos políticos, conforme art. 10 § 3º.

A “Lei de Cotas” foi aprovada na Câmara Federal após uma forte negociação com políticos do sexo masculino resultando uma distorção profunda. Para compensar uma cota de 20% para as mulheres, os partidos políticos exigiram a ampliação do total de vagas, isto é, se o total era X ele passou a ser X + 20%. Ou seja, o número de vagas para candidatos cresceu de 100% para 100%+20%. Nos anos seguintes, o número de vagas também cresceu na mesma percentagem (BLAY, 2002, p. 59).

⁵⁵ Art. 11 § 3º “Vinte por cento, no mínimo, das vagas de cada partido ou coligação deverão ser preenchidas por candidaturas de mulheres”.

⁵⁶ Art. 10 § 3º, “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo”.

Apesar dessa medida não ter inspirado uma maior mobilização da sociedade e haver resistência das mulheres em assumir expressivamente esse espaço, no âmbito geral, pode ser considerada como positiva, por ter sido inserida na “agenda política e por ter intensificado um processo que já estava em curso: o aumento das candidaturas femininas. O problema da ausência/presença das mulheres tornou-se visível [...]” (BRABO, 2003, p. 319).

A adoção de ações afirmativas, sem dúvida, incrementou o número de mulheres na política. Todavia, a questão chave não é tão somente eleger mais mulheres; o fator gênero não deve ser determinante numa eleição. O fato de elegê-la somente por ser mulher a recoloca em outra situação constrangedora. Não se pretende aqui medir forças, numa espécie de “guerra de sexos”, mas verificar como vem sendo feita a busca pela equidade de gênero. O que realmente importa será o grau de organização em busca de políticas voltadas para os assuntos de interesses da paridade de gênero⁵⁷. Há sinais que as coisas começam a mudar.

Em 2008, o Procurador-Geral da República, Antonio Fernando Souza, emitiu parecer pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo Partido Social Cristão (PSC) contra a lei 9.504/97⁵⁸. Segundo o Procurador, “[...] a eficácia da política de cotas depende da superação de barreiras culturais e eleitorais, fixadas por questões tradicionais da sociedade, relativas a valores que inibem a participação das mulheres em processos públicos de decisão” (SOUZA, 2008).⁵⁹

⁵⁷ A ONU lançou, recentemente, um *site* para incentivar a ação das mulheres na política. A página na Internet reúne mais de 400 artigos, relatórios, guias e manuais e abriga fórum de discussão para especialistas no assunto, a página é chamada de *iknow Politics* (International Knowledge Network of Women in Politics (PNUD, 2007). Ver: <http://www.iknowpolitics.org/es/node/7119>

⁵⁸ Reserva a cota mínima de 30% para cada sexo na composição das listas partidárias no registro de candidatura. O partido havia alegado que isso fere a isonomia entre homens e mulheres, garantida pelo art. 5º da Constituição Federal.

⁵⁹ Outros fatos dessa natureza vêm acontecendo. Em Baurueri (SP) um vereador teve seu nome excluído da relação da coligação formada pelo PMDB, PTB e PP após a constatação do excesso no número de candidatos do sexo masculino. O caso foi julgado por uma Juíza do TRE (SP). O candidato recorreu ao TSE, onde seu recurso foi negado por unanimidade de votos. O relator do caso foi o Ministro Armando Versiane, em 02/09/2008 (TSE, 2008).

Na América do Sul,⁶⁰ o primeiro país a “conseguir aprovar procedimentos que interferem nos percentuais de candidaturas e também no ordenamento das listas”, foi a Argentina que tem se mostrado como grande defensor dessas ações. Com isso, a possibilidade de resultados torna-se concreta, pois “[...]qualquer lista que não preencha a cota se torna inválida” (ARAÚJO, 2001b, p. 242). Trata-se do sistema de lista fechada. Como essa exigência não acontece no Brasil, as cotas funcionam como um paliativo, uma “discriminação positiva”⁶¹ que não apresenta resultados relevantes. Sua ineficácia se deve à falta de iniciativas que levam ao seu incremento, “não tem penalidade para aqueles que não garantirem os 30% de mulheres; não prevê recursos financeiros e acesso ao horário político gratuito das rádios e televisões para as mulheres; não cria mecanismos de incentivo à formação política feminina” (COSTA, 2008, p. 2).

Por outro lado, há inúmeras opiniões contra essas medidas especiais. Miguel postula que esse sistema “termina por perpetuar a inserção subordinada das mulheres no mundo da política, na medida em que o cartão de ingresso é exatamente a negação da ação em defesa dos próprios interesses” (2001, p. 253).

Para Saffioti (2004), a maior parte das mulheres mantém atitudes contrárias a ações afirmativas governamentais. Se é indispensável um esforço pessoal para conseguir despertar o empenho para a participação, esse ânimo “exige, um tempo, paixão e senso de proporções. É perfeitamente exato dizer – e toda experiência histórica o confirma – que não se teria jamais atingido o possível, se não se houvesse tentado o impossível” (WEBER, 1968, p. 123).

⁶⁰ Existe atualmente duas mulheres ocupando o cargo de presidente. A Cristina Kirchner, eleita em 2007, na Argentina, em sucessão ao marido Nestor Kirchner. Ela disputou a eleição presidencial contra Elisa Carrió. A outra é Michelle Bachelet, no Chile em 2006, quando concorreu com o conservador Sebastian Pinera.

⁶¹ Cavalcanti (2003, p. 277) demonstra que o termo “discriminação positiva” foi adotado nos anos 60 e ganhou novos sinônimos ao longo das últimas décadas, tais como “ação afirmativa”. Comenta que a criação de cotas foi uma “solução para um amplo painel de desigualdades e de tentativas para iniciar a maior participação em setores estruturais e decisórios, bem como nas cadeiras políticas e ingresso no ensino superior, o que também acontece com relação à raça, especialmente à negra.”

Mesmo com a exigência de cotas mínimas e máximas para cada sexo, ainda prevalece a maioria de homens no poder. E sem a política de cotas? Será que a presença de mulheres seria significativa? Quanto tempo seria necessário para que a entrada delas na esfera pública acontecesse?

Quando a sociedade evoluir para uma verdadeira igualdade de gênero, o Estado brasileiro garantir políticas públicas⁶² capazes de suprir essa compensação e se alcançar o que hoje é utopia, ações afirmativas dessa natureza, provavelmente, deverão deixar de existir. “É absolutamente imprescindível que esta trajetória seja descrita para que haja empoderamento, não de mulheres, mas da categoria social por elas constituídas” (SAFFIOTI, 2004, p. 103). Basta considerar que as pessoas que buscam promover a representação substantiva das mulheres “não devem se voltar para as leis de cotas, mas sim para o fortalecimento das convenções partidárias de mulheres nas legislaturas e para a institucionalização dos vínculos entre os políticos e os grupos de interesse feminista” (HTUN, 2003, p. 16).

3.3 As pioneiras no Brasil, no Estado da Bahia e nos municípios baianos

Eu fui a primeira prefeita da região metropolitana de Salvador, me elegi em uma época quando o preconceito e o machismo eram ainda muito fortes, principalmente em meu Município, região eminentemente industrial, Pólo, Petrobrás, CIA... Por conta da própria atividade industrial, achavam que não devia ser administrada por uma mulher (PREFEITA 6).

Em meu município, fui a primeira vereadora, primeira deputada e primeira prefeita... (PREFEITA 3).

Traçar um panorama das primeiras mulheres que se “aventuraram” no exercício de cargos políticos no Brasil é a tarefa deste tópico.

Faz-se necessário, contudo, antes de apresentar esse compêndio das pioneiras no exercício de cargos eletivos, citar algumas protagonistas dessa conquista. Schumacher e Brazil (2000, p. 106 e 112) apontam Bertha Luz, como uma das percussoras nas lutas

⁶² Sinalizei que já existem marcos legais e jurídicos, mas a aplicação nem sempre se faz de imediato e sem contradições, os efeitos ainda não tem causado resultados intensos em toda a América Latina.

feministas⁶³ no Brasil e fundadora da Federação Brasileira pelo progresso Feminino - FBPF⁶⁴. Estudou na Europa e desde o seu egresso ao Brasil, em 1918, tornou-se uma defensora incansável dos direitos da mulher. Sua trajetória demonstra a determinação em busca de melhores condições de vida e trabalho para essa parcela da população.

Foi membro de várias entidades internacionais. Participaram com ela da FBPF, Jerônima Mesquista, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, Carmen Portinho, Maria Lacerda de Moura, Maria Luísa Bittencourt⁶⁵, grandes defensoras dessa causa, entre outras.

Antes de existir na legislação brasileira a possibilidade da mulher votar e ser votada, o Estado do Rio Grande do Norte proporcionou essa capacidade a uma mulher, Alzira Soriano de Souza, que foi a “primeira prefeita da América Latina, filha do coronel da Guarda Nacional, líder político local e comerciante” (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 35).

No ano de 1927, no estado do Rio Grande do Norte, um político (Juvenal Lamartine de Faria) fez mudanças no código eleitoral do seu estado e invocou mudanças na Constituição Federal para que a outra metade da população brasileira tivesse pleno direito de exercer seus direitos políticos. Apoiou e elegeu a filha de um chefe político de Lages para o cargo de prefeita daquele município. (AVELAR, 2002, p. 45)

Em 1933, a primeira deputada federal eleita no Brasil toma posse à Câmara dos Deputados. É a pioneira da América Latina, Carlota Pereira de Queiroz, participou dos trabalhos para a Assembléia Nacional Constituinte e abandonou a vida pública em 1937. Começou sua carreira profissional com o “curso normal, foi inspetora de escola e depois formou-se em professora. Em 1920, entrou para a faculdade de medicina, formando-se em 1926” (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000). Em 1950 foi eleita a segunda deputada federal, Ivette Vargas, sobrinha-neta de Getúlio Vargas (NOVAES, 2008, p. 4).

⁶³ No passado, para ser feminista era necessário ter coragem, pois muitas vezes, persistia uma “conotação pejorativa. Vivia-se sob o fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação anti-feminina” (SARTI, 1998, p. 6).

⁶⁴ Entidade civil criada no Rio de Janeiro, no ano de 1922, por iniciativa e um grupo de mulheres de classe média, de elevada escolaridade e conhecedora dos rumos dos movimentos feministas na Europa e nos EUA.

⁶⁵ Ver página 79. Foi a primeira deputada estadual da Bahia, eleita como primeira suplente.

Na Bahia, Maria Luiza Bittencourt foi a primeira a conquistar uma vaga na Assembléia Legislativa, em 1935. Ela tinha 25 anos, ficou na primeira suplência, mas logo assumiu o mandato. Foi atuante na política baiana e no movimento feminista local (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 403). Em 1954, Leonita Barbosa de Souza Costa (Nita Costa) tornou-se a primeira deputada federal baiana (VIEIRA, 2008).

Como prefeita na Bahia foi Dejanira Resende de Souza, no município de Belmonte nas eleições municipais de 1958⁶⁶. (COSTA, 1988). A primeira a ser eleita no Brasil como prefeita de uma capital foi Maria Luiza Fontenelle. Ela se elegeu para a Prefeitura de Fortaleza – CE em 1985 (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 404) e, em 1993, Lídice da Mata é eleita a primeira prefeita da capital da Bahia – a cidade do Salvador (VIEIRA, 2008).

Para o Senado Federal, em 1979, assume, na condição de suplente (IBGE, 2007), Eunice Michiles PSD/AM após o falecimento do titular da vaga. Em 1990, foram eleitas Júnia Marise (PMDB – MG), mesmo sem o apoio da mãe, por acreditar que, “política, não é para mocinha de 19 anos” (FURTADO, 1975) e Marluce Pinto (PTB-RR).

A primeira a assumir o Governo de um Estado brasileiro foi Iolanda Fleming, no Estado do Acre, em 1986, quando substituiu o Governador Nabor Júnior, eleito senador. Pelo voto direto, foi Roseana Sarney, em 1994 (NOVAES, 2008, p. 7).

Apesar da posse inserção da primeira prefeita ter sido em 1928, na Bahia isso só aconteceu trinta anos depois. Da mesma forma, a segunda deputada federal levou vinte e sete anos após a primeira, fatos que denotam a raridade dessas participações.

Na Bahia, ainda não se elegeu nenhuma Governadora. O único fato de uma mulher ter assumido o Governo do Estado, aconteceu dia 21 de setembro de 2008, quando o Governador Jaques Wagner transferiu, oficialmente, suas atribuições à presidente do Tribunal de Justiça Sílvia Zarif, que ficou no cargo até dia 26. Na ocasião o Governador destacou que sua escolha é um ato político e simbólico. "Política não se faz só com obras de concreto e tijolo. Essa transmissão de cargo representa apreço e respeito ao judiciário e às mulheres baianas". (A TARDE, 2008, p. 2). Resta a pergunta,

⁶⁶ Ver a lista das mulheres eleitas para as prefeituras dos municípios da Bahia, desde 1958, p. 80

é dessa forma que as mulheres devem ser “inseridas” nos cargos de representatividade?

Quadro 1 - Pioneiras na política brasileira e baiana

Ano	Cargo	Nome	Relações família/política
1928	1ª Prefeita do Brasil – RN	Alzira Soriano de Souza	Filha do líder político local
1933	Deputada Federal – SP	Carlota Pereira de Queiroz	
1935	Deputada Estadual – BA	Maria Luiza Bittencourt	
1954	Deputada Federal BA	Leonita Barbosa de Souza Costa (Nita Costa)	
1935	1ª Vereadora de Salvador	Laurentina Pugas Tavares ⁶⁷	Participante da FBPF
1958	1ª Prefeita da Bahia – Belmonte BA	Dejanira Resende de Souza – PSD	
1960	2ª Deputada Federal – SP	Ivette Vargas - PTB	Sobrinha-neta de Getúlio . Vargas
1979	1ª Senadora (suplente) AM	Eunice Michilles	Esposa do Prefeito de Maués AM
1985	1ª Prefeita de Capital Fortaleza – CE	Maria Luiza Fontenelle - PT	
1986	1ª Governadora – AC	Iolanda Fleming	Viúva do Deputado Federal Geraldo Reis Fleming
1990	Senadoras - MG e RR	Júnia Marise PMDB Marluce Pinto – PTB	
1993	1ª Prefeita de Salvador – BA	Lídice da Mata - PSDB	
1994	1ª Governadora eleita pelo voto direto – MA	Roseana Sarney - PMDB	Filha do Ex-Presidente da República José Sarney
1998	1ª mulher a presidir a sessão no Congresso Nacional – RJ	Benedita da Silva ⁶⁸ - PT	
2008	1ª Governadora da Bahia	Sílvia Zarif ⁶⁹	Presidente do Tribunal de Justiça - BA

Fonte: Material recolhido e adaptado das instituições: Senado Federal (2008) e IBGE (2008).

⁶⁷ Segundo Rago (2005, p. 248), ela participou da fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), era professora catedrática de matemática.

⁶⁸ Foi a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado em 1994 (SCHUMAHER & BRAZIL, 2000, p. 403).

⁶⁹ Sílvia Zarif, é presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, substituiu o governador Jaques Wagner no período de 21/09 a 26/09/2008. Sobre a “oportunidade” ela comenta. “Acho significativa e simbólica. Apesar de eu não ter sido eleita e estar apenas substituindo interinamente, mas, como representante do Poder Judiciário - como o Judiciário também não tinha mulheres ascendido à Presidência do Tribunal de Justiça - eu acho que é uma esperança para que, num futuro bem próximo possamos ter uma mulher eleita, assumindo o Executivo aqui na Bahia” (A TARDE on-line, de 23/09/2008)

Quadro 2 – Prefeitas dos Municípios baianos de 1958 até 2004

Ano	Nome	Município	Partido
1936	Nair Guimarães Lacerda ⁷⁰	Urandi	
1958	Dejanira Resende de Souza	Belmonte	PSD
1962	-Não houve	-	-
1966	-Não houve	-	
1968	Olga Laranjeiras B. Azevedo	Igaporã	Arena
	Noemia Meireles Ramos	Simões Filho	Arena
1970	Nilza Barbosa	Ibiquera	Arena
	Silzuita Silva Mimoso	Ibitapitanga	Arena
	Marialda Gomes Matos	Mucugê	Arena
1972	Dalila Araújo de Vasconcelos	Aurelino Leal	Arena
	Lurdes Duarte Silva	Morpará	Arena
	Clelia Chaves Rebouças	Mutuípe	Arena
	Aldanice Ribeiro de Novais	Piripá	Arena
	Nilda Valença Baptista	Rio Real	Arena
	Ireny Dourado	Irecê	Arena
1976	Maria Aurélia Souza Santos	Dário Meira	Arena
	Maria dos Prazeres Almeida P.	Entre Rios	Arena
	Maria Luiza Dias Láudano	Pojuca	Arena
	Maria Eunice Dultra Soares	Santa Terezinha	Arena
	Adair Miranda Cabral e Silva	Santo Estevão	Arena
1982	Dalila Araújo Vasconcelos	Aurelino Leal	PDS
	Ieda Góes Lago de Araújo	Catu	PDS
	Maria Aparecida Oliveira Franco	Irajuba	PDS
	Gilka Borges Badaró	Itajuípe	PDS
	Maria Juvenice Farias Maia	Jiquiriçá	PDS
	Raimunda Farias Carvalho	Maraú	PDS
	Marieta Olimpica Borges Hora	Mucuri	PDS
	Clelia Chaves Rebouças	Mutuípe	PDS
	Nilda Valença Batista	Rio Real	PDS
	Josenilda Paim Pereira	Tanquinho	PDS
1985	Maria Iris Gomes	Várzea Nova	PDS
1988	Dagmar Alves de Souza	Boa Nova	PDS
	Djalмира de Carvalho Improta	Cardeal da Silva	PDS
	Lúcia Borges Cone	Conceição do Almeida	PFL
	Liete Carvalho Farias	Floresta Azul	PMDB
	Teresa Caldas do Nascimento	Itapicuru	PFL
	Valdice Cordeiro F. Santos	Milagres	PDC
	Aldanice Ribeiro Novaes	Piripá	PFL
	Maria Nazarelo Soares Santos	Rodelas	PMDB
	Elba Chagas Santos	Salinas da Margarida	PMDB
	Rosália Rodrigues Franca	Santa Brígida	PSC
Cleide José Santana	Ubatã		
1992	Iara Maria Souza Santos	Almadina	PMDB
	Iraci Alves Gomes da Silva	Amargosa	PDT
	Dalila A. Vasconcelos	Aurelino Leal	PFL
	Vera Lúcia Ramos Costa	Barra do Rocha	PDC
	Maria Angélica Juvenal Maia	Candeias	PL
	Girlane Santos Passos Serra	Conceição da Feira	PFL

⁷⁰ Nair Guimarães Lacerda foi prefeita de “Urandi, nomeada em 1936 pelo governador Juracy Magalhães, segundo consta na imprensa da época, atendendo uma indicação da então Deputada Estadual Maria Luiza Bittencourt.” (COSTA, 1998, p. 137).

	Andréia de Souza Xavier	Dias D'Ávila	PFL
	Avani Andrade F. Santos	Encruzilhada	PFL
	Miriam Mara de Carvalho Cruz	Itaguaçu da Bahia	PFL
	Gilka Borges Badaró	Itajuípe	PTB
	Maria Juvenice Santos Maia	Jiquiriçá	PTB
	Raymunda F. de Carvalho	Maraú	PDS
	Maria Helena F. Brito Fagundes	Matina	PMDB
	Valdineia Damásio	Santa Luzia	PFL
	Josenilda Paim Pereira	Tanquinho	PDS/PFL
	Lídice da Matta	Salvador	PSDB
	Maria do Socorro N. Coelho	Crisópolis	PTB
	Clélia Chaves Rebouças	Mutuípe	PFL
	Aurelice Barreto Farias	Brotas de Macaúbas	PFL
1997	Jailma Dantas Gama Alves	Banzaê	PFL
	Marisete de Souza Bastos	Brejolândia	PFL
	Débora Carvalho Borges Santos	Camacan	PT do B
	Antônia Magalhães da Cruz	Candeias	PPB
	Dagmar Nogueira dos Santos Brito	Casa Nova	PL
	Luzia Campos de Oliveira ⁷¹	Castro Alves	
	Arlete Bitencourt de Castro Silva	Cícero Dantas	PPB
	Lúcia Borges Coni	Conceição do Almeida	PL
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuipé	PV
	Solange Silveira Passos Crisóstomo	Cotegipe	PFL
	Sizaltina Rodrigues Donato	Guanambi	
	Simone Simões Néri	Inhambupe	PFL
	Neusa Cadore	Pintadas	PT
	Maria Cardoso de Lima	Santa Terezinha	PTB
	Maria Conceição Mota Dias	São Domingos	PL
	Erotildes Silva Souza	Varzedo	PT
	Iris Alencar Fernandes da Silva	Wagner	PMDB
2000	Eulina Pires Teixeira	Abaré	PTB
	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	PFL
	Dinah Martins Nascimento ⁷²	Belmonte	PL
	Antonia Magalhães da Cruz	Candeias	PP
	Arlete Bitencourt de Castro Silva	Cícero Dantas	PP
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuipé	PTB
	Arlete Veiga Vieira	Iguai	PFL
	Deralsita Antonia Teixeira Pinho	Jaguaripe	PFL
	Eliana Perpétua Curvelo de S. Cabana	Jucuruçu	PFL
	Carmen Gandarela Guedes	Madre de Deus	PFL
	Rosa Amélia Oliveira Lima	Mansidão	PL
	Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PTB
	Zafira Faour ⁷³	Mucuri	
	Regina Selia de Oliveira Cunha	Nova Fátima	PTB
	Neusa Cadore	Pintadas	PT
	Maria Luiza Dias Láudano	Pojuca	PFL
	Lícia Macieira Freire de Andrade	Planaltino	PFL
	Heyde Maria Del Castro de Amorim	Queimadas	PP
	Maria Cardoso de Lima	Santa Terezinha	PP
	Maria Conceição Mota Dias	São Domingos	PFL
	Lílian Souza A de Santana	São José da Vitória	PMDB
	Marilene Pereira Rocha	Saúde	PFL
	Eunice Ramos da Silva	Teodoro Sampaio	PT do B
	Ítala Maria da Silva Lobo Ribeiro	Uauá	PMDB
2004	Maria Angélica Lopes Carvalho	Antonio Cardoso*	PMDB

⁷¹ Afastada devido a nova eleição ocorrida no município.

⁷² Ingressou em substituição ao prefeito anterior

⁷³ Ingressou em substituição ao prefeito anterior

2004	Lúcia Helena Oliveira	Araçás	PFL
	Jandira Soares Silva Xavier	Baianópolis*	PSDB
	Jailma Dantas Gama Ayres	Banzaê*	PFL
	Ana Lúcia Aguiar Viana	Barra da Estiva*	PL
	Débora Carvalho Borges Santos	Camacan	PT do B
	Maria Angélica Juvenal Maia	Candeias*	PMDB
	Dagmar Nogueira dos Santos Brito	Casa Nova	PFL
	Gilcina Lago de Carvalho	Catú*	PL
	Lúcia Maria Nunes de Lima	Capela A. Alegre	PPS
	Francisca Alves Ribeiro	Carinhanha*	PT
	Neuza Maria Souza dos Santos	Coração de Maria	PTN
	Maria de Fátima Aragão Sampaio	Dário Meira*	PL
	Andréia Xavier Cajado Sampaio	Dias D'Ávila*	PFL
	Rosângela Lemos Maia de Abreu	Euclides da Cunha	PMDB
	Monalisa Gonçalves Tavares	Ibicaraí	PL
	Arlene Veiga Vieira	Iguai	PFL
	Wanda Argolo Pinto	Itagi*	PT
	Cecília Petrina de Carvalho	Itiúba*	PT
	Ilma Maria Barreto	Laje	PFL
	Maria de Lourdes Tavares	Lajedão	PL
	Moema Isabel Passos Gramacho	Lauro de Freitas*	PT
	Diana Gleyde Marques Pereira	Macajuba	PL
	Eranita de Brito Oliveira	Madre de Deus*	PFL
	Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina*	PTC
	Vera Lúcia Carvalho Sarmento	Maraú	PP
	Marinalva Lucas Paranhos Coelho	Medeiros Neto	PFL
	Rita de Cássia C. dos Santos	Mortugaba*	PRP
	Ana Olímpia Hora Medrado	Mucugê	PFL
	Regina Sélia de Oliveira Cunha	Nova Fátima	PC do B
	Amenaide de Carvalho Moreira	Paratinga	PFL
	Maria Cleuza Santos de Assis	Planaltino	PRP
	Tânia Maria Portugal da Silva	São S. do Passe*	PC do B
	Tânia de Freitas Mota Lomes	Serrinha	PSDB
Noélia Souza Oliveira	Serrolândia	PSC	
Maria Íris Gomes	Várzea Nova	PP	
Rosevânia Rodrigues de Souza ⁷⁴	Rib. Do Amparo	PP	
2008	Maria Angélica Lopes Carvalho	Antonio Cardoso*	PMDB
	Maria Edneide Torres Silva Pinho	Araci	DEM
	Jandira Soares Silva Xavier	Bainópolis*	PMDB
	Jailma Dantas Gama Alves	Banzaê*	PT
	Ana Lúcia Aguiar Viana	Barra da Estiva*	PR
	Jusmari terezinha de Souza Oliveira	Barreiras	PR
	Professora Romildes	Cabaceiras do Paraguaçu	PMDB
	Maria Aparecida dos Santos Martins Silva	Caldeirão Grande	PSDB
	Maria Ângela da Silva Cardoso Castro	Camacan	DEM
	Ioná Queiroz Nascimento	Camamu	PT
	Iracy Andrade de Araújo	Campo Formoso	PR
	Maria Agelica Juvenal Maia	Candeias*	PMDB
	Norma Suely Dias Coelho	Caraíbas	PTB
	Maria Quitéria Mendes de Jesus	Cardeal da Silva	PSB

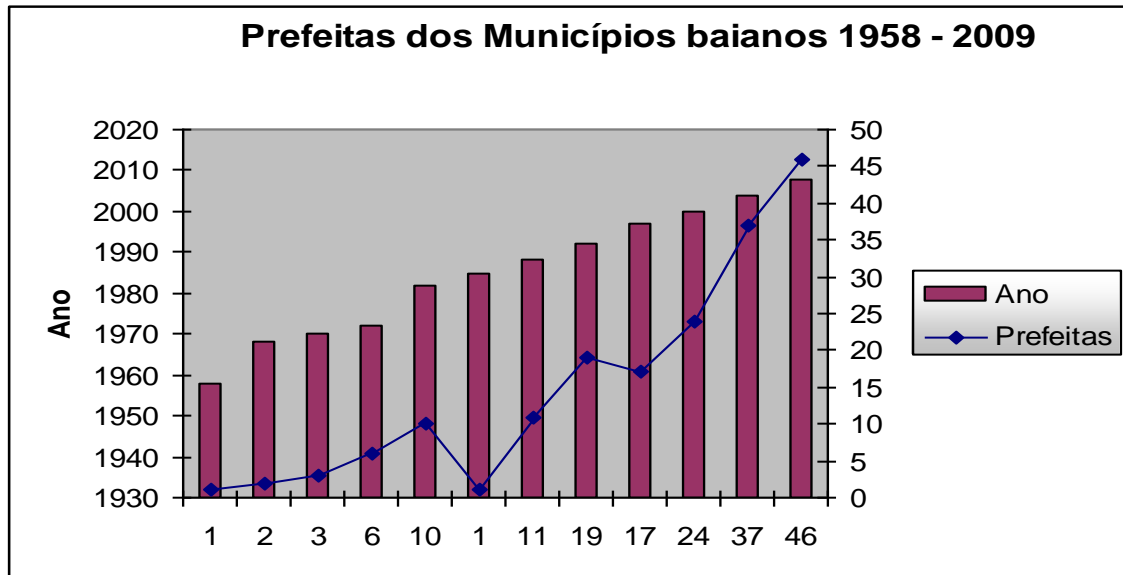
⁷⁴ A prefeita foi candidata a vereadora e se elegeu presidente da Câmara Municipal. Por ocasião do afastamento do prefeito (1º colocado) e da Prefeita (2ª colocada) ela foi empossada.

2008	Francisca Alves Ribeiro	Carinhanha*	PT
	Gilcinia Lago de Carvalho	Catu*	PR
	Josefina Maria Castro dos Santos	Coaraci	PT
	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	Conceição do Jacuipe	PMDB
	Maria de Fátima Aragão Sampaio	Dário Meira*	PR
	Andréia Xavier Cajado Sampaio	Dias D´Avila *	DEM
	Vera Lúcia de Barros Correia	Entre Rios	PMN
	Maria de Fátima Nunes Soares	Euclides da Cunha	DEM
	Sandra Maisa Balduino Cardoso	Floresta Azul	DEM
	Irisma Santos da Silva Souza	Gandu	PT DO B
	Benvinda de Laurindo	Gavião	PMDB
	Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte	Glória	PP
	Domingas Souza da Paixão	Gov. Mangabeira	PMDB
	Sandra Regina Gomes Vidal	Ibicoara	PC do B
	Wanda Argollo Pinto	Itagi*	PT
	Ivania Correia de Almeida Oliveira	Itatim	PMDB
	Cecília Petrina de Carvalho	Itiúba*	PT
	Valdice Castro Vieira da Silva	Jacobina	DEM
	Mariângela Santos da Silva Borges	Lajedo do Tabocal	PSB
	Moema Isabel Passos Gramacho	Lauro de Freitas*	PT
	Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho	Macururé	PT
	Eranita de Brito Oliveira	Madre de Deus*	PMDB
	Olga Gentil de Castro Cardoso	Matina*	PC do B
	Shirlei Novaes Barreto	Morpará	PT
	Rita de Cássia Cerqueira dos Santos	Mortugaba*	PSDB
	Maria das Graças Soares de Oliveira	Nilo Peçanha	PMDB
	Gerusa Dias Láudano	Pojuca	PSDB
Cibele Oliveira de Carvalho	Rafael Jambeiro	PT	
Rilza Valentim de Almeida Pena	São Francisco do Conde	PT	
Tânia Maria Portugal da Silva	São Sebastião do Passe*	PC do B	
Luciana Leão Muniz	Sebastião Laranjeiras	PR	
Susete Nascimento da Silva	Wencelau Guimarães	PR	

Fonte: Base em dados de (COSTA, 1998, p. 145 – 146), TSE (2008) e UPB(2008)

* Foram re-eleitas em 2008 para a gestão 2009-2012 TSE (2008)

O gráfico 1, a seguir, mostra a quantidade de prefeitas, os municípios do Bahia elegeram, no período de 1958 a 2009



Fonte: Elaboração própria, com base em dados de (COSTA, 1998, p.145-146); TSE (2008) e UPB (2008).

3.4 Presença feminina na política ou coadjuvantes e sucessoras?

A princípio, entrei para o partido não por consciência, entrei naquela de esposa para ajudar o marido, a pessoa de confiança dele, e caí no gosto popular. Minha primeira eleição foi histórica, inédita, comovente... Eu fui lançada três meses antes... (PREFEITA 5)

Observa-se o predomínio de uma rede familiar de poder, no entanto, ela abrange tanto homens e mulheres.⁷⁵ Busca-se compreender se as mulheres são eleitas em virtude do seu próprio prestígio pessoal ou em reconhecimento aos méritos de seus pais e maridos. Referindo-se à prática eleitoral brasileira, Tabak (1983, p. 34) explica que a eleição de mulheres para os órgãos legislativos estaduais e federais busca preencher a “vaga” do marido, ou seja, suas candidaturas são lançadas porque os maridos estão privados dos direitos políticos, o que é equivalente concluir que a “base dos votos que lhes são dados por contingentes femininos, constituem casos isolados, dentro da experiência legislativa no Brasil”.

⁷⁵ Esse trabalho traz a perspectiva de gênero relacional, mas a delimitação do objeto, por acessibilidade e viabilidade foi determinada pelo foco nas mulheres.

Não é o que ocorreu com a prefeita 5, mas ela comenta sobre o motivo inicial que a levou para o meio político, conforme relata:

A história é infinitamente mais escabrosa do que se possa imaginar. Utilizaram casuísmo político de infidelidade partidária para tirar o partido de meu marido. O nome dele era cogitado para a candidatura a prefeito, as pesquisas apontavam 85% da preferência popular. Dois meses antes da convenção, um grupo tomou a executiva do partido e excluíram a possibilidade da candidatura dele. Eu estava filiada como presidente do partido e surgiu o meu nome como alternativa para o casuísmo... (PREFEITA 5)

Como demonstra a prefeita, é possível que, em alguns casos, elas sejam “alçadas ao poder para darem continuidade a um projeto familiar a partir do qual constituem o seu patrimônio político” (COSTA, 2001, p. 221). No entanto, vale a pena conhecer os processos e as trajetórias políticas individuais de cada uma dessas mulheres para proceder a uma análise mais completa e conclusiva.

Por outro lado, há também a oposição da família à candidatura, conforme relata a prefeita 2. “Ao saber da minha candidatura à vereadora, meu marido, que adora política, embora nunca tivesse nenhum cargo político, ficou 15 dias sem falar comigo”. Em caso semelhante, a prefeita 6 comenta sobre a sua resistência em sair do seu cômodo papel de mulher recém-casada, com filho pequeno para participar de uma disputa eleitoral.

Eu estava recém-casada, há dois ou três anos, eu não queria, nem meu marido, mas fui para a campanha, eu sempre um pouco arredia, porque nunca tinha esperado “isso”, depois não teve jeito, o pessoal gostou e eu também, fui me adaptando...

No Brasil ainda há poucas mulheres no exercício político e a concentração está nas as regiões Norte e Nordeste, fato que destoa das regiões mais desenvolvidas do Brasil⁷⁶. Segundo Góis (2008, p. 2), em 2007, a Organização Internacional IPU – União Inter-Parlamentar mostra o país na 146^a posição no ranking daqueles que mais possuem mulheres na política, em uma lista de 188 países. Atualmente são três governadoras, 8 senadoras, 45 deputadas federais e, no Estado da Bahia, 4 deputadas

⁷⁶ MIGUEL e QUEIROZ (2006) discutem as diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições no Brasil. O estudo apresenta um questionamento sobre o porquê das mulheres apresentarem um desempenho melhor nas eleições locais brasileiras em regiões economicamente menos desenvolvidas. Debate sobre três possibilidades e, após análise dos dados, rejeita tais hipóteses, concluindo que se faz necessário buscar explicações mais complexas sobre o fenômeno.

federais, 8 estaduais e 37 prefeituras. Uma baixa representatividade, diante da população feminina, que, na Bahia, representa 51,88% do eleitorado.

Não é por acaso, a pouca participação é fruto da cultura patriarcal dominante a séculos, pois “no momento em que as mulheres começam a tomar parte na elaboração do mundo, esse mundo é ainda pertencente aos homens” (BEAUVOIR, 1980, p.15). A participação feminina foi deflagrada apenas no século XX, apesar disso, “deve ser vista sob a perspectiva de relevantes mudanças sociais, culturais e políticas das sociedades” (AVELAR, 2002, p. 40).

A História e a cultura instituem as regras, e cada qual vai incorporando dentro das possibilidades. Nesse sentido, cada prefeita tem sua “linha de trabalho” definida de acordo com as realidades vividas. Blay (1979) tentou definir três situações típicas para descrever o perfil de prefeita no Brasil. Ela denomina de “prefeita coronel” aquela que assume a posição nos respectivos grupos familiares, nasceu ou passou a participar através do casamento. A “prefeita esposa” é aquela casada com um político possuidor de liderança, mas por algum motivo, como inelegibilidade, situação partidária, entre outros, é impedido de ser candidato e ela o substitui, cumprindo uma determinação, não discute e acata como mais um papel a cumprir. E por último, a “prefeita por iniciativa própria” que é aquela eleita com as próprias condições, seja posição familiar, politização das competências ou trabalhos comunitários e consegue se destacar, sair da invisibilidade e construir uma carreira na política.

Atualmente, na Bahia, essas três situações já tomam proporções diferenciadas. A prefeita com característica “coronel” não foi detectada nessa pesquisa, a prefeita puramente “esposa” está em fase de extinção, prevalecendo as candidatas esposas que são muitas, mas poucas conseguem se eleger, as que alcançam tendem a se metamorfosear em uma prefeita de carreira através da experiência adquirida no dia-a-dia, da vivência com as situações burocráticas e de busca de aperfeiçoamento contínuo através de dedicação e estudo dos assuntos pertinentes. Como se observa no relato da Prefeita 5.

Já quebrei muito minha “cara”, mas sou assídua às buscas de conhecimento e informações para assegurar-me que fique livre desse perigo, eu nunca tive uma conta rejeitada. Tenho o cuidado de promover e acompanhar os técnicos, ver como estão fazendo. Debato, procuro ampliar o diálogo, utilizo a comunicação para pelo menos minimizar os erros.

A administração pública vem sofrendo interferências das mudanças mundiais e sendo “obrigada” a se modernizar para continuar existindo. As(os) gestoras(es) reclamam constantemente dessa sobrecarga de coisas a apreender. Além de ter competência técnica e carisma político, o(a) executivo(a) precisa estudar para que não corra o risco de ficar na dependência dos técnicos e “assinar papéis” indevidamente. É o que relata a prefeita 5.

O cargo requer muito conhecimento e competências. De fato, todo candidato deveria ter seis meses de treinamento antes, uma espécie de vestibular, para se tornar um executivo, pois perpassa por muita ingenuidade e incompatibilidade entre ideologia, teoria e prática. Ninguém tem noção do que seja essa máquina. É preciso descentralizar, pois as administrações são paralelas, gestão da saúde, educação e as siglas? PAC, PAB, PSF, FUNDEB, ICMS, FPM, PPA, LDO, LOA... Para decorar as siglas já passa os 4 anos (risos). Muitos colegas meus pagam muito caro por improbabilidade administrativa. São muitas exigências e 99% dos candidatos a prefeito não sabem o que é, tem noções, mas não imaginam o que possa representar para o seu futuro como cidadão, isso é perigoso!

Para Pateman (1992, p. 139), “se aqueles que acabam de chegar à arena política tivessem sido previamente ‘educados’ para ela, sua participação não representaria perigo algum para a estabilidade do sistema”.⁷⁷ Para a prefeita 5, o pior são as conseqüências de atos, muitas vezes considerados simples.

Às vezes por coisas tolas, uma simples data não cumprida, uma data errada lhe dá um legado eterno. Nesse percurso é o erário público que fica irre recuperável. Muitos possuidores de boas intenções, com ideal, vontade, mas, por ingenuidade, encontram na prática obstáculos que poderão se encrencar pela vida toda. A maioria dos políticos hoje vai ao diletantismo, na poesia da coisa e não percebe o tamanho da sepultura que está cavando para si, para sua família e toda a comunidade, pois ninguém vai sozinho, todos aqueles que acreditaram em você vão juntos.

A prefeita 6 explica sua decepção em referência aos problemas causados à população, em virtude da má aplicabilidade dos recursos públicos, em decorrência da falta de qualificação, da inobservância de preceitos legais e regulamentares, de obrigações contratuais, de deveres sociais, de diligência e falta de lealdade dos gestores(as) públicos.

⁷⁷ Pateman (1992) ocupa-se em buscar resposta para explicar o lugar da “participação” na teoria da democracia moderna. Acredita-se que ao empregar as diversas oportunidades de participação, o indivíduo possui mais oportunidades de se educar como cidadão público.

O grande problema da administração pública é a falta de qualificação dos gestores públicos. Falo do Brasil porque é aqui que a gente mora, e falo do meu município em particular, onde a gente tem muitos recursos desperdiçados, mal empregados. Eu fico muito triste ao ver uma empresa quando faz uma escola, por exemplo, a obra é diferente do poder público que faz mal feito e não funciona. Não quero dizer que sou melhor que ninguém, mas entendo que as coisas não acontecem como acho que devem acontecer.

A preocupação em não cometer os mesmos erros do passado é constante. O discurso delas baseia-se na necessidade de fazer melhor e, principalmente, buscar a legalidade em todos os atos.

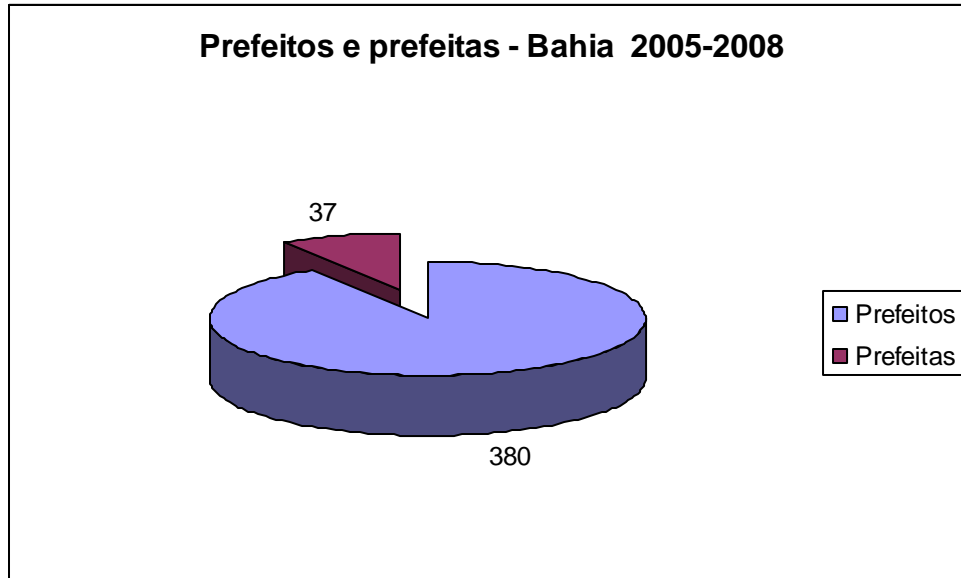
A atividade política é muito salutar, quando ela é levada a sério, quando as pessoas querem promover o desenvolvimento e bem-estar de sua comunidade. Tenho uma visão macro da administração e uma certa experiência, mas a gente nunca sabe tudo. Embora tenha entrado em uma fase muito difícil, eu estou começando uma gestão e já terminando em 30/12/2008. Sou prefeita e candidata à prefeita. A lei impõe uma série de limitações, mas serei muito cuidadosa nesse lidar...(PREFEITA 6)

A sua fala abrange a inquietação proveniente dessa idéia do cumprimento das normas a ponto de elogiar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)⁷⁸, tida por muitos como “exagero” da burocracia atual.

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi um passo e devem vir outras para conter essas pessoas que querem ir para o poder e misturam o público e o privado, não fazem distinção. A gente deve ir ao poder para proporcionar a comunidade políticas públicas e sociais. Os municípios precisam de políticas públicas para coletividade e não de processos pessoais, familiares e de grupos. (PREFEITA 6)

⁷⁸ A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF “estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal” (BRASIL, 2000), busca prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como princípios básicos.

O gráfico 2, a seguir, mostra as prefeitas e os prefeitos dos municípios do Estado da Bahia, eleitos em 2004, para a gestão 2005- 2008.



Fonte: Adaptação de dados coletados no TSE (2007) e UPB (2007 e 2008).

Foram re-eleitas as Prefeitas dos Municípios de Iguai, Mucugê e de Nova Fátima. Já foram prefeitas anteriormente, a de Várzea Nova, em 1985, a de Dias D'Ávila, na gestão 1992-1996, e, em 1996-2000, as de Banzaê e Camacan. Foram eleitas como Vice-Prefeitas as dos municípios de Maráu, São Sebastião do Passé e Serrinha. Dos doze municípios da região Metropolitana⁷⁹ de Salvador cinco possuem prefeitas, sendo eles: Candeias, Madre de Deus, Dias D'Ávila, Lauro de Freitas e São Sebastião do Passé.

⁷⁹ A Região Metropolitana de Salvador é responsável por 48% do PIB da Bahia.

4 VOZES FEMININAS: REPRESENTAÇÕES A PARTIR DOS DELINEAMENTOS METODOLÓGICOS

Eu venho de uma geração que lutou pela democracia e pela mudança do país. Para coagular com o princípio que você pregou e acreditou se bate com uma realidade diferente do que realmente imaginava... (PREFEITA 5)

4.1 Metodologia e universo investigado

[...] a importância da pesquisa acadêmica depende do quanto ela abala e reorganiza convicções, não querendo dizer que essas novas convicções levarão a uma ação (BOOT, COLOMB, WILLIAMS, 2000, p. 28).

Ao Enveredar pela questão da influência familiar e a participação da mulher na política, exige-se cautela e atenção, pois envolve muitas vertentes e corre-se o risco de uma aplicação simplória, permeada de pré-conceitos do senso comum. “Tentação sempre remanescente de transformar os preceitos do método em receitas de cozinha científica ou em engenhocas de laboratório, só podemos opor o treino constante na vigilância epistemológica” (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 2002, p.14).

Defronta-se com um conjunto de problemas que envolvem as fontes da pesquisa. Como caracterizar a atuação das mulheres na política levando em conta tantas variedades, como o tempo histórico, a cultura nacional e local e tendências mundiais? Como definir os vários tipos de participação, se a política eleitoral é apenas um dos aspectos de participação política? Com base em tantos questionamentos, optou-se por um estudo desenvolvido em leituras e discussões baseadas na literatura sobre os temas família, poder, política e gênero, bem como de maneira secundária e complementar a busca de informações de jornais, revistas, documentos eletrônicos, sites oficiais, dicionário biográfico e entrevistas semi-estruturadas.

A metodologia abarca a investigação empírica, reflexões teóricas em torno do assunto, seus métodos, suas fontes e sua colaboração com as Ciências Sociais que encerra em um amplo número de concepções e tipologias, com o enfoque interdisciplinar, devido à diversidade de situações e flexibilidades que se escondem atrás de uma aparente rigidez.

Ao centrar a redação apenas nas entrevistas, corre-se o risco da perda do sentido do “jogo político” (CANÊDO, 2007). A investigação científica não deve se limitar aos fatos observados, ela tem a função de “explicá-los, descobrir suas relações com outros fatos e expressar essas relações; em outras palavras, trata de conhecer a realidade além das aparências” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p.33).

Os desafios da pesquisa são teóricos e práticos, pois, ao procurar reconhecer a relações no passado e a ligação com as práticas atuais, dão suporte para responder questões sobre como a tradição familiar interfere nas relações sociais humanas. Existe uma “incômoda ambigüidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história” (SCOTT, 1992, p. 75).

Elaborou-se pesquisa empírica, através de entrevistas semi-estruturadas⁸⁰ com mulheres gestoras do poder executivo municipal. A coleta de dados abrange as prefeitas dos municípios do Estado da Bahia eleitas em 2004, para a gestão 2005-2008 e aquelas que, por motivos diversos, foram empossadas posteriormente, ao longo do mesmo período. É importante ressaltar que das prefeitas eleitas, quatro não permaneceram nos cargos: dos municípios de Inhambupe⁸¹, Campo Formoso, Planaltino⁸² e Candeias⁸³. Em contrapartida, sete assumiram posteriormente: nos municípios de Várzea Nova, Ribeira do Amparo, Planaltino⁸⁴, Candeias, São Sebastião do Passé, Maraú e Serrinha⁸⁵.

Não se pretende restringir o objeto da investigação a uma transmissão parental de mandatos eletivos. Buscou-se refletir sobre a especificidade dos laços e redes

⁸⁰ Ver apêndice A, p. 134.

⁸¹ Simone Simões Néri faleceu, dia 19/08/2007, por edema e congestão pulmonar no curso de tratamento médico hospitalar por politrauma, conforme certidão de óbito da Comarca de Inhambupe – BA, nº 136200, em decorrência de um acidente automobilístico.

⁸² Não se pretende aqui, entrar na questão dos afastamentos das Prefeitas de Campo Formoso e Planaltino, portanto, nos limitamos à expressão: afastamento judicial.

⁸³ Assumiu a prefeitura por decisão do Tribunal Regional Eleitoral, publicada no Diário Oficial do Poder Judiciário, edição de 04 de junho de 2008, página 102.

⁸⁴ A Prefeita de Várzea Nova, Maria Iris Gomes – PP, segunda colocada nas eleições, tomou posse por ocasião do afastamento do prefeito eleito, assim como a de Ribeira do Amparo, Marivânia dos Santos Silva – PT. Essa última foi afastada e tomou posse a Vereadora Rosevânea Rodrigues de Souza - PP, Presidente da Câmara. Em Planaltino, por decisão judicial, foi empossada a segunda colocada, Maria Cleuza Santos de Assis do PRP.

⁸⁵ São Sebastião do Passé, Maraú e Serrinha – Eleitas como Vice-Prefeitas, assumiram por afastamento dos prefeitos.

familiares em relação a outros que também são mobilizados na competição política, como relações de amizade, de pertencimento familiar, de filantropia, de política partidária e de que modo observa-se ou não o *empoderamento* das mulheres quando assumem a gestão local no Estado da Bahia.

Foram feitas entrevistas com questões abertas (subjetivas), porque os estudos sobre procedimentos políticos com base em dados qualitativos são escassos e demonstram as subjetividades vividas no cotidiano. Essas entrevistas permitiram que as “vozes” delas, suas experiências e a realidade fomentassem uma análise mais precisa dos principais aspectos do “jogo” do poder.

Os dados foram examinados segundo a técnica análise de conteúdo temático (BARDIN, 1977), buscando veicular dados ao seu contexto, com o rigor de uma verificação prudente a uma interpretação dos significados e significantes. Também se preocupou com a idéia do próprio tempo histórico, em que “o pesquisador, historicamente situado, se coloca, que o seu tempo propõe-lhe. Mas não bastam os argumentos científicos, ter clareza do que é certo ou falho na metodologia da pesquisa. Há que ter uma ‘disposição’ para saber” (LOPES, 1994, p. 29).

As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas, considerando que se buscou indicar aos leitores em que ocasião interrompe a fala do pesquisador e começa o discurso da prefeita, que está sujeito a intenções e a vontades, em que momento os argumentos se dirigem ao intelecto, em qual se dirigem ao sentimento. “A permanente confusão entre a elucidação científica dos fatos e a reflexão valorativa é uma das características mais difundidas em nossas disciplinas, e também uma das mais prejudiciais” (WEBER, 1995, p. 115).

A condição de ser uma figura pública, de ter sua biografia disponível, ainda “assusta” algumas mulheres. Atribui-se alguns desses casos à insegurança frente ao papel que desempenham e ao interesse em separar o pessoal/ privado do público. Na busca de minúcias, foi percebida a dificuldade de se falar sobre a condição de ser mulher e prefeita, ou seja, dessa dualidade constitutiva e conflitual que se estabelece.

Todo indivíduo tem a pretensão de se afirmar como sujeito, colocando-se concretamente através de projetos como uma transcendência. Entretanto, há também a pretensão de fugir à liberdade e se constituir uma coisa ‘caminho alienado’ a evitar a angústia e a tensão de uma existência autenticamente assumida (ARDAILLON & CALDEIRA, 1984, p. 2).

Por outro lado, muitas não se importam e acham que é uma opção natural, uma escolha consciente e demonstram a importância de exercer esse papel na sociedade.

Meu marido é médico, é vereador, o mais votado do município, na verdade a política começou por ele. A política causa muito isso... Terminei me vendo a educar meus filhos sozinha, em razão da falta de tempo do meu marido. Graças a Deus, mantenho um casamento de 30 anos. Ele é médico há 31 anos. Nossa condição, eu educadora e ele médico, permite muito contato com as mazelas humanas. Sempre me envolvi com os problemas dele, foi inevitável que a gente descambasse para a política e que não assumíssemos os rumos do município. Tivemos diversos percalços, o meu marido, ainda jovem, teve 2 infartos devido à política, nesse universo que a gente vive hoje, ser sério na política é difícil, é doloroso (PREFEITA 5).

Não é a toa que a prefeita menciona três vezes a profissão de “médico”, Ela tem consciência do “status” que representa e julga ser um pressuposto para se declinar para as atividades públicas. Isso demonstra a carência dos munícipes em relação ao acesso a profissionais da saúde e a esperança depositada neles no sentido de resolver seus problemas, seja de prevenção, diagnóstico e de cura das doenças. A educação também está como fator de relevância no imaginário da prefeita e, conseqüentemente das pessoas.

Ao direcionar o olhar sobre as afirmações das prefeitas, merece consideração e, é importante perceber o contexto em que os fatos ocorreram, para não registrá-los de modo a perpetuar discriminações e pré-conceitos que contribuem para que a mulher não seja reconhecida como sujeito.

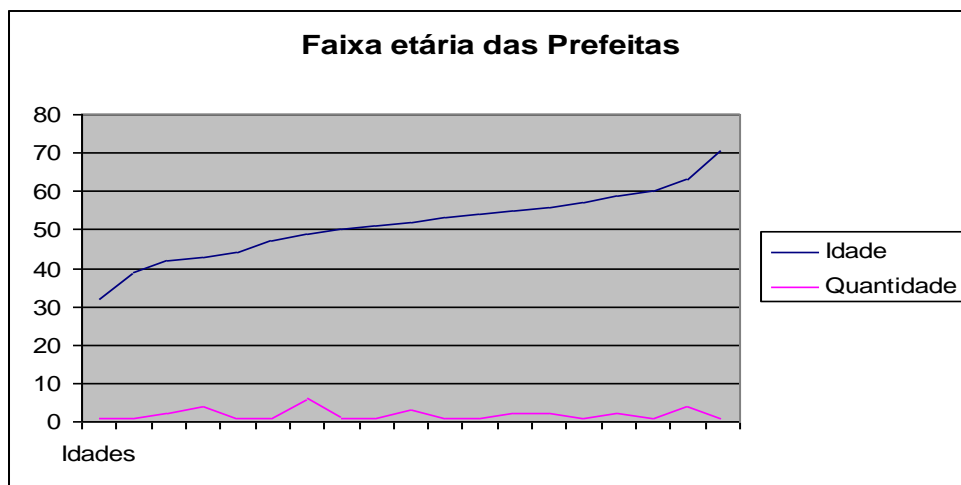
4.2 Senso comum ou muito além do privado?

Acho que devia usar mais a mídia de forma institucionalizada, educativa, para entrar na cabeça do povo o be-a-bá, uma campanha massificada Assim como tem no currículo escolar gramática e aritmética deveria inserir lições de cidadania (PREFEITA 5).

A intenção nesse tópico é analisar o perfil do grupo das prefeitas, a faixa etária, os partidos políticos, a profissão e os vínculos de pertença em consonância com suas idéias e posturas. Prevalece o senso comum ou suas atitudes e ideais estão muito além do doméstico, extrapolando a esfera do privado para os desafios que convergem na esfera pública?

O grupo se situa na faixa etária de 32 a 71 anos de idade. A concentração é maior na faixa de 42 a 55 anos. Trata-se “em termos econômicos, a fase ativa da nossa vida, tipicamente dos 16 aos 64 anos, pode ser vista como produzindo um excedente: produzimos, nesta idade, mais do que o consumido [...]” (DOWBOR, 2005, p. 293). A maioria está no auge da vida produtiva, conforme demonstra o gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3 – Faixa etária das Prefeitas dos Municípios do Estado da Bahia – Gestão 2005-2008



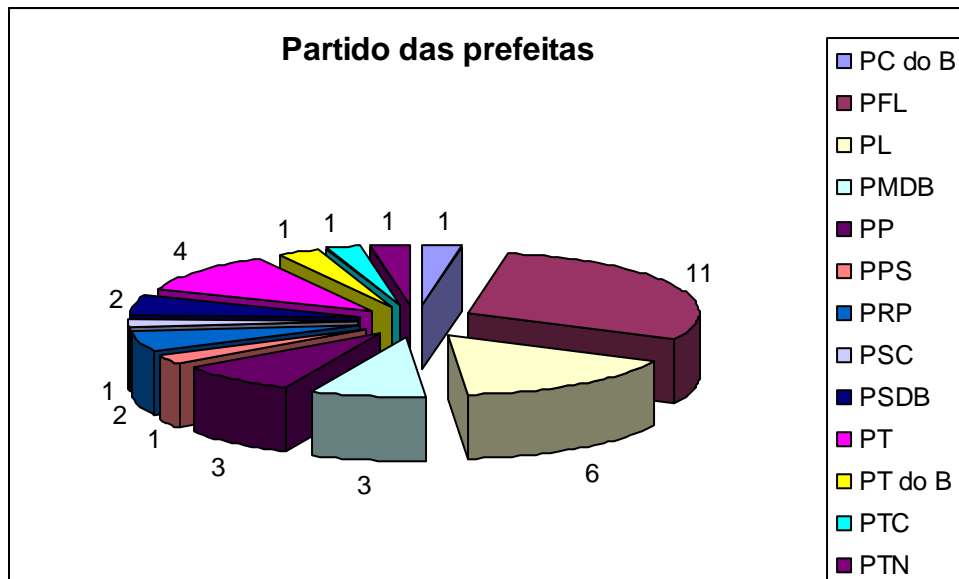
Fonte: Adaptação de dados coletados no TSE (2007) e UPB (2007 e 2008).

Todas as prefeitas entrevistadas auto-declararam-se branca e parda, nenhuma afirmou ser negra ou afro-descendente. O que demonstra outro tipo de desigualdade, a étnico-racial. Nesse caso, não se utilizou dados do TSE e UPB, manteve-se apenas a auto-declaração. Para Stolcke (2004) os mecanismos ideológicos e políticos tendem a adaptar as experiências e identidades, sejam por ser das mulheres, mas também por condições de classe e raça.

A “sigla” partidária em que as prefeitas estão inseridas não é um assunto relevante para todas. Embora, existem casos em que a fidelidade é bastante considerada, como demonstra a prefeita 5, “Há quatorze anos me mantenho fiel ao partido e sou muito grata por ter me oportunizado essa conquista”.

O gráfico, a seguir, demonstra o partido que pertenciam na época da eleição.

Gráfico 4 - Demonstrativo dos partidos das Prefeitas na eleição 2004



Fonte: Adaptação de dados coletados no TSE (2007) e UPB (2007 e 2008).
Obs.: A nomenclatura do PFL foi alterada para DEM.

A formação profissional das prefeitas se mostrou com base em uma educação que molda perfis femininos. A presença da mulher se faz sentir predominantemente na área da educação. Com referência à profissão, 54,05% delas possuem formação voltada para a área educacional, são professoras, pedagogas, inclusive com mestrado e, em alguns casos, já exerceram o cargo de Secretária Municipal de Educação. Isso se coaduna com a história das mulheres no Brasil.

Fato curioso é que a maioria das que se declaram dispostas a conceder entrevista são profissionais da área da educação.

Tudo do meu legado de professora se constitui a base de minha vida política. Eu agradeço a Deus por ser educadora em primeiro lugar, antes de qualquer coisa. Sou educadora, especialista em alfabetização e me relaciono com a linguagem lúdica da criança, ela não sabe ler, mas entende. Eu aprendi, como educadora, que é preciso colocar os sentimentos nas ações (PREFEITA 5).

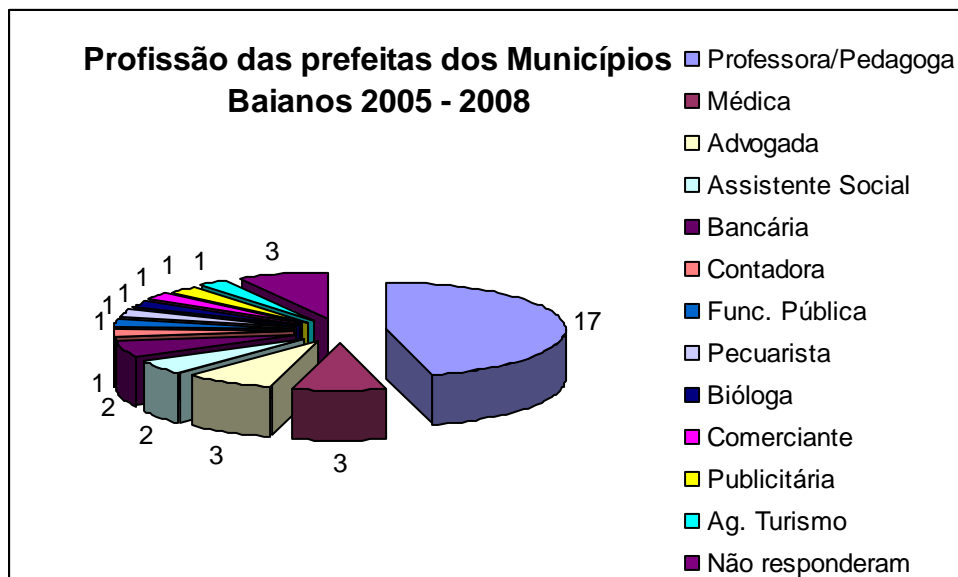
Observou-se ainda que estas, em geral, têm mais consciência e comprometimento com o papel que representam, o magistério, embora ainda considerada “profissão feminina por muitos, contribuiu para a formação política, influenciando a trajetória e, posteriormente, a eleição das mulheres. Entretanto, não

podemos generalizar tal influência” (BRABO, 2003, p. 320). Mais uma vez, gênero e educação, público e privado se mesclam.

As demais estão distribuídas da seguinte maneira: médicas e advogadas representam 8,10%, assistente social 5,40%, bióloga, administradora, bancária, comerciante, agente de viagem e pecuarista representam 16,21% e 5,40% não informaram. Existem aquelas que fizeram outro curso posterior, a exemplo do curso de direito, provavelmente para dar suporte à carreira política. Isso demonstra que, além do fator familiar, a educação é um caminho para o acesso ao poder e opções para continuação de trabalhos específicos. É o que demonstra a prefeita 1.

Eu gosto muito do serviço social. Eu vim dele e vou voltar para ele. Eu pretendo, quando sair da prefeitura, dar muita atenção à associação que eu criei e a cooperativa, que quero continuar. Estou com um projeto de fazer uma central de beneficiamento e implantar a cooperativa de catadores, em parceria com os municípios vizinhos. Pretendo, realmente, encarar isso com muita seriedade, correr atrás...

Gráfico 5 - Profissão das Prefeitas

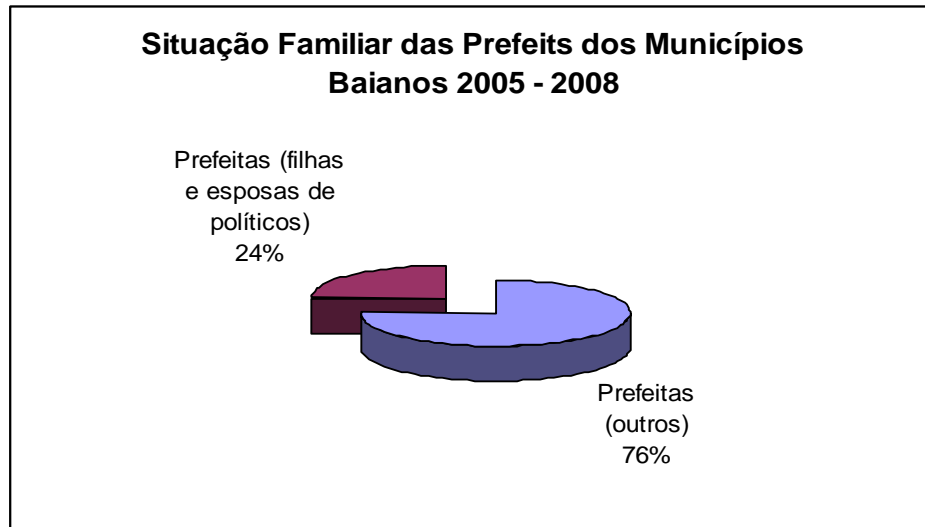


Fonte: Adaptação de dados coletados do TSE (2007) e UPB, (2007 e 2008).

Ao analisar o grupo familiar de pertença percebe-se que 24% são filhas e/ou (ex) esposas de homens que exerceram algum cargo político, como de prefeito, vereador, deputado. Prefeitas que se ascenderam no cargo como sucessoras e coadjuvantes,

integradas a um projeto do pai ou do companheiro. Numa situação “fundada numa divisão sexual do trabalho familiar para o exercício da política pela atribuída divisão natural”. (IBAM, 2003, p. 19). Há sinalização de grau de parentesco indireto, como primas(os), sobrinhas(os), netas(os), afilhadas(os), embora não foram averiguados.

Gráfico 6 – Condição familiar das prefeitas dos Municípios baianos 2005 – 2008



Fonte: Dados coletados nas entrevistas

A maioria é de origem de família extensa, Isso demonstra a importância da rede familiar como apoio político local. “Dispor de uma família grande ou contar com uma extensa parentela, hoje, como no passado, é um capital político não desprezível para quem disputa um cargo eletivo” (PALMEIRA, 1996, p. 46).

“Sou de uma família extensa, mas não sou de descendência de políticos” (PREFEITA 6)

A prefeita 5 relata como se inseriu na política e que nunca mais “conseguiu” sair. Mostra como aquele momento em que se “descambou” para a política foi importante para a participação no cenário municipal. Acrescente-se que, num momento extremamente difícil, com o objetivo simplesmente de “ajudar o marido” conseguiu exercer sua cidadania em relação a uma disputa eleitoral complicada.

[...]eu vivia enclausurada nos meus próprios papéis de mãe, dona de casa, professora e esposa de médico. Eu era muito pouco conhecida no município. No interior tem muito estigma de madame, mulher de doutor e professora... A maior surpresa foi quando a mulher falou, numa terra de coronel, uma mulher poder falar e convencer não é comum. Estou no segundo mandato, me preparando para um terceiro....

Persiste os ranços, mas também os avanços. As contradições são presentes na fala da prefeita, pois, é como se ela estivesse deixando para trás todo o seu status de “madame, mulher de doutor e professora”, assumindo os riscos de mudanças profundas nos papéis e atitudes. Um momento de abandonar uma representação perfeita dos “papéis femininos” para entrar na vida pública podendo exercer atividades e papéis, até então para muitos, não definidos no rol de “obrigações” de uma “mãe de família”. Para elas, o mais importante para a inserção da mulher na política é:

“O compromisso com o povo, a firmeza nas ações e a responsabilidade” (PREFEITA 1).

“Acho que a mulher é mais centrada, mais humana na política social e mais responsável economicamente” (PREFEITA 7).

“Nunca esperei nada de ninguém, desde o início me preocupei em estudar e buscar autonomia, não me preocupava com o que as pessoas falavam de mim, saía sozinha ou com qualquer pessoa sem distinção” (PREFEITA 2).

“Comecei direto como prefeita, na verdade, o que me ajudou foi a experiência de educadora” (PREFEITA 5).

“Estou na política por necessidade de ajudar à comunidade. Imaginava que exercendo um cargo público pudesse ajudar às pessoas sem condições” (PREFEITA 3).

As opiniões demonstram a presença da mulher que busca ser “cuidadora”, “mãe”, “caridosa”, ou seja, cumprir com as obrigações do cargo, com responsabilidade, autonomia e competência, mas incluindo todos aqueles “valores” que foram embutidos em uma educação que modela perfis.

Em outro caso, a prefeita afirma ter despertado o interesse pela política, quando ao realizar um movimento junto com pais dos alunos do colégio em que trabalhava, percebeu a possibilidade de “poder fazer”. Ao chegar lá constatou que não basta querer, conforme conta:

Eu era professora primária em uma escola da zona rural, não havia transporte escolar naquela época. As crianças concluíam a 4ª série do ensino fundamental e se viam obrigadas a parar de estudar... Convoquei os pais e fomos ao prefeito reivindicar... Conseguimos... Vi que era possível e decidi concorrer. Fui vereadora por três mandatos e prefeita. Agora sei como é difícil, mas continuo buscando possibilidades de ajudar aos que precisam. (PREFEITA 2)

Através da militância em cargo de vereadora galgou o caminho para exercer sua liderança onde pudesse colaborar com a comunidade. Percebeu-se uma preocupação em serem bem interpretadas, quando se falou em construção de identidades e a respeito das competências importantes para o exercício do cargo.

Sou uma pessoa que gosto de comunicar, gosto que as coisas aconteçam. Eu vou buscar, eu corro atrás, eu participo, não me omito, eu gosto de estar à frente. Gosto do atendimento social que faço, acho que é um conjunto que leva um político a se sustentar. No entanto, você tem que ter conhecimento, não dou muita importância ao que dizem de mim do lado negativo, no momento que eu sei o que quero alcançar e qual é o meu desejo. Eu tenho dito sempre: é só Deus que conhece minhas intenções (PREFEITA 3).

A política tem sido atrelada a políticos corruptos e de má conduta e as prefeitas sentem-se “incomodadas” com essa idéia. A maioria se queixa da falta de credibilidade atribuída a essa “figura” do político.

A imagem do político, infelizmente, está destruída. O político é o vilão, sempre. Nos valores que a gente vive, está se configurando a figura do político como mau e isso vai se perpetuando, para a juventude isso é perigoso... Na constituição do país que nós temos, é imprescindível a figura do político, é uma coisa salutar, é democrático, mas infelizmente eu não sei se no futuro uma pessoa de bem vai querer se arvorar, arriscar e se interessar a se candidatar a cargos dessa natureza. Você perde nome, referência, privacidade, em cima de um ideal, de um sonho (PREFEITA 5).

Persiste a preocupação em elucidar questões da administração voltada para resultados e descentralização das ações técnicas.

Sei que não entendo de tudo. Por isso, não tenho políticos exercendo funções técnicas. Tenho bons técnicos no quadro, principalmente nas secretarias, como na educação, na saúde, em administração, que são secretarias de vital importância para que o serviço flua. [...] O importante na política é ter o compromisso com o povo, firmeza nas ações e responsabilidade. (PREFEITA 3)

Pelo fato de haver corrupção e deterioração na “máquina pública”, é posto em xeque todos(as) aqueles(as) em situação similar. Congrega-se a esse “perigo” a ingenuidade e a falta de qualificação para o cargo. A existência de uma correlação entre “ingenuidade” e “despreparo” foi o que detectou a prefeita 5, ao falar da necessidade de profissionalizar a política, como discorre a seguir.

Nossa moral perpassa por ingenuidade e pela falta de conhecimento. Aí você passa a depender de técnicos que não se sabe das intenções e começa a ficar refém deles, será que possuem boa fé? E isso não pode acontecer. Já quebrei muito minha “cara”, por isso sou assídua às buscas de conhecimentos e informações para me assegurar livre desse perigo, eu nunca tive uma conta rejeitada. Tenho o cuidado de promover e acompanhar os técnicos, ver como estão fazendo, procuro debater e ampliar o diálogo, utilizo a comunicação para, pelo menos, minimizar os erros.

Em sua fala é sutil, mas nas entrelinhas percebe-se claramente a busca pelo *empoderamento*. Através do conhecimento técnico e do acompanhamento dos profissionais a prefeita está esforçando-se para exercer o seu poder.

Outro assunto que incomoda é a ineficiência da gestão pública. Em comparação com empresas privadas, o serviço público é merecedor de críticas. As coisas não funcionam e o investimento torna-se dissipado, pois não atendem ao público destinado. É o que constata a prefeita 6 sobre a administração pública no Brasil e no seu município.

O grande problema da administração pública é a falta de qualificação dos gestores públicos. Falo do Brasil porque é aqui que a gente mora e falo do meu município em particular, onde a gente tem muitos recursos desperdiçados, mal empregados. Eu fico muito triste ao ver a diferença, por exemplo, entre construção de uma escola feita por uma empresa particular e uma pública. O poder público faz mal feito e não funciona. Não quero dizer que sou melhor que ninguém, mas entendo que as coisas não acontecem como acho que devem acontecer.

A conveniência de intervir nas políticas públicas do município, ou simplesmente de decidir por algumas prioridades no intuito de ajudar às pessoas é o desejo mais visível no discurso das prefeitas. Em seu comentário, a prefeita 5 classifica um desses momentos como o “mais maravilhoso” de sua vida.

A oportunidade de servir ao próximo, de verdade. Vivi momentos ímpares em minha vida. A coisa mais importante na carreira política foi a possibilidade de poder ajudar aqueles que mais precisam, olhar no olho do eleitor e sentir o carinho, o respeito dele por você, a esperança. No ano passado, construímos 287 casas, foi o momento mais maravilhoso da minha vida, entregar aquelas chaves... Eu sou apaixonada, eu sou suspeita para falar.

As repercussões que o cargo provê na vida de uma pessoa são imensas. É percebida naturalidade nas expressões: trabalho, cansaço, dificuldade, falta de recursos, mas também de alegria e gratificação.

A função de prefeita mudou minha vida. Modifica totalmente... A gente perde a privacidade, deixa de ser família para ser do povo. Mas em relação à posição e status não mudou nada. O que na realidade é gratificante na condição de prefeita é a possibilidade de poder fazer. Só quem passa é quem sabe, pelo menos é o que estou sentindo. Chegar a uma localidade e poder dar solução aos problemas daqueles que precisam [...] (PREFEITA 3)

A chance de consolidar as necessidades das pessoas e reverter em ações é a fonte de contentamento das prefeitas, conforme conta a prefeita 1

A experiência foi muito boa, porque tem muitas coisas que você realiza que são gratificantes, por exemplo, você melhorar a educação de sua cidade, de seu povo é muito bom e isso eu consegui fazer. Quando entrei na prefeitura, os professores só tinham ensino médio, investi nisso e hoje eles já possuem nível superior, e isso é muito gratificante.

É visível a satisfação pelas conquistas e pelo cumprimento do dever. A realização de ações em favor daqueles que precisam. É evidenciada nas falas como fruto de realizações, até certo ponto pessoais. Certamente, o depoimento a seguir é um, entre outros, que poderiam ser obtidos por mulheres que tiveram sua iniciação política no âmbito familiar ou foram influenciadas por ele.

Sou de uma família de tradição política, tios, irmão e primos. Foi a razão da escolha do meu nome para a candidatura [...]. Eu sei que aquelas descontentes fazem muitas críticas da gente. Piadinhas são constantes, quanto mais na época da eleição [...]. Mas eu não me importo, procuro não dar atenção e sigo em frente. Acredito que o fato de ser mulher até ajudou. As pessoas estavam ávidas por mudanças e eu fui vista pela maioria dos eleitores como a possibilidade de inovar (PREFEITA 4).

O fato de ser criticada não é levado em conta pela prefeita, pois ela reconhece que é a forma que pessoas mal intencionadas tem para opor a sua personalidade é procurando intimidá-la.

“Já sofri muita discriminação. Na época em que entrei era motivo de riso, de piada, de crítica. Até meu marido achava que não ia dar certo” (PREFEITA 5).

A prefeita resgata aspectos interessantes sobre o pré-conceito e as discriminações recebidas, inclusive dentro do próprio grupo. Foi necessário “provar” sua capacidade, para que pudessem acreditar no seu discurso e na capacidade de decidir por conta própria, sem ser corrompida pelo outros, que segundo ela, é o que pensava muitos eleitores.

No município tinha o fenômeno emocional e a cultura regional do cacau, a mulher é uma figura parda. Teve gente do grupo que se indignava, me viam como a esposa do médico e não imaginavam que uma mulher pudesse vir a ser, e “quebraram a cara”. Diziam: “Com essa carinha, a senhora não é mole!...” Eles podem nem ter consciência, mas perpassa por tudo isso uma discriminação. Perdi vários apoios porque acreditavam que eu pudesse ser manipulada. Pensavam que mulher é mais fácil de levar, que eu seria manipulável. Ao mesmo tempo em que a gente tem a delicadeza, tem a firmeza no fazer. Imagino que pensavam: como marido manipula, os amigos, os coligados, também poderiam... (PREFEITA 5).

Outro empecilho forte, na opinião da prefeita, é a má atuação dos políticos. Isso colabora para distanciar e dificultar a inserção da mulher na política partidária.

A mulher fica muito temerosa de entrar na política, por conta deste desgaste que o poder impõe e por causa da performance de alguns políticos, não vamos generalizar, mas a classe política está muito desprestigiada. Eu acho que é justamente em função do que é mostrado, principalmente nos veículos de comunicação, que só mostra o lado negativo. Isso afasta as pessoas... Errou, tem que mostrar, mas tem que mostrar também o lado bom (PREFEITA 6).

Quanto à atribuição de valores referentes à importância da mulher na política e às diferenças entre mulheres e homens nessa atuação, a prefeita 3 percebe disparidade na forma de governar das mulheres, conforme declara.

Têm situações que a mulher tem vantagem em relação aos homens. Eu entro fácil em qualquer residência, no quarto de uma pessoa doente, embora existam outras barreiras como o bar [...]. Acho que a mulher tem esse lado, o lado da mãe, se colocando no lugar do outro... Quando recebo uma mãe sem ter o que dar de comer a um filho, eu me coloco no lugar dela, o que acho que os homens não sentem da mesma maneira [...] Quando passo na praça e vejo o jardim sujo, e coisas desse tipo, procuro logo solucionar aqueles problemas.

As prefeitas procuram assinalar a singularidade do desempenho definido como expressão de autonomia. Preocupam-se que recaiam sobre elas acusações de incompetência derivada da hierarquização de gênero. Atribuem as suas qualidades diferenciais e projetam intenções sobre contextos em que atuam. Tendem a aceitar e a acentuar as diferenças culturalmente atribuídas a uma natureza feminina e outra masculina, seja pela contraposição ou adesão, conforme relata a prefeita 5.

Eu gostaria que pelo menos 50% das prefeituras fossem administradas por mulheres. Acho que nós vivemos administrando crises, seja de casamento, de filhos, estamos carregando nas costas... Sempre dou alguns exemplos, como: aquela receita de chuchu que sua mãe fez para o almoço com o pouco dinheiro que seu pai deu para comprar a carne; aquela mãe que remodela uma blusa de uma filha para a outra mais nova, aquela calça jeans rasgada que ela transforma em uma bermuda transada... Ela pode não possuir noções de contabilidade, de administração, nem ter feito aulas de economia, mas na realidade, atua por instinto, por sabedoria. Nós mulheres temos esse senso, o maior carinho pelas coisas, a vaidade, procuramos dar o melhor de nós.

Prosseguindo sua fala, a prefeita demonstra “qualidades” que pressupõe que outras mulheres, por serem mães, devem possuir. Atributos que, para ela, devem ser transferidos para a esfera pública, ou seja, para as atividades políticas.

O meu senso de seriedade com o erário público perpassa por essas pequenas questões. Eu não quero jamais que um filho meu tenha vergonha da mãe que tem. O que eu entendo das mulheres na política é a possibilidade de melhor transposição em administrar as crises permanentes. De certa forma, querendo sobrepor, a gente procura dar o melhor de nós. Se eu sou séria como pessoa, ainda mais com as coisas públicas. O meu senso de seriedade com o erário público perpassa pela minha condição de mãe e de educadora, de ser e de dar o exemplo (PREFEITA 5).

No fala das prefeitas 3 e 5, percebe-se uma visão estereotipada de “papéis femininos” na sua atuação na esfera pública. Para Dietz (2001) as virtudes que surgem da prática social da maternidade não devem ser inspiradas como valores que conformem a prática política da cidadania. “a única prática que pode gerar e reforçar esta consciência não é a maternidade, mas a prática da atuação política, do compromisso com outros cidadãos para determinar e perseguir interesses individuais e comunitários em relação ao bem público.”(DIETZ, 2001, p. 66)

Para Costa (1988, p. 49), na sociedade atual ainda prevalece estereótipos mantidos pelo sistema patriarcal, que caracterizam a “personalidade feminina”, como emotividade, conservadorismo, passividade, instinto que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas.

Segundo Hupsel Filho (A TARDE, p. 18), a prefeita de Madre de Deus acredita que as mulheres levam vantagem, porque tem mais jeito no trato com as pessoas, mas ela afirma que “a mulher não é pior nem melhor que o homem”,

O bom senso evita pré-conceitos e estereótipos. A comparação inocente entre sexos não faz parte de uma avaliação, cada caso deve ser analisado em separado. Nesse sentido, a prefeita 1 comenta.

Eu acho que toda regra tem exceção. Acho que têm homens que são dedicados, organizados, trabalhadores e como tem muitas mulheres desse jeito. A mulher por ser mãe e sempre ser gestora, digamos assim, por ser uma dona de casa, ela sempre está administrando alguma coisa, a casa, o orçamento, os filhos.

A prefeita 2 declara que é preciso muita “coragem e determinação para enfrentar os preconceitos e a consciência de que as mulheres também são capazes”.

Na fala a seguir da prefeita 5, tudo parece interligar-se a múltiplas temporalidades: passado, presente e futuro. Sente-se frustrada por não conseguir cumprir tudo o que desejou, cansada e sem ânimo para enfrentar novos desafios, mas persiste a necessidade de prosseguir, uma vez que as experiências e as vitórias acumuladas se constituem parte importante da história particular e coletiva (grupo), dentro de governo de muitos (democracia). A possibilidade de continuar e defender uma causa, como ela declara abaixo.

Tive a intenção de ser deputada, porque eu defendo uma causa regional. Minha região do cacau, com uma população de 1 milhão e meio de eleitores, já devia ter elegido alguém... Já têm mais de 20 anos que choramos sobre o mesmo tema. No entanto, permanecemos sem representação. Tínhamos que eleger uma bancada que falasse a linguagem do cacau. Eu não posso querer que alguém da caatinga vá lutar pelo cacau, ele pode até se simpatizar pela causa, mas não vai brigar, porque não está “doendo no pé dele”.

A impressão de dificuldade se contrapõe com a responsabilidade em se manter forte, atendendo ao desejo do grupo.

Hoje, já estou ficando cansada, já tenho 52 anos e já estou fazendo reflexões sobre valores de vida, sobre o que vale ou não à pena. Vou para re-eleição para atender ao anseio do meu grupo, muito mais do que a um anseio pessoal, se você perguntasse a mim, talvez não mais... de jeito nenhum... (PREFEITA 5)

A prefeita sente-se imersa em uma trama coletiva, na qual ela é uma “peça” fundamental na engrenagem e na forma de reatar os fios que tecem a rede de interesse do grupo, fazendo com que seus desejos de cunho pessoal sejam esquecidos em virtude dos coletivos.

É horrível a re-eleição por causa disso... Você está deprimido, cansado, tanta coisa que ansiou fazer e não conseguiu. Você faz uma auto-análise... Não faço promessa politqueira, assumo compromisso, mas depois descubro que não é fácil cumprir e, às vezes, fico com vergonha, meu Deus! (PREFEITA 5)

A possibilidade de ir para a re-eleição deixa de ser simplesmente uma escolha para ser uma “imposição”. A prefeita acredita que renunciar a isso é como se estivesse isentando de seus compromissos.

As lembranças de promessas que não se cumpriram fazem presente nas reminiscências. “As pessoas não vão entender... Ninguém quer saber se o FPM reduziu 40%... Foi o pior período do município nos últimos tempos.... Meu município tem muita pobreza, boa parte da população passando fome, isso não é normal e eu não aceito...“(PREFEITA 5)

A pobreza⁸⁶ é uma preocupação constante. Persiste uma idéia de indignação, de sensação do dever “não cumprido”. Desses trinta e sete municípios administrados por mulheres, gestão 2005 – 2008, oito deles estão entre os cem do Estado da Bahia que possuem o melhor Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM⁸⁷ e onze estão entre os cem piores do Estado, conseqüentemente, prevalece a idéia da ‘feminização’ da pobreza”⁸⁸.

Será que onde persiste a maior carência de recursos, a mulher é “escolhida” como “salvadora da pátria” ou será um mero acaso?

Não tenho mais aspiração política. Eu acho que onze anos como secretária de saúde, seis como vice-Prefeita e oito como prefeita foi uma contribuição muito grande para o município. Eu penso em continuar o trabalho em cooperativas e associações.

⁸⁶ Ver Piovesan (2004). A autora propõe uma reflexão a respeito da pobreza e busca resposta para o problema, indagando se ela constitui uma forma de violação dos direitos humanos. Demonstra os desafios e perspectivas para a implementação do direito à inclusão social, sendo eles: 1- Consolidar e fortalecer o processo de afirmação do direito à inclusão social como um direito humano inalienável; 2- Incorporar o enfoque de gênero, raça e etnia na concepção do direito à inclusão social e da pobreza, bem como criar políticas específicas para a tutela de grupos socialmente vulneráveis; 3- Otimizar a justiciabilidade e a acionabilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais, fortalecendo a efetivação do direito à inclusão social; 4- Incorporar a pauta social de direitos humanos na agenda das instituições financeiras internacionais, das organizações regionais econômicas e do setor privado e Cimedamore (2004) que discute questões relacionadas à mensuração da pobreza.

⁸⁷ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M busca aferir o avanço da população, considerando a dimensão econômica e as características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana. Pode ser consultado no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, um banco de dados eletrônico com informações sócio-econômicas sobre os 5.507 Municípios do país, (existentes em 2002) os 26 Estados e o Distrito Federal (PNUD, 2002).

⁸⁸ A percepção de que as mulheres é a maioria entre os pobres ou que sua renda não acompanha a dos homens, surgiu na década de 70, ganhando força a partir dos anos 90. Para pesquisadores do Centro Internacional de Pobreza, Medeiros e Costa (2008), o termo pobreza é tomado como “falta de recursos, capacidades e liberdades”.

A sensação do dever cumprido e a gratificação de ter realizado um “grande sonho” é o que comenta a prefeita 6.

Eu acho que a minha participação na política vai se encerrar por aqui. Eu já estou fazendo 60 anos agora, já não sou tão jovem e quero outra atividade... Ajudar mais as pessoas e deixar para os mais jovens. Acho que já dei minha contribuição. Meu grande sonho era reverter a situação do meu município, estamos conseguindo!

4.3 As candidatas e prefeitas eleitas: manutenção ou (re)ordenamento?

As candidatas ainda representam uma pequena parcela da população feminina, mesmo com alguns apoios de órgãos Governamentais⁸⁹. Pelos dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE, 1.590 mulheres disputam uma vaga de prefeita nos 5.564 municípios e os homens 13.699 candidatos, em todo o país.

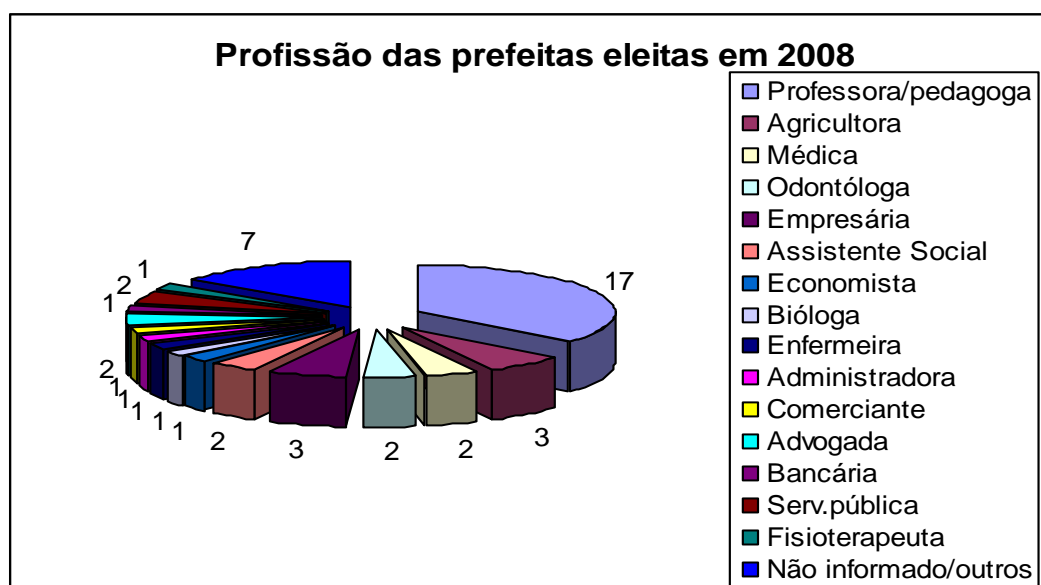
Nas regiões brasileiras, o Nordeste é a região com maior participação feminina, com 672 inscritas, seguida da região Sudeste, com 409, Sul, com 227, Norte com 167 e Centro-Oeste, com 125 candidatas.

No Estado da Bahia o número de candidaturas femininas registradas no Tribunal Superior Eleitoral, representa 11,5%, de mulheres, conforme demonstra o gráfico. Em quatro municípios a disputa eleitoral para o cargo executivo foi predominantemente feminina, sendo eles, Baianópolis, Caraíbas, Dias D’Ávila e Madre de Deus. No Brasil, o fato ocorreu em quarenta e um municípios.

⁸⁹ A exemplo, a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres do Governo Federal que criou neste ano a cartilha intitulada: Mais Mulheres no Poder. Eu assumo este compromisso”, que tem como objetivo sensibilizar a população para a necessidade de se ampliar o número de mulheres eleitas e alterar o quadro de desigualdades presentes nos executivos e legislativos municipais. A publicação esclarece sobre as atribuições das Câmaras e Prefeituras Municipais e elenca as políticas públicas que deverão ser incorporadas nas plataformas dos(as) candidatos(as) aos cargos eletivos, com o objetivo de melhorar a vida dos cidadãos.

A profissão das novas prefeitas sofreu leve oscilação da gestão anterior, conforme demonstrado no gráfico, abaixo.

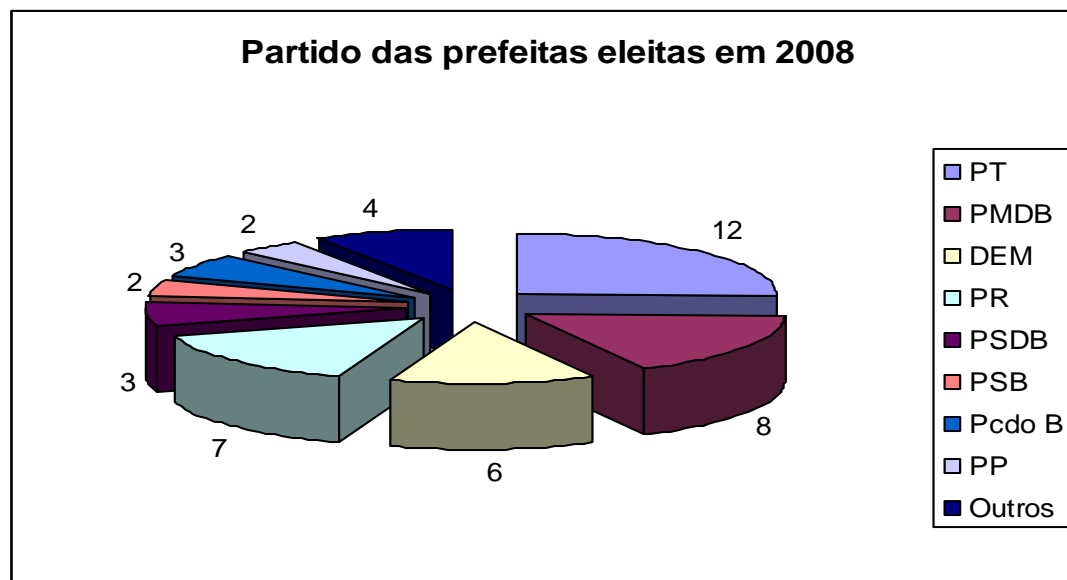
Gráfico 7 - Demonstrativo da profissão das Prefeitas eleitas na eleição 2008



Dados TSE (2008) e UPB (2008). Obs.: Colhidos em 05/10/2008.

Das trinta e sete prefeitas de 2005 – 2008 foram reeleitas dezesseis. O total geral foi de quarenta e seis prefeitas eleitas, Dados sujeitos a alteração, por se tratar do primeiro resultado divulgado pelo TSE no dia das eleições: 05/10/2008 Os partidos ficaram distribuídos, conforme demonstra o gráfico adiante.

Gráfico 8 - Demonstrativo dos partidos das Prefeitas eleitas em 2008, nos municípios do Estado da Bahia, para a gestão 2009 - 2012



Dados TSE (2008), colhidos em 05/10/2008

Os dados apresentados aqui representam superficialidade. Desse modo, não se pode afirmar se houve manutenção ou (re)ordenamento no poder. Mas é possível constatar, sobre a inserção da mulher na política, um aumento de dez prefeitas. Em quatro anos não representa muito avanço em dados quantitativos, mas resta uma análise aprofundada em suas atuações para verificar se, qualitativamente, haverá um *empoderamento* das prefeitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É realmente difícil encontrar respostas conclusivas para o assunto tratado. O fio condutor do exame é baseado na recente história, que conjuga traços patriarcais com uma sociedade em evolução. Mapear a família brasileira vai além dos aspectos históricos e geográficos. “Não se trata de produzir conhecimentos absolutos, mas interpretações plausíveis” (MELUCCI, 2005, p. 33).

Neste estudo, apesar de possuir uma conotação mais ampla, é evidenciado o fato de que a mulher vinculada ao pai e ao marido possui maiores chances de ser vista e, através do apoio de familiares, consegue entrar para o mundo da política. Portanto, a hipótese inicial é dada como confirmada em parte, uma vez que, foram constatados 24% de parentesco de 1º grau (marido ou pai), mesmo percebendo-se que, na maioria dos casos, depois de um tempo, a mulher consegue evoluir e ganhar espaço próprio com independência.

Quanto às definições de perfis e valores atribuídos ao homem ou à mulher, é preciso ter muito cuidado, pois envolvem muitos outros aspectos além da diferenciação de gênero, para não incorrer numa visão equivocada. Os estereótipos trazem em si “representações e significados, valores atribuídos ao feminino, ao masculino. São, sobretudo esses valores que o movimento feminista, os estudos de gênero, o movimento das mulheres têm questionado” (COSTA, 2001, p. 8).

Com exceção das questões gerais levantadas, outros aspectos mais específicos merecem destaque. Conforme análise decorrente desta pesquisa, as prefeitas protagonizaram importantes mudanças – no âmbito privado e público – que, significativamente, confirmam que têm capacidade para gerir uma prefeitura.

Entretanto, é necessária precaução, pois a assertiva não é que todas as mulheres são capazes e que elas são isentas de erros e de corrupções. Há mulheres que não possuem competências e/ou utilizam do poder para tirar proveito próprio. É o que comenta a prefeita 6, sobre sua antecessora.

Na gestão dela, cometeram muitos crimes eleitorais, denunciemos e entramos na justiça, depois de muita luta, persistência e perseverança, porque a justiça é lenta, agora vieram os resultados, conseguimos! Muitas pessoas acreditaram no nosso sonho e no nosso projeto e hoje a comunidade está muito feliz com nosso retorno, pelo menos a maioria da população. Nós sabemos que o processo judicial precisa ser revisto, porque dá direito a tantas possibilidades de ida e vinda e, com isso tudo, se perdeu muito tempo...

Nota-se que as experiências na esfera pública local, as nuances e as conjunturas de inserção perpassam por conflitos e tensões sociais, ocasionadas pela resistência da política de dominação. As vicissitudes de suas trajetórias estão presentes, considerando o quanto é efêmero o poder constituído.

Os resultados aqui apresentados referem-se a um universo resumido e restrito, uma vez que a amostragem utilizada foi recompilada, mas, de certa forma, confirmam dados de outras pesquisas sobre assunto similar⁹⁰. Embora haja carência de estudos e/ou levantamento de dados sobre essa temática, principalmente no que diz respeito aos pressupostos da carreira política.

Na construção, legitimação e manutenção das hierarquias, em relação à política dos grupos dominantes regionais, pressupõe-se que ainda exista interesse em controlar os grupos sociais para manter o *status quo*, pois “na maioria dos contextos das sociedades modernas, os homens em sua maioria não desejam soltar as rédeas do poder” (GIDDENS, 2000, p.148).

Trata-se de um dado essencial, levar em conta as lógicas sociais que possibilitam que uma pessoa dispute um cargo político, considerando as concepções de Weber (1968), “viver da política ou para a política”?

No que tange à garantia do poder local, no qual se situam as famílias, é importante perceber como se concerne e a forma como se entrelaçam os laços de família na política. Nesse sentido, pode-se elencar as principais considerações deste trabalho.

⁹⁰ Ver o estudo de Brabo (2003). Ela constatou em pesquisa empírica feita em Marília – SP que, tanto no âmbito geral, como local, a participação político partidária da mulher se apresenta em descompasso com a participação na sociedade em geral. As mulheres foram esquecidas ou eram invisíveis aos olhos dos historiadores e seus feitos minimizados. Isso poderia revelar um outro papel delas, não só nos bastidores, mas no cenário histórico de cada município.

Ver, também, Costa (1988), o livro resgata o passado político da mulher baiana, as características da atuação feminina na política formal e a maneira como se dá sua relação com o poder, com a família e com o feminismo.

1. Para as **herdeiras políticas**, possuir “recursos” familiares, merecidos ou não, é um direito de pleitear cargos públicos de maior representatividade, é como se fosse uma herança não material. “Os deveres inculcados pelo exemplo, as evocações da memória familiar, o sentimento de direitos interiorizados desde a infância sob a forma de vocação, a imagem de si são resultados de uma longa aprendizagem normativa” (CANÊDO, 2002, p. 14). A herança, que não é fruto de uma conquista, mas é algo gratuito, recebido pelo sujeito a partir de seus vínculos de pertença, toma sentido ao ser interiorizada pela educação proporcionada pela família em que vive, através de um “modelo” que deve ser imitado.

A noção de herança política não pode ser reduzida às sucessões familiares, estende-se a uma rede de relacionamento. Na incidência de redes políticas, a transmissão também recai sobre as relações de consangüinidade e aliança, nesse trabalho foi de 24%. Outros grupos de relacionamentos fazem da(o) candidata(o) um potencial considerável de sucesso nas eleições. Trata-se de grupos heterogêneos, onde a família possui seu peso, mas outras potencialidades em conjunto, como associações, amizades e “clientes” se completam na trama.

2. Ainda persistem fortes resquícios do **mandonismo local**. Mudaram-se as formas de atuação: a eleição é direta, a democracia é participativa, mas, ao analisar o resultado de uma eleição, os prefeitos(as) eleitos(as) são maioria do partido do governo estadual. Foi o que se constatou nesse estudo, embora restrito apenas aos partidos das prefeitas eleitas em 2005 no Estado da Bahia, onde 29,7% delas eram do PFL (Partido do Governador na época) em 2004 e 25,5% são do PT (Partido do Governador atual) em 2008. Será apenas uma coincidência?

O poder político dos chefes interioranos foi interpretado de várias maneiras durante a História. Para Leal (1997), a propriedade da terra é o elemento determinante, Faoro (1988) extrapola a propriedade em razão do prestígio e honra social, Dantas (1986) entende que a força do coronel é baseada nas tropas e corporações particulares e Sousa (2008) considera a política assistencialista-paternalista e clientelista desenvolvida no âmbito da máquina administrativa local como determinante desse

domínio. Cada uma dessas assertivas tem sentido, levando em conta o contexto de cada um dos autores, prevalecendo atualmente a assistencialista e clientelista.

O Brasil conviveu com diversas situações conflitantes que deixaram fragmentos culturais difíceis de serem apagados. O sistema coronelista sofreu mutações e metamorfoseou-se para o clientelismo, prevalecendo fragmentos da prática anterior. Através dos laços fundados na reciprocidade e lealdade, os eleitores colocam-se na posição de clientes em busca de permutas individuais, baseadas em bens públicos, e o político em condições de resolver os problemas em troca de seus interesses. Romper com essa prática é uma situação difícil, porque está imbuído na mentalidade das pessoas. No caso das prefeitas há outro fator que possibilita essa prática: a imagem estigmatizada de pessoas boas, caridosas e incapazes de negar qualquer pedido. “Perdi vários apoios porque acreditavam que mulher pudesse ser manipulada” (PREFEITA 5).

3. O **voto**, considerado como emblema e/ou símbolo da democracia, fruto de uma conquista pelas(os) diversas(os) cidadãs(os) marginalizados pela sociedade apresenta diversas facetas na trama de uma eleição. Sendo a política uma combinação eminentemente coletiva, a condição de votar e ser votada(o) define a complexidade de um processo eleitoral. Da urdidura dos pormenores é que se chega a uma visão de conjunto que traduz as necessidades sociais das pessoas.

A política de oligarquias⁹¹ ainda é uma prática marcante na sociedade atual, trata-se de uma prática antiga, cujo rompimento é difícil. Aqueles que dela se utilizam buscam atender seus interesses em detrimento do coletivo. Prevalece a busca pelo poder com prejuízo da justiça. É visível nos partidos políticos que lutam pelo poder interno, nas massas que se contentam com a participação civil – sufrágio universal e no predomínio de reproduções do poder, o que compromete a democracia, preponderando crises, injustiças e desigualdades sociais.

A questão partidária perpassa por enlaces contraditórios. A multiplicidade de alianças, feitas através das coligações⁹², confirma uma afirmativa de Leal (1997, p. 270) “os

⁹¹ Como concepção de poder exercido por um grupo ou facção.

⁹² Ver na lista de candidatas 2008, anexo C.

nossos partidos são pouco mais que legendas ou rótulos destinados a atender às exigências técnicas-jurídicas do processo eleitoral”. A ideologia do partido político, muitas vezes é contraditória. Segundo Tabak (1983) os primeiros partidos a incluir em suas agendas e a se comprometerem com a questão da mulher foram o PDT, o PT, o PDS, o PMDB e o PTB, embora persistindo incoerências dentro dos próprios partidos.⁹³

4. **Empoderamento das mulheres** – Considerando as mudanças culturais experimentadas nos últimos anos, há uma tendência, ainda que pouco expressiva, de inserção das mulheres nas disputas eleitorais. Devido à sub-representação no processo democrático, característica da sociedade patriarcal, elas encontram dificuldades de se fazerem presentes nos espaços de poder, participam da política, mas muito pouco dos processos de decisão.

A divisão sexual do trabalho e das responsabilidades as afastam das instâncias de poder, sobretudo nas eleições para cargos majoritários, como é o caso do poder Executivo.⁹⁴

As mulheres devem se apropriar do poder para transformar as estruturas que reforçam as discriminações de gênero, modificar a imagem que criaram sobre si mesmas, desafiar os sentimentos de inferioridade, diminuir a desigualdade social e compartilhar responsabilidades e experiências. Portanto, o *empoderamento* feminino se projeta como uma ferramenta que permitirá que as mulheres construam demandas de gênero e cheguem aos espaços públicos, intervenham na elaboração das agendas públicas, fazendo a interlocução com os diversos atores sociais que enriquecerão o processo democráticos.

Nesse trabalho, percebeu-se que as prefeitas têm se sobressaído no processo de consolidação da democracia no Brasil. A partir do momento que os eleitores de um município elegem uma mulher, outras se interessam e participam mais ativamente do processo democrático. É o que se constatou através das candidaturas deste ano (2008). A tendência é que, nas eleições, haverá sempre mais mulheres disputando entre si cargos outrora exclusivos dos homens.

⁹³ Por exemplo, muitos partidos não preenchem as vagas garantidas pelas cotas.

Por outro lado, é necessário cautela para não haver uma polarização entre o feminino e o masculino, fazendo com que o discurso seja estigmatizado, colaborando com a criação de guetos.

A existência de mulheres prefeitas começa a ser visto com naturalidade e respeito pelas pessoas, sobretudo pelos homens e aqueles que acompanham mais de perto o trabalho. Há uma tendência em diminuir os pré-conceitos e os estereótipos em relação a gênero. Outra constatação feita com o resultado das entrevistas é a de que, embora de forma tímida, o *empoderamento* já começa a fazer a parte do cotidiano de algumas prefeitas.

5. A **militância feminina** nos diversos segmentos sociais demonstrou ser o foco para a contínua presença da mulher na política. A inserção ativa nos processos de decisão e participação será a sustentação para continuarem conquistar espaços. O parentesco por aliança e/ou consangüinidade pode ser crucial no momento que a mulher se lança na política, mas por si só não se sustenta. Aquelas prefeitas que ainda não têm uma forte militância nos movimentos organizados tendem a ser reprodutoras da ideologia vigente. A capacidade de inovar e criar oportunidades vêm, principalmente, destes movimentos, militâncias.

A princípio, foi possível observar na política atual a preponderância de uma elite, conforme Araújo (2002, p. 152), “[...] no nosso caso, essa elite é marcadamente branca, masculina e excessivamente abastada”. Mas não confirmado pelos depoimentos das prefeitas 1 e 6, respectivamente.

“Acho que a classe política municipal não seja elitizada. Qualquer pessoa, desde que tenha iniciativa e vontade de ser prefeita com o objetivo de fazer algo para melhorar a vida do cidadão tem condições de chegar lá”.

“As pessoas pensavam que eu não conseguia porque a justiça é dos poderosos, e eu não tenho dinheiro [...], mas eu consegui apoios!”

Pode ser uma ruptura histórica, ou uma percepção exclusiva delas, mas é necessário considerar, pois são as provas vivas, embora não possa ser generalizado. Os temas

⁹⁴ Atualmente, o Brasil possui 7,4% de prefeitas, 11% de governadoras e, até o momento, não elegeu nenhuma para o cargo de Presidente (CMN, 2008).

relacionados à classe social, raça e etnia não foram aprofundados nesse estudo, mas pode-se afirmar que o maior déficit na política continua sendo em relação a gênero e raça/etnia, onde a presença de mulheres negras e índias é ínfima.

6. Para o assunto tratado, faz-se necessário um olhar crítico, capaz de enxergar nas entrelinhas e perceber os preconceitos e as representações do imaginário e da cultura, sobretudo aqueles que oprimem as pessoas. É possível ouvir comentários do tipo: “As mulheres estão invadindo o lugar dos homens na política”. Essa “invasão” do âmbito público pelas mulheres, pertencentes aos diversos estratos sociais, trata-se de um espaço que ficou durante todo o tempo diante da cultura masculina hegemônica.

As esferas da vida **privada** e **pública** fazem parte de uma mudança cultural. A educação pode contribuir para a equidade de gênero, na medida em que dentro das casas, na convivência familiar, os papéis deixarem de ser destinados a cada qual em virtude do sexo. Segundo o IBAM (2003), os temas e as especificidades da política local estão vinculados ao cotidiano e isso contribui para a formação de lideranças femininas no âmbito do município, onde o campo é mais permeável à ascensão delas, por causa da diversidade. Considera que o custo da campanha é menor em contraposição a das eleições estaduais e federais. Nota-se, no poder local, o prolongamento da esfera privada para o espaço público.

Para Ferry (2008, p. 131), “contrariamente ao que uma visão superficial da política leva a crer, a história da vida privada não deixa então de estar ligada à esfera pública”. Para ele, o fracasso e a frustração na vida privada em nada colaboram com a política, acredita que a revolução da vida privada está em marcha e deverá se constituir em um ganho na esfera pública.

7. Interdisciplinaridade – Para se fazer um trabalho dessa natureza foi necessário empreender maior esforço, principalmente no que tange aos aportes teóricos. Um passeio pelas Ciências Humanas foi necessário para compreender aspectos da Sociologia, Ciência Política e História. Buscou-se na interdisciplinaridade não só uma justaposição de conteúdos, mas uma comunicação de idéias e interação entre elas com o objetivo de desenvolver um processo dinâmico, integrador e dialógico, considerando

que a interdisciplinaridade envolve uma “mudança de atitude perante o problema do conhecimento, da substituição de uma concepção fragmentária pela unitária do ser humano” (FAZENDA, 1993, p. 31).

A continuação e o aprofundamento serão necessários, justamente para responder questões que não foram possíveis de esclarecer.

8. A **família** é importante na estruturação do sujeito, podendo ser alicerce ou sombra, a depender de como o sujeito lida e estabelece suas relações e da forma de enfrentamento dele com a realidade da vida. Com relação à questão de gênero, “a família, como existe atualmente, é incompatível com a igualdade dos sexos. Mas esta igualdade não virá de sua abolição, mas sim da diferenciação histórica de suas funções” (BRUSCHINI, 1993, p. 59).

Enfatizou-se nessa dissertação alguns aspectos sobre: História do Brasil, política, família e relações de gênero em tom ensaístico. Sem igualar, nem se aproximar do brilho de uma grande obra, serviu de indicativo inicial para reflexão. Tentei exercer a difícil tarefa de entrelaçar os fios de relações familiares, sociais e políticas e trazer à tona fragmentos de experiências vividas pelas prefeitas em algum momento de suas vidas, cercadas de estereótipos e de relações de poder.

O ideal é que a análise fosse mais minuciosa, mas para dar conta desse propósito se faz necessário mergulhar mais a fundo e com outros recortes temporais e territoriais/locais para entender as permanências e rupturas do processo histórico do Brasil contemporâneo, a partir da ótica daquelas que possuem a coragem de romper com o papel restrito da esfera privada, com a experiência e vivência na esfera pública. Pode-se ainda deduzir que há inúmeros resquícios da família colonial na política, constatou-se que esse “status” se revela no contexto social e político atual. Contudo, tanto a família como a política e as relações de gênero tendem a avançar e ganhar novas formas de enfrentamento das situações do dia-a-dia. A defesa da cidadania, os desejos de liberdade e justiça social clamam por equidade de gênero, de raça/etnia, classe e gerações.

Cabe destacar aqui um oportuno fragmento do texto de uma ex-prefeita. “A reduzida participação e representação política das mulheres empobrece a democracia, pois significa acesso restrito das mulheres aos espaços de decisão sobre os rumos do país, do seu desenvolvimento e de suas políticas” (CADOORE, 2008, p. 3).

Com a “finalização” deste estudo, percebeu-se que é necessário mudar a superestrutura psicológica e cultural das “massas”, com conscientização e democratização do processo eleitoral, sobretudo das mulheres, pois cabe a elas buscar o seu lugar na sociedade. Somente assim, acontecerão as mudanças necessárias, que continuarão sendo conquistas graduais na abertura de caminhos que conduzam às mudanças sociais.

REFERÊNCIAS / FONTES

I - LIVROS

ADORNO, Theodor W. Textos Escolhidos. **Conceito de Iluminismo** (em parceria com Horkheimer) São Paulo: Nova cultural, 1999, p.17-62.

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A cabeça do brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2007.

ALVES, Branca Moreira & PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ARENDT, Hannah. **O que é Política?** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

_____. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

ARISTÓTELES. **A política**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERNARDES, Maria Elena. **Laura Brandão: a invisibilidade feminina na política**. Campinas, SP: UNICAMP/CMU, 2007.

BLAY, Eva . **As prefeitas**. Rio de Janeiro: Avenir Editora, 1979.

BOBBIO, Norberto e outros. **Dicionário de política**. 5ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa oficial do Estado, 2000.

BOOT, W.C.; COLOMB, G.; WILLIAMS, J. **Pesquisa, pesquisadores e leitores**. A Arte da pesquisa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo na memória**: ensaios da psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J. C. **Ofício de Sociólogo**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CANEVACCI, Massimo.(Org.) **Dialética da família**. Gênese, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**: para construir um país melhor. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CASAVOVA, Pablo González. **As novas ciências e as humanidades da academia política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2006.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**: mulher e política na Bahia. Salvador: NEIM - UFBA: Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar **Lutas de famílias no Brasil**: Introdução ao seu estudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DUARTE, Nestor. **A ordem privada e a organização política nacional**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

FAZENDA, Ivani C. **Interdisciplinaridade**: Um projeto em parceria. São Paulo: Loyola, 2003.

FERRY, Luc. **Famílias, amo vocês**: política e vida privada na época da globalização. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

FAORO. Raimundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 13 ed. São Paulo: Globo, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª ed. 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2004.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

_____. **A transformação da intimidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. **Entre a tinta e o papel**: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920). Salvador: Quarteto, 2005.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Vozes, 1982.

LÓPEZ, Pilar Muñoz. **Sangre, amor e interés**. La família em la Espana de la restauración. Madrid: UAM Ediciones, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

MALUF, MARINA. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATTA, Roberto da. **Carnavais, malandros e heróis**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997

_____. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia Século XIX** Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

_____. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MEAD, Margaret. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

MELUCCI, A. Busca de qualidade, ação social e cultura. **Por uma sociologia reflexiva**. Petrópolis: Vozes, 2005.

MILL, John Stuart. **A sujeição das mulheres** (1869). São Paulo: Escala, 2006.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007a.

PETRINI, João Carlos. **Pós-modernidade e família**: um itinerário de compreensão. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2005.

PLATÃO. **A República de Platão**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** Psicologia USP, vol. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

_____. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

_____. **As mulheres, o poder e a família**. São Paulo: Vozes, 1989.

SARTI, Cynthia. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005 (a).

SCOTT, Joan Wallach. **História das mulheres**. In. BURKE, Peter (Org.) A escrita da história. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992, p. 63-95.

_____. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

SCHUMAHER, Schuma & BRAZIL, Erico Vital, (Orgs.). **Dicionário mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SEGALEN, Martin. **Sociologia da Família**. Lisboa: Terramar, 1996.

TABAK, Fanny. **Autoritarismo e participação política da mulher**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

THERBORN, Goran. **Sexo e Poder**: a família no mundo 1900 - 2000. São Paulo: Contexto, 2006.

WEBER, Max. **Economia e Societ **. Milano, 1980.

_____. **Ciência e Política** duas voca es. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia HUCITEC, 1994.

II - REVISTAS

ARAÚJO, Clara. **Ações afirmativas como estratégias políticas feministas**. In: BRUSCHINI, Cristina. UNBEHAUM, Sandra (Org.) *Gênero, democracia e sociedade*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 143 – 166.

_____. **As cotas por sexo na competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais**. Rio de Janeiro: Dados, vol. 44, n. 1, 2001a.

_____. **Potencialidades e limites da política de cotas no Brasil**. Florianópolis: Revista Estudos Feministas CFH/CCE/UFSC, vol. 9, n. 1, 2001b, p. 231 -252.

ARDAILLON, Danielle & CALDEIRA, Teresa. **Mulher: indivíduo ou família?** São Paulo: Novos Estudos Cebrap, v. 2,4, p. 2-10, abril 1984.

BLAY, Eva . **Violência contra a mulher e políticas públicas**. Estudos avançados, 17 (49), 2003, p. 87 – 98.

_____. **Mulher e igualdade: cidadania e gênero**. Social Democracia Brasileira, ano 1, n. 2, mar. 2002.

BRUGUÉ, Q. & GOMA, R. **Las políticas públicas locales: agendas complejas, roles estratégicos y estilo relacional**. In: *Gobiernos locales y política públicas: Bienestar social, promoción económica y territorio*. Barcelona: Ariel, 1998, p. 25-38.

BRUSCHINI, Cristina. **Teoria crítica da família**. In: AZEVEDO, Maria Amélia, NOGUEIRA, Viviane N. de A. (orgs.), *Infância doméstica: fronteiras de conhecimento*. São Paulo: Cortez, p. 49 - 79, 1993.

_____. **Mulher, casa e família**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Uma abordagem sociológica da família**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 6 n. 1 p. 1-23, jan./jun. 1989.

CALDEIRA, Bárbara Maria Santos. **A dimensão do enfoque de gênero no Programa Bolsa Família: ranços e avanços na promoção do empoderamento das mulheres nos municípios baianos**, In: BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, 2008, p. 19 – 36.

CANÊDO, Leticia. **Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964): Pro-Posições**, vol. 13, n. 3 (39) set./dez, 2002.

CARVALHO, Ana. M. A. **Em busca da natureza do vínculo**. Uma reflexão psicoetológica sobre grupos familiares e redes sociais. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: Uma discussão conceitual, Rio de Janeiro: Dados, v. 40, n. 2, p. 229-250, 1997.

_____. **Barbacena: A família, a política e uma hipótese**. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 20, 1966, p. 153-194.

CAVALCANTI, Sonia M.R.S. **A ação e a esfera pública em Hannah Arendt**. Salvador – BA, 2006, mimeo.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Educação, história e religião**: ordens religiosas como lócus da construção de identidades femininas. Revista Aulas, v. 4, p. 1 – 18, 2008.

_____. **Memórias femininas**: tempo de viver, tempo de lembrar. In: Revista Brasileira de História. Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo: ANPUH, vol. 27, n. 54 jul. – dez., 2007, p. 59 – 82.

_____. **Vozes femininas (ainda) silenciadas**: Ranços e avanços sobre a violência doméstica no Brasil (1985 – 2005) In: SILVA, Gilvan, NADER, Maria, FRANCO, Sebastião. (orgs). *História, mulher e poder*. Vitória: EDUFES; PPGHis, 2006, p. 253 – 273.

_____. **Mulheres em ação**: revoluções, protagonismo e práxis dos séculos XIX e XX. São Paulo: Revista História, jun. 2005, p. 243-264.

CIMADAMORE, Alberto. **Ciências sociais e pobreza**: a busca de um enfoque integrado. In: WERTHEIN, Jorge & NOLETO, Marlova. *Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social*. Brasília: UNESCO, 2004, p. 231-240.

COSTA, Delaine Martins. **Gênero e raça no orçamento municipal**: um guia para fazer a diferença. Rio de Janeiro: IBAM/DES, 2006.

_____. **Capacitação de líderes femininas**: reflexões sobre a experiência do IBAM. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1/2001.

COSTA, Delaine Martins e NEVES, Maria da Graça Ribeiro das. **Transmisión de Saberes y Mentoría**: Una Estrategia para el Fortalecimiento del Liderazgo Femenino. Rio de Janeiro: IBAM, 1999.

DANTAS, Ibarê. **As mutações do coronelismo**. In Relações de trabalho & relações de poder. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.

DIETZ, Mary Dietz. Cidadania com cara feminista. Debate Feminista (n. especial). México, 2001, p. 55 – 78.

DOLHNIKOFF, Miriam, PEIXOTO, Fernanda e THOMAZ, Osmar Ribeiro. **Raça e política**: entrevista de Benedita da Silva. Novos Estudos, CEBRAP, n. 43, novembro de 1995.

DOWBOR, Ladislau. **A economia da família**. In: ACOSTA, Ana R. & VITALE, M. A. (Orgs.). Família: redes, Laços e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2005, p. 293 – 316.

FURTADO, Derci. **As mulheres na abertura política**. Veja, março de 1975.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença**: as mulheres na política. Florianópolis: Revista Estudos Feministas CFH/CCE/UFSC, vol. 9, n. 1/2001.

HEILBORN, Maria Luiza. **Gênero: Uma breve introdução**. Rio de Janeiro: IBAM/ENSUR/NEMPP; Madrid, Instituto de la Mujer, 1995, p. 9 - 15.

HEREDIA, Beatriz M. A de. **Política, família e comunidade**. In PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. (Orgs.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

HTUN, Mala. **Dimensões da inclusão e exclusão política no Brasil**: gênero e raça. New York: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.

ITABORAI, Nathalie Reis. **A família colonial e a construção do Brasil**: vida doméstica e identidade nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Revista Antropológicas, ano 9, Volume 16, p. 171-196, 2005.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. **Pensar categorias em História da educação e gênero**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1994, p.19 -29.

LOUIS, Marie-Victorie. **Diga-me: o que significa gênero?** Sociedade e Estado, set./dez. 2006, vol. 21, n. 3, p. 711-724.

LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/UNESP, 2001.

_____. **Uma leitura da história da educação sob a perspectiva de gênero**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDU/PUC-SP, 1994, p. 31- 46.

MACKINNON, Catherine A. **Hacia una teoria feminista Del Estado**. Madrid: Cátedra. 1995, p. 21-81.

MENCHU, Ajamil García. **Gênero y ciudadanía**: análisis de desafíos para el Estado y el desarrollo local. VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Panamá, 28- 31, Oct. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. **Política de interesses, política do desvelo**. Florianópolis: Revista estudos feministas. CFH/CCE/UFSC, v. 9, n. 1/2001, p. 253 – 266.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 Ago. 2008.

MORANDÉ, Pedro C. **Família e sociedade contemporâneas**. In: PETRINI, J. C.; CAVALCANTI, V. R. S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 13-28.

MOTTA, Alda Britto da. **Família e gerações**: atuação dos idosos hoje. In Família, gênero e gerações. São Paulo: Paulinas, 2007.

PALMEIRA, Moacir. **Política, facções e voto**. In PALMEIRA, Moacir e GOLDMAN, Marcio. (Orgs.) Antropologia, voto e representação política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: História, 2005, vol. 24, n. 1, p. 77-98.

PETRINI, João Carlos. **Políticas sociais dirigidas à família**. In: BORGES e CASTRO (Orgs.). Família, Gênero e Gerações: desafios para as políticas sociais. São Paulo: Paulinas, 2007.

PIOVESAN, Flávia. **Pobreza como violação dos direitos humanos**. In: WERTHEIN, Jorge & NOLETO, Marlova. Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2004, p. 135 -162.

ROSEMBERG, Fúlvia. **Educação e gênero no Brasil**. In: Projeto História, 11. São Paulo: EDUC/PUC-SP, 1994, p. 7-17.

SAFFIOTI, Heleieth. **Rearticulando gênero e classe**. In: COSTA, A. O. BRUSCHINI, C. (orgs.). Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SAMARA, Eni de Mesquita. **O que mudou na família brasileira?** Psicologia USP, vol. 13, n. 2, São Paulo, 2002.

SARTI, Cynthia. “**Deixarás pai e mãe**”: Notas sobre Lévi-Strauss e a família. Revista Antropológicas, ano 9, volume 16 (1): 31-52, 2005 (b).

_____. **A. Reciprocidade e hierarquia**: Relações de gênero na periferia de São Paulo. São Paulo: Caderno de pesquisa, 1989, p. 38 – 46.

SCOTT, Joan Wallach. **História das mulheres**. In. BURKE, Peter (Org.) A escrita da história. Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992, p. 63-95.

_____. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Gender and the politics of History. New York: Columbia University Press, 1989.

STOLKE, Verena. **La Mujer es puro cuento**: la cultura del gênero. Florianópolis: Estudos Feministas, 12(2):264, maio-agosto/2004, p. 77-105.

VALDÉS, Teresa. **De lo social a lo político**: La acción de las mujeres latinoamericanas. Santiago: Editorial LOM, 2000.

III - SITES

AVELAR, Lúcia. **Mulher e política: o mito da igualdade**. Social Democracia Brasileira, 2002. Disponível em:
<http://www.psdb.org.br/psdb_antigo/Partido/itv/revista/revista_02/p4054_mulher.pdf>
Acesso em: 26 mar. 2008.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. **Lei 9.100/95**. Estabelece normas para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996, e dá outras providências Brasília, DF: 1995. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9100.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. **Lei 9.504/97**. Estabelece normas para as eleições. Brasília, DF: 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9504.htm> Acesso em: 20 jan. 2008.

_____. **Lei Complementar 101/2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/lcp101.htm> Acesso em: 17 agos. 2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Mais mulheres no poder**. Eu assumo este compromisso! 2008. Disponível em:
<<http://200.130.7.5/spmu/docs/MaisMulherespoder.pdf>> Acesso em 20 de agos. 2008.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: 2008. Disponível em <
http://200.130.7.5/spmu/docs/II_PNPM.pdf > Acesso em: 27 jul. 2008.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Súmula proíbe contratação de parentes**. Disponível em: < <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/08/29/materia.2008-08-29.3154400835/view>> Acesso em: 27 set. 2008

CANÊDO, Leticia Bicalho. As **metáforas da família na transmissão do poder político**: questões de método. Cadernos CEDES, vol. 18 nº 42 Campinas, Agosto de 2007. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621997000100004&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 24 set. 2007.

_____. *In Focus* – Grupo de Pesquisa sobre Instituição Escolar e Organizações familiares. Disponível em:

<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhepesq.jsp?pesq=7664296743388180>> Acesso em: 11 out. 2007.

CMN Mulheres. **Mulher e Democracia**. Disponível em: <http://www.cnmulheredemocracia.org.br/dadoshtm>> Acesso em 02 agost. 2008.

HARAWAY, Donna. “**Gênero**” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. Cadernos Pagu, 22, 2004, p. 201 -246. Disponível em: www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf> Acesso em 18 agos. 2008.

IBAM. Núcleo de Estudos Mulher e Políticas Públicas. **Participação feminina na construção da democracia**. Um levantamento do resultado das eleições municipais (1992 – 2000) e estaduais e federais (1994 a 2002). 4ª ed. 2003. Disponível em <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>> Acesso em: 20 abril 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/default.shtml>> Acesso em: 14 nov. 2007.

MEDEIROS, M. e COSTA. **What do we mean by ‘feminization of poverty’?** In: Poverty Center, one pager, n. 58, julho, 2008. Disponível em: <http://www.undp-povertycentre.org>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

MIGUEL, Luis Felipe; QUEIROZ, Cristina Monteiro de. **Diferenças regionais e o êxito relativo de mulheres em eleições municipais no Brasil**. Rev. Estud. Fem. Florianópolis, v. 14, n. 2, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 Ago. 2008.

NEIM. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. (1983) Salvador. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/site/apresentacao.php>> Acesso em: 10 jan. 2008.

PNUD. **Atlas de Desenvolvimento Humano**. 2002. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>> Acesso em 15 de agos. 2008.

_____. **Escassez de mulheres na política é risco para a sociedade**. 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticias /impressao.php?id01=1850>> Acesso em: 01 agos. 2008.

_____. **Desenvolvimento Humano e IDH**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/idh>> Acesso em 21 de agos. 2008.

_____. **ONU lança site para incentivar ação de mulheres na política**. Nova York, 27 fev. 2007. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/noticiasimpressao.php?id01=2615>> Acesso em 1 de agos. 2008.

RAGO, Elisabeth Juliska. **Outras falas** feminismo e medicina na Bahia (1836 – 1931), 2005. Disponível em:

<http://books.google.com.br/books?id=G4Hd86uLGLkC&pg=PA248&lpg=PA248&dq=laurentina+pugas+tavares&source=web&ots=S7uqaqw0Gr&sig=feTsrOLI3ICW_jcerMAi_O0MqM&hl=ptBR&sa=X&oi=book_result&resnum=7&ct=result#PPA21,M1> Acesso em: 26 set. 2008.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. **A família negra no tempo da escravidão**: Bahia 1850 – 1888. 2007. Disponível em:

<<http://sitemason.vanderbilt.edu/files/fjMUyk/Reis%20Isabel%20Cristina%20F.%20dos.doc>> Acesso em: 22 de agos. 2008.

_____. **O início do feminismo sob a ditadura no Brasil**: o que ficou escondido. Texto preparado para apresentação no XXI Congresso Internacional da LASA (Latin American Studies Association), Chicago: Illinois, 1998. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/lasa98/Sarti.pdf>> Acesso em: 17 abril 2007.

SOUSA, João Morais. **Discussão em torno do conceito de coronelismo**. Da propriedade da terra às práticas de manutenção do poder local. In: Coronelismo em Malta: práticas utilizadas para o controle do poder local. 1935-1992, Dissertação de mestrado: UFPE. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/docs/text/jmorais.doc>> Acesso em 20 set. 2008.

SOUZA, Antonio Fernando. Procurador Geral da República. 2008. Disponível em: <<http://www.cmnmulheredemocracia.org.br/noticias.asp?noticia=551>> Acesso em: 31 mar. 2008.

TITÃS. **Família**. 1997. Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/titas/48973/>>. Acesso em: 18 jun. 2008.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultado das Eleições**, Brasília – DF: Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em: 10 jul. 2007

_____. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições**, Brasília – DF: Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/index.html>> Acesso em: 15 agos. 2008

UPB. União dos Municípios da Bahia (2008). Disponível em: <<http://upb.org.br>> Acesso em: 15 agost. 2008.

VENEGAS, Paki. **El empoderamiento de las mujeres**. Um camino hacia la equidad em el desarrollo. n. 31. Enero-Febrero, Especial educación, 2006. Disponível em: <<http://www.nodo50.org/aspa/module.php?link=modules/desurasur/articulo.php&ID=609>> Acesso em: 10 set. 2008

IV – TESES E DISSERTAÇÕES

BAROZET, Emmanuelle. **El intercambio de favores en las classes medias chilenas como mecanismo social al mercado laboral**: Revisión histórica y reflexión para el presente. Santiago do Chile: Internacional Congress of Americanists, 2003 (mimeo).

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Gênero e poder local**: eleições municipais do ano 2000 em Marília (SP). Tese (Doutorado em Sociologia), São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, 2003.

CAVALCANTI, Sonia M.R.S. **A ação e a esfera pública em Hannah Arendt**. Salvador – BA, 2006, mimeo.

CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. **Voces femeninas**: História y Organizaciones representativas em Brasil (1975 - 2002). Tesis de doctorado. Leon: Departamento de História, Universidade de Leon, 2003.

LIMA, Marta Maria Leone. **Ingresso das mulheres no magistério da Bahia**: o resgate de uma história. (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 2006.

OLIVEIRA, Anna Paula Garcia. **Quem cala, consente?** Violência dentro de casa a partir da perspectiva de gênero, família e políticas públicas. Dissertação de Mestrado. Salvador: UCSAL, 2005.

PASSOS, Elizete Silva. **A educação das virgens**. Um estudo do Colégio Nossa Senhora das Mercês, (Tese de doutorado). Salvador: UFBA, 1994, 393 p.

ROSA, Dora Leal. **O mandonismo local na Chapada Diamantina**. Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas. Salvador – BA: UFBA, 1973.

VANIN, Iole Macedo. **Do patuá ao gengibre**: um estudo sobre as atividades femininas em Salvador do século XVII. Monografia. Salvador: UCSAL, 1998, 79 p.

_____. **Ciência e Política** duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 1968.

V - JORNAIS

CADORE, Neusa. **A mulher na política**. Salvador – BA: A Tarde, Coluna Opinião, 8/03/2008, p. 3.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **Novos desafios para a luta feminina**. A Tarde, Salvador/Bahia, p. 2, 08 de mar. 2008.

DATAFOLHA. **Pesquisa Nacional sobre família**. In: Folha de São Paulo. São Paulo: 2007, 07 out. 2007.

GÓIS, Antonio. **Brasil ainda tem poucas mulheres na política**. São Paulo: A folha de São Paulo, p. A 12, 8 mar. 2008.

HUPSEL FILHO, Valmar. A maioria que não governa. A Tarde, Salvador, p. 18, 09 agos. 2008.

NOVAES, Flávio. **A evolução da mulher**. Correio da Bahia, Salvador/Bahia, Caderno Especial, p.3-7, 8 março 2008.

PERROT, Michelle. **Historiadora politiza o desejo e a relação entre os gêneros**. In: CARIELLO, Rafael. Folha de São Paulo, 24/02/2007, p. 04, 2007b.

APÊNDICES

Roteiro da entrevista semi-estruturada

1 - Como é a sua composição familiar de origem e qual a relação de sua família com a política?

2 - E o seu arranjo familiar atual? Se tem filhos, como é o comportamento deles em relação à política?

3- Se vive uma união estável, o companheiro(a) também participa da política? Exerceu ou ainda exerce cargos eleitorais?

3- Como se inseriu na política? Quais foram os principais apoios?

4- O que foi mais importante na sua carreira política? E na carreira profissional?

5-Como você vê a relação entre a vida privada com a vida pública?

6- O exercício do cargo requer o reconhecimento de competências. No seu caso, qual(is) foi(ram) as mais importantes?

7- O que você julga mais importante para a inserção da mulher na política?

8- Você já sofreu discriminação por ser mulher e estar atuando politicamente?

9- Quais as aspirações políticas? Quais cargos pretende exercer?



TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

TÍTULO: FAMÍLIA - PRESSUPOSTO PARA A POLÍTICA. SOMBRA OU ALICERCE?

INVESTIGADORA: Claudia de Faria Barbosa

OBJETIVO

Convidamos para participar de uma pesquisa sobre a Família e Política, com ênfase na entrada da mulher na política.

PROCEDIMENTOS

Conversa informal, gravada.

RISCOS E BENEFÍCIOS

O método de pesquisa não cria qualquer risco, na qual a razão risco-benefício tende fortemente para o seu benefício. Ao participar da pesquisa, estará contribuindo para aumentar nossa compreensão acerca de como vem sendo a conquista da mulher pelos espaços, sobretudo na esfera pública.

CONFIDENCIALIDADE

As informações prestadas fundamentarão um trabalho de dissertação do Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador – UCSAL. Outros trabalhos científicos podem ser derivados desta pesquisa, mas em qualquer circunstância, sua identidade será mantida em absoluto sigilo.

DIREITO DE RECUSAR OU DESISTIR DA PARTICIPAÇÃO

Sua participação nesta pesquisa é voluntária, podendo recusar-se a dela participar. Se mudar de idéia a respeito da sua participação após o início da pesquisa, poderá deixá-la. Negar-se a participar ou interromper sua participação não trará nenhuma consequência.

QUESTÕES

Em caso de dúvidas, por favor, sinta-se à vontade. Se no futuro perguntas a fazer, entre em contato com a investigadora pelo número 71-3115-5918.

Data

Assinatura do participante
RG ou CPF:

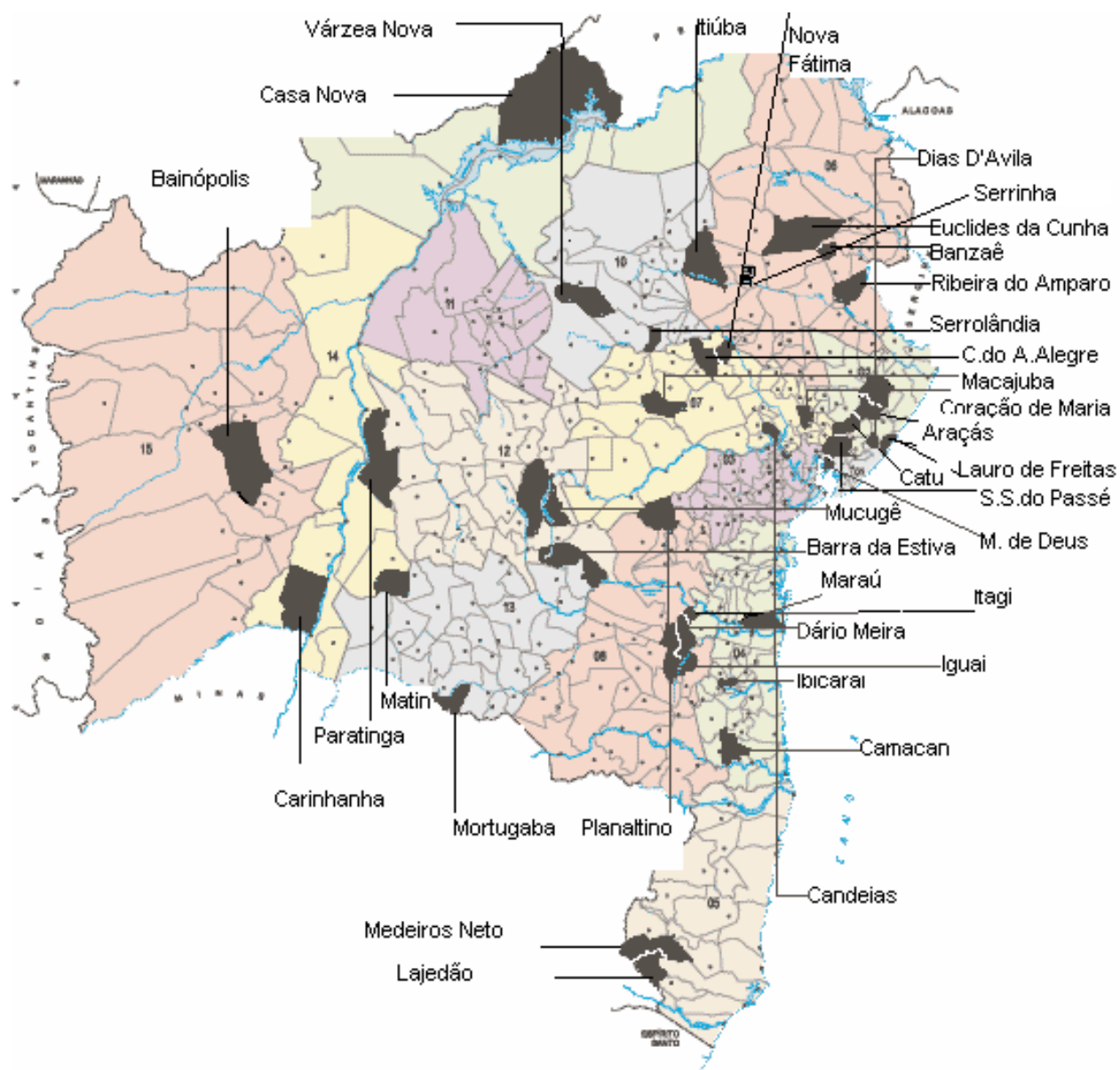
Data

Assinatura do investigador

ANEXOS

Estado da Bahia

Municípios em destaque administrados por prefeitias – Período 2005-2008



Quadro 4 – Candidatas às eleições 2008 no Estado da Bahia

MUNICÍPIO	PREFEITA	PARTIDO	COLIGAÇÃO
Abaré	Eulina Pires Teixeira	PT	PP / PT
Acajutiba	Maria de Fátima Romão Brito	PTC	PSL / PTC
Anagé	Andréa Oliveira Silva	PT	PDT / PT
Antonio Cardoso	Maria Angélica Lopes Carvalho	PMDB	PP / PMDB
Araçás	Maria das Graças Trindade Leal	PMDB	PT / PMDB / PSC / PPS / PRTB / PHS / PMN / PTC
Araçás	Terezinha de Aragão Miranda	PTB	PTB / PTN
Araci	Maria Edneide Torres Silva Pinho	DEM	DEM / PR / PTB / PHS / PTC
Aurelino Leal	Elisângela Ramos de Andrade	PP	{Partido Isolado - Sem Coligação}
Bainópolis	Maria Petronília dos Santos Almeida	PR	PR / PTB / PP / PSDB / PRB / DEM
Bainópolis	Jandira Soares Silva Xavier	PMDB	PMDB / PSC
Banzaê	Jailma Dantas Gama Alves	PT	PTC / PSL / PC do B / PTB / PV / DEM / PT / PSB
Barra da Estiva	Ana Lúcia Aguiar Viana	PR	PP / PR
Barreiras	Jusmari terezinha de Souza Oliveira	PR	PC do B / PMN / PTC / PSDC / PR / PSB / PHS / PTN / PRTB / PPS / PRB / PTB
Barreiras	Maria Anália Macedo de Miranda	PSDB	Sem coligação
Barreiras	Nilza da Silva Martins	PT	PV / PT
Boninal	Rísia de Souza Oliveira Paiva	DEM	DEM / PR / PSDB / PTB
Brotas de Macaúbas	Cristina Sodré Lima	PP	PP / DEM / PTC
Brumado	Marizete Lisboa Fernandes Pereira	PMDB	PC do B / PTB / PMDB / PDT / PRB / PT
Cabaceiras do Paraguaçu	Professora Romildes		PTC / DEM / PT
Caldeirão Grande	Maria Aparecida dos Santos Martins Silva	PSDB	PSDB / DEM / PRB / PV
Camacan	Maria Ângela da Silva Cardoso Castro	DEM	PSL / PTC / DEM / PR / PHS / PTN / PRB / PDT
Camacan	Débora Carvalho Borges Santos	PT do B	PSC / PSDC / PV / PT do B
Camaçari	Raquel Maria dos Santos Soares	PSOL	PCB / PSOL
Camamu	Ioná Queiroz Nascimento	PT	PC do B / PTB / PMDB / PRTB / PV / PT
Campo Formoso	Iracy Andrade de Araújo	PR	PTC / PR / PSDB / PRB / DEM / PSC
Canavieiras	Alda Conceição Almeida Sobral	PT	PSDB / PT
Candeias	Maria Agelica Juvenal Maia	PMDB	PC do B / PDT / PMN / PSL / PTB / PMDB / PRP / PV / PT do B / PT / PSDC / PSB / PPS
Candeias	Antonia Magalhães da Cruz	PR	PTN / PTC / PR / PP / PSDB / PHS / PRB / DEM
Capim Grosso	Lydia Fontoura Pinheiro	PR	PR / PTN / PSDB / PHS / PRP / PSB
Caraíbas	Helena Lima dos Santos	PT	PT / PT do B
Caraíbas	Norma Suely Dias Coelho	PTB	PTB / PR / DEM / PP / PPS
Caraíbas	Luzia Emilia Luz Coelho	PC do B	Sem Coligação
Cardeal da Silva	Miryam Borges de Oliveira	PTN	PC do B / PT
Cardeal da Silva	Mariane Mercuri de Santana Almeida	PTN	PTN / PSL / PP / DEM / PMN
Cardeal da Silva	Maria Quitéria Mendes de Jesus	PSB	PHS / PRP / PSB
Carinhanha	Francisca Alves Ribeiro	PT	PC do B / PTB / PV / PT / PSC
Catu	Gilcinia Lago de Carvalho	PR	PSL / PTN / PR / PRP / PV / DEM / PP
Central	Maria Neuma Maciel Brito	PPS	PV / PPS
Cícero Dantas	Marizete Oliveira Macedo e Aras	PMDB	Sem Coligação
Coaraci	Josefina Maria Castro dos Santos	PT	PC do B / PDT / PTB / PRP / PT / PSC / PSB / PP / PPS
Conceição do Jacuípe	Tânia Marli Ribeiro Yoshida	PMDB	PMDB / PHS / PTC / PRP / PC do B
Correntina	Anailma de Oliveira Meira	PT	Sem coligação
Cravolândia	Ivete Soares Teixeira Araújo	DEM	DEM / PDT / PR / PHS
Cruz das Almas	Margarida Carvalho de Santana	PDT	SEM COLIGAÇÃO
Curaçá	Dione Maria Félix de Oliveira	PT	PT / PSB / PRB / PDT / PSDB / PC do B
Dário Meira	Maria de Fátima Aragão Sampaio	PR	PR / PP / PTB / PMDB / PRP / PSDB
Dias D'Ávila	Jussara Márcia do Nascimento	PTB	PT / PTC / PSDB / PC do B / PPS / PSDC / PTB
Dias D'Ávila	Andréia Xavier Cajado Sampaio	DEM	PR / PTN / PP / PRP / PDT / PRB / DEM
Dias D'Ávila	Jeane Alves Cruz Moraes	PSB	PSB / PMDB / PV / PSC
Encruzilhada	Rivadavia Miranda de Aguiar	PDT	PR / PDT / PV
Entre Rios	Maria Santos de Freitas Barros Correia	PSB	PTN / PTC / PSB
Entre Rios	Vera Lúcia de Barros Correia	PMN	PP / PSDB / PT do B / PMN / DEM / PRB / PDT
Euclides da Cunha	Maria de Fátima Nunes Soares	DEM	PR / PTB / PSDB / PRP / PRB / DEM / PSC
Euclides da Cunha	Rosangela Lemos Maia de Abreu	PMDB	PMDB / PRTB / PDT
Firmino Alves	Sandra Helena Lemos Franca Almeida	PT	PT / PMN
Floresta Azul	Sandra Maisa Balduino Cardoso	DEM	PTN / PR / DEM / PSB
Gandu	Irisma Santos da Silva Souza	PT DO B	PC do B / PSDB / PHS / PV / PPS / PT / PSB

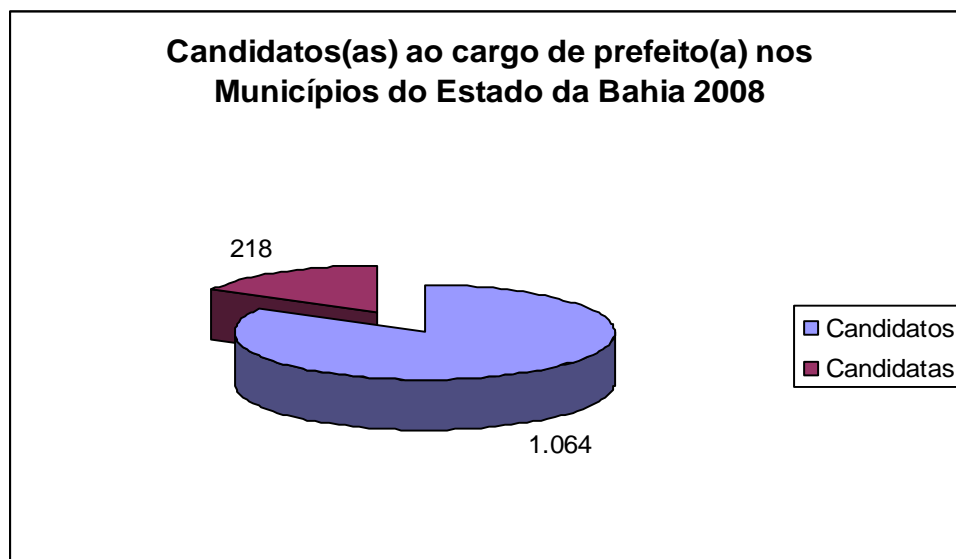
Gavião	Benvinda de Laurindo		PMDB / PR / PSDB / PT / PTC / PP
Glória	Ena Vilma Pereira de Souza Negromonte	PP	PR / PSL / PP / PT
Gongoji	Joana Angélica Oliveira Vasconcelos Santos	PSDB	PSL / PSDB / PMDB / PT do B / DEM
Gov. Lomanto Júnior	Jaqueline Reis Motta	PTN -	PTN / PT
Gov. Mangabeira	Domingas Souza da Paixão	PMDB	PMDB / PSDB / PT / PRP / PSB / PTC / PMN
Ibicaraí	Monaliza Gonçalves Tavares	PMDB	PTC / PSDC / PMDB / PRTB / DEM / PRB
Ibicoara	Sandra Regina Gomes Vidal	PC do B	Sem Coligação
Inhambupe	Soraia Simões Néri Leal	PR	PR / PHS / PTC / PV
Ipiaú	Sandra da Purificação Lemos de Santana	PP	PSL / PTC / PR / PTB / PP / PHS / PSC / PT
Irajuba	Maria Aparecida Oliveira	PMDB	PMDB / PDT / PMN
Itabuna	Juçara Feitosa de Oliveira	PT	PR / PC do B / PTB / PMN / PSC / PPS / PT
Itaeté	Giszelia Violeta Passos Carneiro Santana	PT	PT / PV
Itagi	Wanda Argollo Pinto	PT	PC do B / PMDB / PRTB / PV / PT
Itaju da Colônia	Ana Paula Lacerda de Andrade Leal	PMDB	PMDB / PSL / PP
Itamaraju	Marisette dos Santos Carletto	PSL -	PMN / PSL / PTC / DEM / PR / PSB / PP / PTN / PPS / PRB
Itanagra	Edileusa Maria Láudano Neto	PMDB -	PMDB / PTN / PT do B / PSDB
Itaparica	Marlyda Barbuda dos Santos	PTB -	PTB / PDT / DEM / PR / PHS
Itapebi	Norma Sousa de Queiroz	PR	PR / PRTB / PSDC / DEM
Itarantim	Joana Dark Santos Gusmão	PTB	PTB / PSB / PSDC / PC do B / PRP
Itatim	Ivania Correia de Almeida Oliveira	PMDB	PR / PMDB / PRTB / PV
Itiúba	Cecília Petrina de Carvalho	PT	PT / PRB / PP / PDT / PSB / PV / PSDB / PSC / PPS / PRP / PRTB / PTN
Ituaçu	Rita de Cássia Novais Meira	PT	Sem Coligação
Jacobina	Valdice Castro Vieira da Silva	DEM	DEM / PSL / PDT / PTC / PRB
Jaguaquara	Sara Helen Silva dos Santos	PT	Sem Coligação
Jequié	Tânia Diniz Correia Leite de Britto	PP	PP / PRB / PSL / PTN / PSC / PSDC / PHS / PMN / PTC / PRP / PT do B
Juazeiro	Pedrina Maria Ribeiro dos Santos	PSOL	Sem Coligação
Jussiape	Maria da Conceição Ramos da Silva Luz	PR	Sem Coligação
Laje	Ilma Maria Barreto	DEM	PR / PT do B / PRB / DEM
Lajedão	Maria de Lourdes Tavares	PMDB -	PP / PMDB / PRTB
Lajedo do Tabocal	Mariângela Santos da Silva Borges	PSB	PC do B / PSB / PT / PV
Lauro de Freitas	Moema Isabel Passos Gramacho	PT	PC do B / PDT / PMN / PCB / PSL / PT do B / PT / PSC / PSB / PSDB / PPS / PRB
Livramento de N. Senhora	Maria de Lourdes Souza Leal	PSDB	PSDB / PP / PRB / PR / PC do B
Macururé	Silma Eliane Adriano do Nascimento Carvalho	PT	PC do B / PTC / PSC / PT
Madre de Deus	Carmen Gandarela Guedes	PT -	PR / PTN / PTB / PSDC / PP / PT do B / PT
Madre de Deus	Eranita de Brito Oliveira	PMDB	PMDB / PC do B / PV / PTC / PSL / PSC / PHS / PRTB / PRP / DEM / PSDB / PRB / PPS / PSB / PDT
Malhada de Pedras	Terezinha Baleeiro Alves Santos	PP	PTC / PP / DEM / PSC / PSB
Maraú	Maria das Graças Viana Lemos	PP	PP / PR / PHS / PV
Mata de São João	Márcia Cavalcanti Carneiro Dias	PMDB	PMDB / PRB / PRTB / PV
Matina	Olga Gentil de Castro Cardoso	PC do B	PC do B / PP
Miguel Calmon	Edineide Nunes de Oliveira	PMDB	PC do B / PMDB / PT
Nazaré	Eunice Soares Barreto Peixoto	PR	PP / PSDB / DEM / PR / PSDC
Mortugaba	Rita de Cássia Cerqueira dos Santos	PSDB	PSDB / PT
Mortugaba	Helena Monteiro Carvalho	PMDB	PMDB
Nilo Peçanha	Maria das Graças Soares de Oliveira	PMDB	PMDB / PSDC / PPS / PTN / PRP / PR / PTC / PTB / PHS / PSB / PRB / PSC / PSDB / PT do B / PMN / PRTB
Nova Fátima	Maria Mendes dos Santos	DEM	DEM / PR / PSDB / PC do B / PDT
Nova Ibiá	Marinilce Souza Santos	PDT	PRB / PP / PDT / PTB / PR / DEM
Nova Itarana	Renadete Rebouças Nascimento	PTB	PTB / PC do B
Nova Itarana	Eliana de Fátima Silva Rebouças	PTB	PTB / PC do B
Ouroândia	Maria de Fátima Guimarães da Silva	PTN	PTN / PSDC
Palmeiras	Elenice Maria Proence Pereira Lopes	PSDB	PC do B / PP / PSDB / DEM / PPS
Planaltino	Maria Cleuza Santos de ASSIS	PMDB	PDT / PT / PTB / PMDB / PR / PRP
Pojuca	Gerusa Dias Láudano	PSDB	PSDB / PT do B / PSL / PTN / PRP / PHS
Porto Seguro	Ima Ramos Santos Gonçalves	PT	PV / PT
Rafael Jambeiro	Cibele Oliveira de Carvalho	PT	PDT / PT / PTB / PSC / PSB / PV
Riachão do Jacuipe	Tânia Regina Alves de Matos	DEM	PTB / PDT / PRB / DEM / PSC
Ribeira do Amparo	Rosevânia Rodrigues de Souza	PP	PP / PHS / PSDC / PV
Rio do Antonio	Anair Figueiredo Oliveira Correia	PT	PT / PP / PR / PV / PC do B

Santa Inês	Leidinalva Moreira Fontana da Silva	PP	PP / PR / PSDB / PRTB / DEM
Santa Terezinha	Maria Cardoso de Lima	DEM	DEM / PSDB / PSL / PRP / PP
São Félix	Odete Antonieta dos Santos Bastos	PTC	PTC / PP
São Francisco do Conde	Rilza Valentim de Almeida Pena	PT	PT / PMN / PR / PC do B / PTB / PSDC / PHS
São Gonçalo dos Campos	Vera Lúcia Ribeiro de Lacerda	DEM	Sem Coligação
São José do Jacuipe	Maria Verusa Costa Matos	PSDB	PP / PSDB / DEM / PSC
São Sebastião do Passe	Tânia Maria Portugal da Silva	PC do B	PC do B / PT / PTB / PMN / PT do B / PHS / PV / PDT / PRB / PCB
Sebastião Laranjeiras	Luciana Leão Muniz	PR	PR / PP / PSDB / DEM
Sento Sé	Norberta Afonso dos Reis Ribeiro	PMDB	PC do B / PMDB / PV / DEM / PMN
Serra Preta	Maria Angélica Lima Leite	PV	PC do B / PV / PT
Serrinha	Tânia de Freitas Mota Lomes	PSDB	PMN / PTC / PTB / PMDB / PRP / DEM / PR / PSDB / PP / PRTB / PPS
Serrolândia	Noélia Sousa Oliveira	PSC	PSL / PR / PSDB / PT do B / PMN / DEM / PSC
Simões Filho	Marizia Pimentel Mota Bomfim	PMDB	PTC / PC do B / PMDB / PRTB / PPS / PT / PSB
Taperoá	Maria Eliane Magalhães da Silva	PR	PC do B / PR / PPS / PRP
Teolândia	Maria Baitinga de Santana	PRB	PRB / PRP
Terra Nova	Maria do Socorro Pacheco de Pinho	PSB	PSB / PC do B
Ubaíra	Rosani Fagundes Ferreira Tavares	PSDB	PSDB / PV / PPS
Ubaitaba	Cléa Maria Martins Barreto Lemos	PR	PC do B / PR / PHS / DEM / PPS
Várzea Nova	Maria Íris Gomes	PP	PSL / PTB / PP / PRP / PT do B / PRB
Wagner	Íris Alencar Fernandes da Silva	PMDB	PC do B / PMDB / DEM / PT
Wencelau Guimarães	Susete Nascimento da Silva	PR	PR / DEM / PC do B / PSL / PMN / PPS / PV / PSC / PSB / PDT

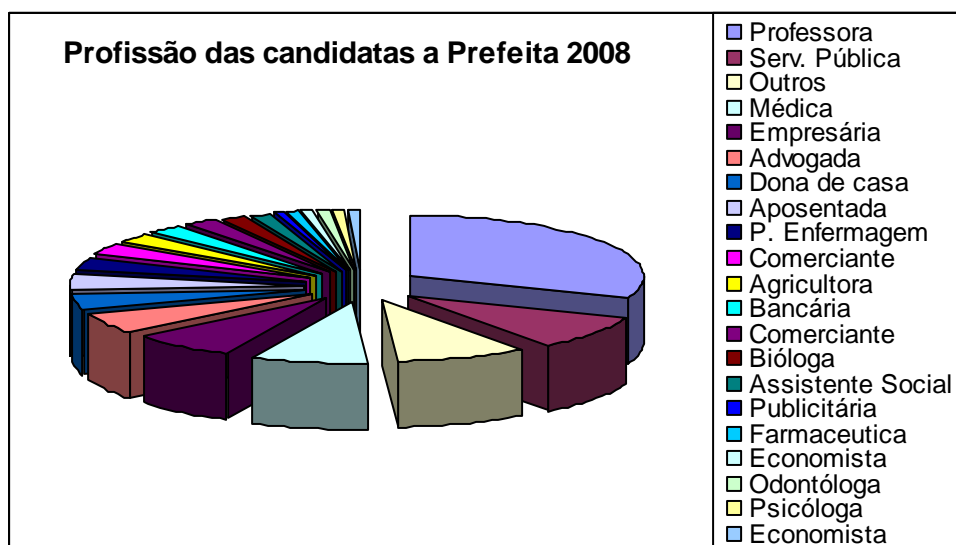
Fonte: Dados obtidos no TSE (2008), no período de 01 a 05/09/2008.

Obs.: Pode ter tido alteração a partir dessa data.

Candidatos(as) ao cargo de Prefeito(a) nos municípios baianos em 2008



Profissão das candidatas nos Municípios do Estado da Bahia 2008



Fonte: Dados obtidos no TSE (2008), em 05/09/2008.

Partido das candidatas nos Municípios do Estado da Bahia 2008



Fonte: Dados obtidos no TSE (2008), em 05/09/2008.

Obs.: Os partidos PMN, PRB, PRP, PSC, PSL e PV tiveram apenas uma candidata cada, no gráfico aparecem em outros.

CRÉDITOS DA AUTORA

Nascida em Capela Nova – MG em 1969. Passou ali, juntamente com toda a família, sua infância, vindo para Salvador – BA em 1991.

Em 1994, ingressou na Universidade Federal da Bahia (UFBA) onde cursou Secretariado Executivo e Pedagogia na Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Estendeu seus estudos de especialização com os cursos de Administração e Desenvolvimento de Recursos Humanos, pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade Visconde de Cairu; Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão e, também, Políticas Públicas e Orçamentárias, pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), este último, não chegando à conclusão por coincidir com o período de ingresso no Mestrado: Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL).

Trabalha na União dos Municípios da Bahia (UPB), desde 1996, colaborando com a entidade no cumprimento de seu papel de representar os municípios da Bahia e prestar-lhes serviços de assessoria e consultoria em áreas diversificadas da administração pública.

*“Ser feliz é não ter medo dos próprios sentimentos. É saber falar de si mesmo.
É ter coragem para ouvir um não. É ter segurança para receber uma crítica, mesmo que injusta.
Pedras no caminho? Guardo todas, um dia vou construir um castelo...”*

Fernando Pessoa